# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

# A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM CICLOS NA REDE PÚBLICA DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS (2004 – 2008): DIRETRIZES E PROPOSTA PEDAGÓGICA

MÁRCIA GUEDES EGAS DUTRA

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

# A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM CICLOS NA REDE PÚBLICA DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS (2004 – 2008): DIRETRIZES E PROPOSTA PEDAGÓGICA

# MÁRCIA GUEDES EGAS DUTRA

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Amazonas.

**Orientadora:** Professora Doutora Maria Almerinda de Souza Matos

Manaus 2013

## Ficha Catalográfica (Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Dutra, Márcia Guedes Egas.

D978o

A organização do ensino em ciclos na rede pública do sistema municipal de ensino de Manaus (2004-2008): diretrizes e proposta pedagógica / Márcia Guedes Egas Dutra. - 2013.

166 f.: il. color.; 31 cm.

Dissertação (Mestre em Educação) — Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Almerinda de Souza Matos.

1. Escolas – Organização e administração – Manaus (AM) 2. Educação e Estado – Manaus (AM) 3. Educação – Estudo e ensino 4. Sistemas de escolas municipais – Manaus (AM) I. Matos, Maria Almerinda de Souza (orientador) II. Universidade Federal do Amazonas IV. Título

CDU (1997): 371(811.3)(043.3)

# MÁRCIA GUEDES EGAS DUTRA

# A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM CICLOS NA REDE PÚBLICA DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS (2004 – 2008): DIRETRIZES E PROPOSTA PEDAGÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Amazonas para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

**BANCA EXAMINADORA** 

Aprovada em: 07 de outubro de 2013.

# Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Almerinda Souza Matos (UFAM). Presidente Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro (UFAM). Membro Prof. Dr. Roberto Sanches Mubarac Sobrinho (UEA). Membro

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.. Selma Suely Baçal de Oliveira (UFAM). Suplente

#### **DEDICO** este trabalho

Aos meus pais, José Lemos Egas e Maria Clara Guedes Egas, pelo amor e dedicação destinados a minha criação e por formar em mim, valores indispensáveis que sempre serão lembrados e utilizados nos aprendizados da escola da vida.

#### **AGRADECIMENTOS**

A Ti, Senhor, meu Deus, por ter me abençoado com essa oportunidade de continuar a trilhar meu caminho pela estrada do conhecimento, fazendo-me crescer como pessoa e como profissional. E por ter me dado todas as forças que precisei ter para superar as adversidades que surgiram durante esse processo, não permitindo jamais que eu perdesse a fé em mim mesma, pois Tu sabias, melhor do que ninguém que eu seria capaz de concluir essa etapa.

Aos meus familiares, minha mãe, Maria Clara Guedes Egas, meu pai, José Lemos Egas e minha irmã, Marília Guedes Egas Marques, por todo o suporte e incentivo que me dedicaram durante a construção desse trabalho. Não há palavras capazes de descrever a importância que vocês tem em minha vida e o quanto eu sou infinitamente grata e feliz por tê-los como minha família. Tudo que sou, meus valores, princípios, a formação do meu caráter, os exemplos aos quais me espelho para seguir na vida, eu devo a vocês, e obrigada por terem me proporcionado o melhor de tudo isso.

Aos meus amigos de toda a vida, bem como meus amigos do trabalho, pela força, incentivo, pelas palavras de conforto e pela credibilidade no meu potencial, sempre me lembrando de que eu possuía a capacidade e a determinação necessárias para concluir o mestrado.

Aos Professores Doutores, Arminda Rachel Botelho Mourão, Valeria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel, Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro, Jorge Gregório da Silva (*in memoriam*), Maria Almerinda de Souza Matos, por suas valiosíssimas contribuições teóricas e pelo compartilhamento de suas vivências na área da Educação que muito subsidiou as reflexões e crescimento acadêmico em nossa caminhada inicial no mestrado.

Aos Professores Doutores Ana Alcídia Araújo Moraes, Carlos Humberto Alves Correa e Rosa Helena Dias, que nesse processo oportunizaram momentos de discussão, reflexão e crescimento científico para a construção do texto dissertativo.

Especialmente, agradeço à minha Orientadora, Professora Doutora Maria Almerinda de Souza Matos, primeiramente, por ter me oportunizado ser sua orientanda e ter adquirido, com isso, diversos conhecimentos e saberes. Por todo processo de orientação no desenvolvimento da pesquisa, na escrita do trabalho. E,

principalmente, pelo incentivo e compreensão designados em vários momentos desse processo.

Ao Professor Doutor Roberto Sanches Mubarac Sobrinho e a Professora Doutora Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro, membros da Banca do Exame de Qualificação, representando a comunidade acadêmica e oportunizando as orientações significativas para o aperfeiçoamento deste trabalho.

À Universidade Federal do Amazonas - UFAM, pelo espaço de discussão, de crescimento acadêmico e profissional frente às pesquisas sociais desenvolvidas e que através do Programa de Pós-Graduação em Educação oportunizou estudos e reflexões acerca da realidade da Educação em nossa região.

À Secretaria Municipal de Educação da cidade de Manaus, por permitir o acesso à documentação necessária para a realização da pesquisa e pelo atendimento empático com o qual me receberem e me atenderam.

À gestora e à pedagoga da escola municipal Profa. Rita de Cássia C. da Silva, onde trabalho, pela compreensão nas muitas vezes em que tive que me dividir entre a profissão e os estudos, e pelo incentivo e colaboração prestados nesse período.

Aos meus colegas de turma, pela oportunidade de trocarmos experiências e informações, pelos momentos de discussão que muito contribuíram para construir reflexões e críticas e pelos momentos de descontração que oportunizaram emergir e estreitar laços de amizade que jamais serão esquecidos.

Aos colegas, Rosana Souza Dutra, Erivelto Trygon, Ronilda Couto e à Mestre Luiza Mara dos Santos, pelo incentivo, força, pela ajuda permeada de críticas e sugestões, por todas as contribuições desempenhadas nessa caminhada final.

A todos que oportunizaram este processo de construção do conhecimento dos Mestres em Educação da Turma de 2011.

"[...] Se não puderes ser uma estrada, Sê apenas uma senda, Se não puderes ser o Sol, sê uma estrela. Não é pelo tamanho que terás êxito ou fracasso... Mas sê o melhor no que quer que sejas".

Pablo Neruda

#### RESUMO

Os ciclos compreendem uma proposta curricular inovadora que objetiva melhorar a qualidade do ensino levando-se em consideração a aprendizagem do aluno a partir do seu desenvolvimento cognitivo e biológico e inserindo um foco mais qualitativo à avaliação. No entanto, os ciclos constituem uma proposta que, ao ser colocada em prática, gera críticas e questionamentos, uma vez que ao abolir a retenção e a reprovação o educando acaba por não adquirir uma aprendizagem satisfatória. A problemática da implantação dos ciclos constitui uma temática de significativa relevância para a área da educação, tendo em vista que houve certa interrupção em relação às produções acerca de discussões teóricas a respeito das experiências envolvendo a implantação de ciclos nas redes educacionais. Partindo-se desse contexto, a pesquisa objetiva analisar como ocorreu o processo de implantação e interrupção do sistema de ciclos da rede municipal de ensino na cidade de Manaus. Para tanto fez-se necessário estabelecer uma abordagem de como se constituiu essa política de ensino no Brasil e alguns conceitos e fundamentações intrínsecos aos seus pressupostos teóricos. A implantação da organização do ensino em ciclos em Manaus correu no período de 2004 a 2008 e foi instituída a partir da Resolução Nº. 04 de 20 de maio de 2004 pelo Concelho Municipal de Educação que determina as diretrizes para proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manaus, intitulada "Proposta Pedagógica da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana". A partir desses e demais documentos advindos dessa Secretaria pôde-se analisar algumas questões pertinentes ao ensino em ciclos, tais como o papel do aluno e do professor como suieitos do processo de transmissão e assimilação do conhecimento, o saber advindo de fora da instituição escolar que é apresentado ao contexto desse processo como um objeto simples de fácil compreensão e que, por isso, deve ser questionado e verificado, o currículo e a avaliação. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se da pesquisa e análise documental a partir do material cedido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da cidade de Manaus. Também se fez uso de pesquisa bibliográfica de livros, teses e dissertações, visando aprofundar a discussão teórica sobre a temática da Educação, Ensino e Políticas Públicas.

**Palavras-chaves**: Ciclos de Formação Humana. Organização de Ensino. Ensino Público Municipal.

#### **ABSTRACT**

The cycles comprise an innovative curriculum that aims to improve the quality of education taking into account the student's learning from their cognitive and biological focus and entering a more qualitative assessment. However, the cycles are proposals that, when put into practice, generates criticism and questioning, since abolishing retention and ultimately fail the student does not get a satisfactory learning. The issue of implementation of cycles is a significant issue of relevance to the field of education, considering that there was some interruption in relation to yields on theoretical discussions about experiences involving the deployment cycles in education. Based on this context, the research aims to analyze how was the process of implementation and system interrupt cycles of municipal schools in the city of Manaus. Therefore it was necessary to establish an approach of how to set up this education policy in Brazil and some concepts and reasoning to its intrinsic theoretical assumptions. The deployment of the organization of teaching cycles in Manaus ran from 2004 to 2008, and was established by Resolution No. 04 of May 20, 2004 by the City Council of Education that determines the guidelines for pedagogical proposal of the Municipal Education (SEMED) from Manaus, entitled "Pedagogical Organization Elementary Cycles in Human Formation". From these and other documents arising from this Secretariat was able to analyze some issues relevant to teaching in cycles, such as the role of the student and the teacher as subject of the process of transmission and assimilation of knowledge, knowledge arising out of the school that is presented to the context of this process as a simple object easy to understand and, therefore, should be questioned and verified, the curriculum and assessment. Methodological procedures, we used the search and document analysis from the material given by the Municipal Education (SEMED) from Manaus. Also made use of literature search of books, theses and dissertations, to deepen the theoretical discussion on the topic of Education, Education and Public Policy.

**Keywords**: Human Formation Cycles. Organization of Teaching. Municipal Public Education.

# LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Resultado Final/2006	73	3
---------------------------------	----	---

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Estrutura Organizacional do Ensino em Ciclos – SEMED/MANAUS 5	4
Quadro 2: Quantitativo de turmas, alunos e escolas dos ciclos 6	8
Quadro 3: Quantitativo de Distribuição das Propostas de Ciclo de Formação Hum	nana
7	0
Quadro 4: Quadro Geral de Ciclo/ 20057	<b>'</b> 4
Quadro 5: Quadro Geral de Ciclo/ 20067	<b>'</b> 4
Quadro 6: Quantitativo de turmas e alunos 2007 – Ciclo de Formação Humana. 7	<b>'</b> 6
Quadro 7: Rendimento Bimestral – 2º Bimestre/2008 8	0
Quadro 8: Rendimento Bimestral – 3º Bimestre/2008	0

#### LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APC Projeto Avaliação e Promoção Continuada

CBEF Projeto Classe Básica do Ensino Fundamental

CENPEC Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação

Comunitária

CFPM Centro de Formação Permanente do Magistério.

CME Conselho Municipal de Educação

CMEI's Centros Municipais de Educação Infantil

DDPM Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério

LDB Lei de Diretrizes e Base da Educação

MEC Ministerio de Educação.

PCNs Parâmetros Curriculares Nacionais

PRORED Proposta de Redimensionamento da Educação Básica do Município de

Manaus.

SEMED Secretaria Municipal de Educação;

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	19
1 O ENSINO EM CICLOS NO BRASIL: CONCEPÇÕES E ABORDAGEN	NS 19
1.1 Os tempos e espaços da escola	30
1.2 Cultura e currículo	33
CAPÍTULO II	37
2 AS DIRETRIZES DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM CICLO	NA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE MANAUS (2004 – 2	2008). 37
2.1 Diretrizes para organização do ensino em ciclos	37
2.2 Proposta Pedagógica da Organização do Ensino Fundamental en	n Ciclos de
Formação Humana	40
CAPÍTULO III	60
3 PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO/ INTERRUPÇÃO DA ORGANIZ	ZAÇÃO DO
ENSINO EM CICLOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO [	DA CIDADE
DE MANAUS (2004 – 2008)	60
3.1 O processo de implantação	60
3.2 Interrupção da organização de ensino em ciclos	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	88
ANEXOS	92
ANEXO I – OFÍCIO Nº 061/2013 – PPGE, DE 02 DE MAIO DE 2013	
ANEXO II – RESOLUÇÃO Nº. 04, DE 20 DE MAIO DE 2004	
ANEXO III - PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAM	ENTAL EM
CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA	
ANEXO IV – AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA NOVE	E ANOS NA
SEMED DE MANAUS	
ANEXO V - PROFESSOR ARTICULADOR PARA AS TURMAS DE O	CICLOS DE
FORMAÇÃO	
ANEXO VI – ORIENTAÇÕES PARA FORMAÇÃO DAS TURMAS DE CI	
ANEXO VII – RELATÓRIO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS CICL	_OS
ANEXO VIII - MEMORANDO N° 459/05: 1° ENCONTRO DE EDUC	CAÇÃO DE
MANAUS	

ANEXO IX – ORIENTAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE TURMAS PARA O ANO DE 2006
ANEXO X – RELATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSTAS DE CICLO DE
FORMAÇÃO HUMANA
ANEXO XI – PLANO DE AÇÃO 2006
ANEXO XII - PROJETO BÁSICO: CONSULTORIA DO PROFESSOR MIGUEL
ARROYO
ANEXO XIII – CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA: ORIENTAÇÕES GERAIS.
ANEXO XIV - CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA: RELATÓRIO FINAL DO
RENDIMENTO ESCOLAR 2006
ANEXO XV – PLANO DE AÇÃO 2007
ANEXO XVI - INDICATIVOS DOS ESTUDOS SOBRE CICLOS DE FORMAÇÃO
HUMANA REALIZADO PELOS DISTRITOS EDUCACIONAIS
ANEXO XVII – CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA: ENTRAVES E
ENCAMINHAMENTOS
ANEXO XVIII – ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS DO CICLO 2005/2006
ANEXO XIX – RESPOSTAS AO DIÁRIO DO AMAZONAS
ANEXO XX - MATÉRIA JORNALÍSTICA: SEMED DIZ QUE METADE DOS
ALUNOS TEM DEFICIÊNCIA NA LEITURA. FONTE: JORNAL DIÁRIO DO
AMAZONAS
ANEXO XXI – RELATÓRIO DE RENDIMENTOS BIMESTRAIS 2008
ANEXO XXII – RESOLUÇÃO N <sup>O</sup> . 07, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009 E
RESOLUÇÃO N <sup>O</sup> . 09, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

## **INTRODUÇÃO**

A organização do ensino em ciclos compreendem uma proposta curricular inovadora que objetiva melhorar a qualidade do ensino levando-se em consideração a aprendizagem do aluno a partir do seu desenvolvimento cognitivo e biológico e inserindo um foco mais qualitativo à avaliação.

No entanto, os ciclos constituem uma proposta que, ao ser colocada em prática, gera críticas e questionamentos, uma vez que ao abolir a retenção e a reprovação o educando acaba por não adquirir uma aprendizagem satisfatória.

A reflexão da implantação dos ciclos nos sistemas de ensino constitui uma temática de significativa relevância para a área da educação, pois a dicotomia entre teoria e prática referente à forma como é interpretado o decurso da mesma, oportuniza um pré-julgamento, muitas vezes errôneo, do que a proposta pretende.

A pesquisa justifica-se por dois aspectos, sendo o primeiro relativo a um arrefecimento, especialmente local, em relação às produções abordando uma discussão teórica a respeito das experiências envolvendo a implantação de ciclos nas redes educacionais, sejam públicas ou privadas, tendo em vista a interrupção da organização do ensino em ciclos pelos sistemas de ensino.

O segundo se fundamenta em uma interpretação pessoal vivenciada no período acadêmico da graduação, referente ao desconhecimento frente às reais concepções do que sugere o ensino em ciclos advindo das partes envolvidas mais diretamente nesse processo, ou seja, os profissionais da educação, constituída a partir de comentários e críticas a respeito da implantação dessa organização de ensino na cidade Manaus, críticas essas que impulsionaram a averiguação dessa realidade através desta pesquisa.

A partir dessa perspectiva, instigou-se a discussão da seguinte problemática: como ocorreu o processo de implantação e interrupção do sistema de ciclos da rede municipal de ensino na cidade de Manaus?

A relação do ensino em ciclos com a questão referente às práticas curriculares compreende o fato de que o termo currículo tem carregado em si conceitos que, por fim, o consideram nada além de uma metodologia, um norteador a ser seguido para orientar a transmissão do conhecimento, por meio de disciplinas

que subdividem as Ciências e atividades que empregam o aprendizado das mesmas.

Porém, o que se tem percebido, é que o currículo está relacionado aos mais diversos aspectos. Existem algumas questões que, ao serem levadas em conta, reformulam este conceito delimitado do termo, dentre essas está o papel do aluno e do professor como sujeitos do processo de transmissão e assimilação do conhecimento, o saber advindo de fora da instituição escolar que é apresentado ao contexto desse processo como um objeto simples de fácil compreensão e que, por isso, deve ser questionado e verificado além da questão cultural e histórica de sua empregabilidade, fatores esses que precisam ser levados em consideração, uma vez que ao abordar o sistema de ciclos ocorre a necessidade de se repensar a organização curricular à sua lógica.

Apesar de seus pressupostos começarem a ser defendidos desde a década de 20, o sistema de ensino organizado em ciclos constitui-se em uma política ainda não completamente disseminada, embora tenha sido adotada pelas redes públicas, e até mesmo privadas, de vários estados brasileiros.

A partir desse contexto, têm-se as seguintes questões norteadoras:

- Como ocorreu o processo de implantação e interrupção da organização de ensino em ciclos na rede pública municipal de ensino na cidade de Manaus?
- Qual o período e de que forma os ciclos começaram a ser implantados como organização de ensino no Brasil e na cidade de Manaus?
- Quais as diretrizes que regulamentam a organização do ensino em ciclos na rede pública municipal em Manaus e qual sua proposta pedagógica?
- Como ocorreu o processo de implantação e interrupção dos ciclos e qual foi o seu desempenho na rede municipal de ensino em Manaus?

A pesquisa permeará alguns aspectos intrínsecos a essa forma de organização do ensino, tendo como objetivo geral analisar o processo de implantação e interrupção da organização de ensino em ciclos na rede pública municipal de ensino de Manaus, levando a reflexão dos atores que fazem parte desse processo, ou seja, a comunidade escolar.

Como objetivos específicos, tem-se: a) Abordar o surgimento dos ciclos a nível nacional e local; b) Identificar as diretrizes que regulamentam a organização do ensino em ciclos na rede pública municipal de ensino em Manaus e; c) Verificar em

quais circunstâncias ocorreu o processo implantação e interrupção da organização do ensino em ciclos na rede pública municipal de ensino em Manaus.

Para tanto, o mesmo foi estruturado em três capítulos sendo que no CAPÍTULO I, intitulado "O Ensino em Ciclos no Brasil: Concepções e Abordagens" discorre-se a respeito da histórica do surgimento do sistema de ciclos a nível nacional e local, em que se fará uso de pesquisa bibliográfica fundamentando as relações da escola e o fator socioeconômico, as diferentes formas de avaliação e suas características no sistema de ciclos e no sistema seriado, bem como o esclarecimento de alguns conceitos pertinentes à temática. Finalizando com uma breve ênfase sobre a importância da relação entre cultura e currículo dentro desse contexto.

No CAPÍTULO II, intitulado "As Diretrizes que Regulamentaram a Organização do Ensino em Ciclo na Rede Pública Municipal de Ensino da Cidade de Manaus (2004 – 2008)" são abordadas as diretrizes instituídas pela Resolução Nº. 04 do Conselho Municipal de Educação de Manaus para a implantação da Proposta de Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana. Também é realizada uma análise da referente proposta, seus fundamentos e orientações pedagógicas para o funcionamento dos ciclos na rede municipal de ensino da cidade de Manaus.

No CAPÍTULO III, intitulado "Processo de Implantação/ Interrupção da Organização do Ensino em Ciclos na Rede Pública Municipal de Ensino da Cidade de Manaus (2004 – 2008)" analisa-se os documentos advindos da Secretaria Municipal de Educação – SEMED referentes ao período de 2004 a 2008 que abordem em seu conteúdo informações pertinentes a implantação e interrupção dessa organização de ensino. Para tanto fez-se uso de relatórios, planos de ação, rendimentos escolares, memorando e pautas de reuniões.

O método abordado na pesquisa foi o dialético, uma vez que a mesma orienta seu propósito para a verificação da realidade em sua totalidade, levando-se em consideração fatores de cunho político, econômico e social, visando uma abordagem crítica de suas influências no objeto da pesquisa, além de possuir uma preocupação diacrônica. Para tanto, Diehl e Tatim (2004, p. 50), descreve o método dialético como sendo aquele que:

Fundamenta-se na dialética proposta por Hegel, em que as contradições transcendem, dando origem a novas contradições, que passam a requerer solução. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, segundo o qual os fatos não podem ser tomados fora de um contexto social, político, econômico.

De acordo com a abordagem do problema a pesquisa é classificada como qualitativa, pois possui características que permitem analisar os fenômenos e suas variáveis, os componentes da pesquisa e suas relações, a individualidade do comportamento de cada componente ou as opiniões e ações de determinado grupo, etc. Essas análises não poderiam ser feitas através de uma abordagem quantitativa, fundamentando-se no conceito de Oliveira (2002, p. 116) onde o mesmo afirma que:

Justifica-se o fato de o tratamento qualitativo de um problema, que pode até ser uma opção do pesquisador, apresentar-se de uma forma adequada para poder entender a relação de causa e efeito do fenômeno e conseqüentemente chegar à sua verdade e razão.

Levando-se em consideração o objetivo geral, a pesquisa possui caráter exploratório uma vez que pretende mostrar o problema, tornando-o suficientemente compreensível através da análise de exemplos e fazendo uso de bibliografias, tendo em vista a elaboração de hipóteses.

Segundo o procedimento técnico, a pesquisa será definida como documental e bibliográfica. Andrade (1998, p. 105) cita que:

a pesquisa documental baseia-se em documentos primários, originais. Tais documentos, chamados "de primeira mão", ainda não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa: dados estatísticos, documentos históricos, correspondência epistolar de personalidades etc.

A pesquisa documental serviu de base para garantir a fidedignidade dos dados correspondentes ao ambiente pesquisado. Com relação a presente pesquisa, são consideradas informações coletadas diretamente de documentos advindos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manaus, como resoluções publicadas em Diários Oficiais do Município, a proposta de ciclos que foi implantada em Manaus no ano de 2004, intitulada Proposta Pedagógica da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana, bem como relatórios de análise de rendimentos educacionais, memorando e orientações quanto aos

procedimentos a serem adotados na implantação do ensino em ciclos. Além de fazer uso da pesquisa documental, posteriormente foi realizada uma análise documental, que segundo Garcia Gutierrez (1984, p. 83) apud Nascimento (2009, p. 58), compreende:

Uma técnica documental que permite, mediante uma operação intelectual objetiva, a identificação e a transformação dos documentos em produtos que facilitem a consulta dos originais em áreas de controle documental e com o objetivo último de serviço à comunidade científica.

A partir disso, buscou-se detalhar os documentos pesquisados de forma a esclarecer seus conteúdos e torná-los imprescindíveis a compreensão da realidade pesquisa e de tal maneira que ao recorrer a eles, objetivando analisá-los em sua originalidade, obtenha-se uma maior facilidade para a realização desse processo.

Para a pesquisa bibliográfica fez-se uso de livros, artigos científicos, dissertações, teses, publicações periódicas e impressos diversos, objetivando a fundamentação do aparato das experiências com o ensino em ciclos no Brasil e suas concepções. Serão tratadas ainda algumas categorias pertinentes à temática como a concepção de escola na visão capitalista, os tempos e os espaços da escola, avaliação e currículo, visando aprofundar a discussão teórica sobre a temática da Educação, Ensino e Políticas Públicas. Como procedimentos metodológicos foi utilizada coleta de dados na Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

#### CAPÍTULO I

## 1 O ENSINO EM CICLOS NO BRASIL: CONCEPÇÕES E ABORDAGENS

A organização do ensino em ciclos no Brasil começou a surgir a partir da década de 1960, em especial no final desta década quando surgiram as primeiras iniciativas de reorganizar os currículos por parte de Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. Porém, seus pressupostos já eram defendidos desde a década de 1920.

Apesar de o ensino pautado na proposta de ciclos ter começado a ser discutido na década de 1950 e suas primeiras experiências terem ocorrido nos estados de Pernambuco e São Paulo, ao final da década de 1960, este somente foi efetivamente adotado por diferentes estados brasileiros a partir da década de 1980, com a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização na rede estadual de São Paulo. No entanto, a discussão em torno de criar medidas de não retenção do aluno remonta desde o início do século passado.

O regime seriado no Brasil foi implementado no período pós Proclamação da República, conforme ressalta Mainardes (2010, p. 54) e segue como a base de mais de 80% dos sistemas educacionais no país:

Embora a noção de seriação já estivesse presente, por exemplo, no Colégio Pedro II, em 1837, os estudos históricos indicam que foi a partir do início dos anos de 1890, com a criação dos grupos escolares, inicialmente em São Paulo (SOUZA, 1998), que o sistema seriado e o sistema de promoção dos alunos de uma série para outra de acordo com o nível de desempenho se consolidaram no Brasil.

No entanto, estudos realizados em meados das décadas de 1930 e 1940 apontaram os novos problemas que surgiam advindos desse sistema de ensino, ou seja, os elevados índices de reprovação e evasão, e consequentemente, o menor número de matrículas na 2ª série do ensino fundamental.

Com isso, na década de 1950 foram realizadas inúmeras discussões entre intelectuais e políticos acerca da utilização da promoção automática, dividindo-se entre um grupo que defendia essa medida, constituído por personalidades como Anísio Teixeira, Juscelino Kubitschek, Dante Moreira Leite e Lauro de Oliveira Lima.

Outro grupo concordava com sua implantação desde que obedecidos certos requisitos para tal, como melhor infraestrutura da instituição educacional, formação e participação ativa dos profissionais da educação e uma revisão acerca dos procedimentos pedagógicos que norteavam o ensino. Fazia parte desse grupo, Almeida Júnior e Carlos de Morais. (MAINARDES, 2010).

Um terceiro grupo, formado por Luis Pereira e Renato Jardim Moreira, era totalmente contra o uso da promoção automática como medida de redução dos custos e elevação dos índices de aprovação, pois se atentava para o fato de que esses problemas continham no seu ensejo questões de organização das instituições, no que tange aos recursos humanos e materiais e questões socioeconômicas. (MAINARDES, 2010).

Com a abolição ou diminuição da retenção escolar, ocorre uma economia nos gastos com a educação. No entanto, a principal questão a ser analisada com essa medida não se encontra no contexto econômico, mas sim no desenvolvimento pessoal do aluno, tendo em vista que ao repetir um ano, ou o mesmo ano por diversas vezes resultava nele uma desmotivação à aprendizagem, além de diferenças pertinentes ao fator idade-série, acarretando, por conseguinte, em outro problema, o da evasão escolar.

Como consequência, o que aparentemente surgia como uma solução para o contingente de alunos repetentes fez emergir uma inquietação ainda mais preocupante por parte dos professores e dos pais dos alunos. Uma vez que, ao tomar conhecimento de sua aprovação para o ciclo seguinte, o aluno não mais se importava com a responsabilidade pelos seus estudos, pois não havia a obrigatoriedade de se empenhar para obter uma boa nota necessária à sua aprovação.

O interesse pela aprendizagem, a aquisição e transmissão de conhecimentos e a troca cotidiana de informações, que deveriam se tornar os propulsores de uma educação de qualidade, ficam à margem, nesse contexto, conforme menciona Dalben, (2000a:90 apud Barreto e Mitrulis, 2001, p. 131:

A prática escolar ainda não consegue garantir o ritmo de aprendizagem daquele aluno que está na escola e não quer aprender, daquele aluno que sabe que, estudando ou não, irá para o próximo ciclo e, independentemente de seus resultados, jamais será retido.

Uma tentativa de amenizar essa situação foi pensada fazendo-se uso da progressão continuada, como no caso do estado do Rio Grande do Sul, onde medidas compensatórias, como reforço escolar ou classes de recuperação foram adotadas visando proporcionar ao aluno um melhor desenvolvimento escolar para acompanhar a turma em que estava inserido.

Aqui se faz necessário diferenciar duas formulações comumente conhecidas como ciclos, que são os ciclos de formação e a progressão continuada. A primeira, segundo Freitas (2003, p. 9) significa basear a formação "em experiências socialmente significativas para a idade do aluno", ou seja, "exige uma proposta global de redefinição de tempos e espaços da escola", enquanto que a segunda "destina-se a viabilizar o fluxo de alunos e tentar melhorar sua aprendizagem com medidas de apoio (reforço, recuperação etc.)".

Ainda existe uma terceira formulação chamada promoção automática que difere da progressão continuada no sentido de que a criança, embora não alcance nenhum progresso, seja na forma de pensar, agir ou sentir, permanece na unidade escolar (BERTAGNA, 2003 apud FREITAS, 2003, p. 25), ou seja, ela não avança no seu percurso escolar pelo fato de, através da escola, ter conseguido modificar certos aspectos referentes à sua formação como indivíduo transformador da sociedade, ela apenas é promovida em suas etapas escolares.

Esse progresso na formação da criança, por sua vez, tem correspondência com o fato de a escola atuar com equidade e eficácia levando-se em consideração a influência advinda de fatores externos, tais como a organização da sociedade ao seu redor e os acontecimentos atuais que podem inferir nesse objetivo.

O uso da promoção automática, em diversos programas no país, entre o final da década de 1950 e os primeiros anos da década de 1980, resultaram em experiências que basearam as políticas de ciclos a ser empregadas pouco tempo depois, iniciando-se com o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) no estado de São Paulo, e estendendo-se para outras secretarias estaduais e algumas municipais, dentre as quais faziam parte, estados das regiões sudeste e centro-oeste do país, e no caso da região norte, no Pará, sendo adotado posteriormente por todas as redes estaduais, tornando-se uma das principais referências para a discussão em torno do desenvolvimento de políticas de ciclos e sua implementação na década de 1990.

Apesar de sua implementação ter ocorrido abordando-se diferentes aspectos nas propostas elaboradas por cada rede, fosse estadual ou municipal, estas sempre

se fundamentaram no aspecto primordial que a política de ciclos defendia, que era uma educação igualitária, respeitando o tempo de desenvolvimento do aprendizado do educando, considerando os aspectos referentes aos espaços destinados a esse aprendizado.

A partir da década de 90, diferentes modalidades de escola em ciclos foram implantadas em redes estaduais e municipais: ciclos (inicial, intermediário e final), ciclos de aprendizagem, ciclos de formação, regime de progressão continuada, entre outras. (MAINARDES, 2010, p. 61).

Em sua maioria, os ciclos eram divididos baseados pelas idades ou divididos por quantidade de séries, estabelecendo, normalmente três períodos. No caso da divisão por idades são eles: infância – que se inicia aos 6 anos e se estende até os 8 ou 9 anos; pré-adolescência – dos 9 até os 11 ou 12 anos e; adolescência – dos 12 até os 15 anos, como ocorreu no caso da Escola Plural, em Belo Horizonte, e da Escola Cidadã, em Porto Alegre. Essa política de ciclos passou a ser conhecida como Ciclos de Formação.

No caso da divisão por séries, os períodos eram compreendidos por: "a) Ciclo inicial (antigas 1ª, 2ª e 3ª séries); b) Ciclo intermediário (antigas 4ª, 5ª e 6ª séries); e c) Ciclo final (antigas 7ª e 8ª séries)". (MAINARDES, 2010, p. 62). Esse tipo de organização foi adotado na rede municipal de São Paulo, em 1968, no entanto, no contexto estadual, onde a divisão foi mais marcante, apenas dois ciclos, sendo o primeiro constituído pelas séries de 1ª a 4ª e o segundo pelas séries de 5ª a 8ª, não foi tão bem aceito, como ressalta Fernandes (2009, p. 94) ao comentar o pensamento de Alavarse (2002, p. 121):

Para o autor, os ciclos de aprendizagem na proposta da rede estadual de São Paulo, em muito, diferem em sua concepção dos ciclos das redes municipais das cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, uma vez que não houve uma tentativa de romper com a lógica da seriação.

Uma das experiências importantes, que serviu de referência para as demais, ocorreu no estado do Rio de Janeiro e foi intitulada Bloco Único. Foi implementada no início da década de 1990, após essa mesma política já fazer parte da rede municipal. Sua divisão era constituída por apenas dois ciclos, e possuía a duração de cinco anos. No entanto, não foi bem sucedida, em virtude da longa duração dos

períodos estabelecidos entre um ciclo e outro e, por essa dificuldade, ter despertado resistência por parte dos docentes.

Estava previsto para ser desenvolvido em dois momentos: o primeiro, corresponde aos três anos iniciais, quando a criança adquiria certos conceitos fundamentais; o segundo corresponde aos dois anos seguintes, implicando aprofundamento e ampliação de conceitos. (BARRETO E MITRULIS 2001, p. 115).

As experiências de adoção ao modelo de ensino em ciclos até a metade da década de 80 foram referenciadas nos sistemas de avanços progressivos das escolas de ensino básico dos Estados Unidos e da Inglaterra.

O final dos anos de 1990 recebeu influências das ideias de um teórico suíço, Phillipe Perrenoud, devido seus estudos sobre Ciclos de Aprendizagem. Segundo Fernandes (2009), Perrenoud classifica três tipos de ciclos que se diferenciavam basicamente em relação à forma de promoção adotada, são eles: Ciclos de estudos, Ciclos de aprendizagem e Ciclos de aprendizagem plurianuais ou somente Ciclos plurianuais.

O primeiro permite que ocorra repetência ao final de uma das etapas ou dentro de um mesmo ciclo, enquanto que o segundo permitia a repetência apenas ao final. Sobre os ciclos plurianuais, Fernandes (2009, p. 42) define que:

Os ciclos plurianuais se constituem em etapas mais coerentes com objetivos de aprendizagens mais duradouras e não simples memorizações de fatos. Para que as aprendizagens se realizem de fato, elas não podem ser construídas em um ano, mas em um período de tempo maior.

A denominação do que seja o termo ciclo, ao que diz respeito à educação, independente das diferenças existentes em cada proposta implementada no Brasil, traz em si o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade com o intuito de diminuir as diferenças sociais, garantido esse direito a todos os cidadãos e respeitando o tempo de desenvolvimento do aprendizado de cada indivíduo.

Para Borborema (2007, p. 33) o propósito da política curricular de ciclos "é reorganizar o tempo e o espaço escolares de forma a adequá-los às características biológicas e culturais do desenvolvimento de todos os alunos". Nesta proposta o currículo deve ser entendido como a definição de um projeto claro de formação dos sujeitos, em que os conteúdos são elementos mediadores do desenvolvimento.

No entanto, ao serem analisadas, essas propostas, intrinsecamente continuam a trazer no seu ensejo a mesma filosofia do ensino seriado, ou seja, empregam maior relevância no quesito referente à promoção de um grau para outro dentro de um ciclo ou entre ciclos.

Para romper com esse paradigma que a lógica do sistema seriado enraizou na educação brasileira, é necessária uma mudança além do aspecto pedagógico, direcionando novas práticas, assimilando novos conceitos e estreitando as relações em prol da realização de um trabalho coletivo.

É válido ressaltar que esse processo depende da atuação de todos os envolvidos, professores, alunos, pais e comunidade em geral, e que o sucesso dessa nova organização escolar está, em sua maioria nos próprios alunos, como observa Fernandes (2009, p. 88):

O foco para o avanço ou não nos ciclos está muito mais nos alunos e em seus empenhos e competências, nas intervenções dos professores para colocarem cada aluno em uma situação de aprendizagem ótima, do que na organização da escolaridade. O foco não está fora do indivíduo e, sim, nele próprio.

Porém, antes de enfatizar a dedicação, o empenho que os alunos devem possuir, outro público, os professores, precisa compreender a importância e os objetivos dessa nova organização. Para tanto, as políticas destinadas à educação devem investir em ações que envolvam a temática de formação desses profissionais.

O ensino em ciclos estabelece uma ruptura com um sistema que há anos embasa a educação em nosso país, ruptura essa que pretende incorporar novos aspectos, novos olhares para a instituição escola e seus atores sociais. Tornar essa mudança uma realidade sem o preparo e o envolvimento necessário daqueles que terão que lidar com ela, é arriscar-se a direcionar essa nova proposta por caminhos tortuosos, e o resultado é salientado por David et al. (2010, p. 44):

As políticas públicas que se apresentam como novo óleo para as engrenagens escolares tendem a produzir preconceitos, dinâmicas de estagnação e ampliam a exclusão quando são compreendidas como aprovações automáticas desvinculadas dos processos de aprendizagem. A escola seriada se repete com uma nova denominação, e os docentes, os pais e os estudantes não se percebem como agentes interativos nos processos históricos de transformação da escola e da sociedade.

A proposta do ensino em ciclos abrange em seu ensejo, três dimensões, sendo elas, política, cultural e pedagógica. Política no sentido de objetivar uma educação igualitária, onde todas as camadas sociais teriam acesso a esse direito e no qual, dentro das instituições escolares, todos os estudantes dispunham das mesmas oportunidades para desenvolver sua aprendizagem.

Cultural, pois, conforme ressalta Barreto e Mitrulis (2001, p. 118), "a organização por ciclos veio associada à concepção da escola como pólo de valorização, produção, divulgação e fruição da cultura". A partir disso, o desenvolvimento social entre os estudantes acontecia mais positivamente, pois os mesmos acabavam por reconhecer a liberdade à qual tinham direito em manifestar sua própria identidade.

Na dimensão pedagógica, a grande mudança foi em relação ao foco, que antes era direcionado para o currículo organizado em conteúdos, dos quais os estudantes deveriam deter um conhecimento satisfatório objetivando a aprovação para a série seguinte.

Esta reorganização, em ciclos, trouxe para questão pedagógica uma preocupação mais centrada no desenvolvimento cognitivo dos estudantes, seus diferentes espaços e tempos dos quais necessitavam para propiciar o efetivo aprendizado.

No âmbito da legislação, o ensino em ciclos se fundamenta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), o que resultou na adoção cada vez mais crescente por essa forma de organização. Em seu art. 23, a LDB estabelece que a estruturação da educação básica possa ocorrer de diversas maneiras, senda esta organizada em:

séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (BRASIL, 2010, p. 42-43)

Além da Lei 9.394/96, os ciclos estão presentes em uma série de orientações curriculares desenvolvidas no mesmo ano para atender toda a educação do país, intitulada Parâmetros Curriculares Nacionais, que contempla essa organização de

ensino pelo fator relacionado ao tempo de aprendizagem, ou seja, uma vez que não existindo aquela limitação que determinava o ensino dos conteúdos em um prazo estabelecido, os mesmos poderiam ser adequados aos processos de aprendizagem, além de possibilitar um estudo menos parcelado e compreensível em suas sucessões.

Tendo em vista o fato de a proposta do ensino em ciclos defender uma educação igualitária onde todos os cidadãos possam usufruir desse direito, em 2001 os ciclos foram fortalecidos por outro documento legal com abrangência em todo o país, o Plano Nacional de Educação (Lei Federal 10.172), que, conforme ressalta Barreto e Mitrulis (2001, p. 120): "entre seus objetivos, propõe a elevação geral do nível de escolaridade da população e a redução das desigualdades sociais e regionais no que se refere ao acesso e à permanência, com sucesso, nas escolas".

É válido ressaltar que, embora o ensino em ciclos esteja pautado nesses documentos, cada estado ou município que optou por implementá-lo possuía autonomia para organizar a estrutura de seu ensino e constituir sua diretriz norteadora, podendo ou não embasar-se nas experiências já relatadas, mas desde que o objetivo da proposta mantivesse os princípios que o ensino em ciclos defende.

No estado do Amazonas, os ciclos iniciaram sua trajetória no ano de 2001, sendo implantado em apenas algumas escolas da capital e do interior, na rede estadual, através de um projeto intitulado Ciclo Inicial do Ensino Fundamental (CIEF) – Escola Bem Cedinho<sup>1</sup>, aprovado pela Resolução nº. 193, de dezembro de 2002 do Conselho Estadual de Educação. Em 2002, o projeto é ampliado, sendo inserido em uma parcela maior de escolas.

Na rede municipal, o mesmo foi implantado no ano de 2004 com a chamada Proposta Pedagógica da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana, com diretrizes instituídas pela Resolução nº. 04 do Conselho Municipal de Educação, cuja abordagem será feita mais detalhadamente no próximo capítulo.

Para compreender melhor a mudança intencionada pela implantação da organização do ensino ciclos, faz-se necessário antes, conhecer a visão de escola concebida no ensino seriado sob o contexto de uma sociedade onde um dos fatores

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> XIMENES, Maria Augusta da Silva. *O ciclo inicial do ensino fundamental*: uma experiência do sistema estadual de ensino em Manaus (2001 – 2003). Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2006.

mais relevante compreende o nível socioeconômico, que exerce grande influência nas relações que a escola estabelece com o seu meio externo. A respeito disso, Freitas (2003, p. 18) esclarece:

A razão é que há uma hierarquia econômica fora da escola que afeta a constituição das hierarquias escolares – queiramos ou não, gostemos ou não. Que elas não sejam deterministas, que possam ser alteradas mais para lá ou mais para cá, somente afirma sua existência. Não bastasse isso, há uma sociedade constituída sob a égide da competição.

E é sob essa égide que se faz a separação dos mais aptos e menos aptos e onde o fator econômico molda a forma que a escola assumiu na sociedade capitalista, trazendo a necessidade de formar novos contingentes produtivos, ou seja, mão-de-obra qualificada cada vez mais rápido.

E uma vez que isso só era possível de forma escolarizada, a forma que a escola adotava de gerir o seu funcionamento dentro dessa nova ordem social se apresentava distante da realidade vivida por aqueles estudantes e dessa forma, Freitas (2003, p. 27) destaca que "O conhecimento foi partido em disciplinas, distribuído por anos e os anos foram subdivididos em partes menores que servem para controlar uma certa velocidade de aprendizagem do conhecimento".

A partir disso, começava a se atentar sobre a maneira de verificar a absorção desses conhecimentos transmitidos e tendo em vista que o ensino se dava distanciado da vida real, não havia como avaliar os estudantes levando-se em consideração as suas experiências, suas histórias.

Foi empregado um regime de provas e testes igualmente artificial e que possuía caráter de "mercadoria" advindo do capitalismo, ou seja, o estudante aprendia para trocar por uma nota que o avaliasse como aprovado ou apto para a série seguinte, sendo que o interesse dessa troca superava a essencialidade de aquisição de conhecimentos, resultando na formação de estudantes que apenas decoravam conteúdos sem a menor capacidade de indagar criticamente sobre os mesmos e sobre suas aplicabilidades.

A respeito disso, Freitas (2003, p. 28) enfatiza que:

O aluno é cada vez mais conformado a ver a aprendizagem como algo que só tem valor a partir da nota (ou aprovação social), que lhe é externa, e a troca pela nota assume o lugar da importância do próprio conhecimento como construção pessoal e poder de interferência no mundo.

Freire (1979) é bem enfático quando afirma que o processo de aprendizagem não é uma memorização mecânica de palavras e sílabas, mas constitui um instrumento pelo qual o indivíduo possa atuar criticamente sobre seu contexto e onde o papel do educador se fundamenta no sentido de "dialogar com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhe simplesmente os meios com os quais possa se alfabetizar" (FREIRE, 1979, p. 72), sendo o diálogo uma relação de dois sujeitos, onde o esquecimento ou exclusão de um, não contemplará mais um processo de educação, mas de deformação.

Em decorrência disso, a escola institucionaliza uma nova lógica, a da submissão. O estudante ingressa na escola com toda a sua trajetória pré-definida, o que será ensinado e que não deve ser questionado bem como sua forma de avaliação, dessa forma, mesmo que não aprenda os conteúdos das disciplinas, na escola, ele já começa a fazer parte das relações sociais dominantes de competição, obediência às regras juntamente com a de submissão. A respeito disso, Arroyo (2003, p. 36) esclarece que:

A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens.

Relacionado a esse aspecto referente à forma de avaliação, o ensino em ciclos trouxe uma das grandes mudanças para a história da educação brasileira. Freitas (2003, p.41-42) menciona três componentes da avaliação, sendo o primeiro correspondente ao aspecto instrucional, que, como já foi citado anteriormente, se refere à aplicação de testes, provas, trabalhos etc., para avaliar o domínio de conteúdos e habilidades.

O segundo componente da avaliação está relacionado à questão do domínio da classe exercido pelo professor, uma vez que ele considera como elemento avaliativo o comportamento e passa a exigi-lo tomando como princípio o componente anterior, ou seja, a capacidade de aprovar ou reprovar no aspecto instrucional depende do fator comportamental.

Com o sistema de ciclos esse cenário se modifica, uma vez que houve a abolição das provas, das notas e conceitos e abriu-se lugar para uma avaliação mais qualitativa focando as condições em que é oferecido o ensino, buscando soluções coletivas para assegurar o sucesso escolar dos alunos.

O terceiro componente da avaliação diz respeito aos valores e atitudes onde Freitas (2003, p. 42) salienta que:

consiste em expor o aluno a reprimendas verbais e físicas, comentários críticos e até humilhação perante a classe, criticando seus valores e atitudes. Cabe enfatizar que é no campo da avaliação de valores e atitudes, bem como no da avaliação do comportamento do aluno, que se instala preferencialmente a lógica da submissão.

A latente e perceptível discussão sobre a divisão de classes dentro da educação não é privilégio das políticas atuais, tendo em vista que a relação da educação com o exercício da cidadania, ou seja, com a participação ativa do indivíduo na construção e transformação da sociedade se faz baseada em um emaranhado de interesses de diversos setores que há anos se faz presente, como explica Arroyo (2003, p. 34):

Por trás dessa relação, [...], há uma concepção do social e de sua constituição, há idéias e ideais políticos que não podem ser ignorados, há concepções e compromissos com a ordem social e econômica, com o Estado e com um modelo de cidadania para as classes inferiores.

A educação, nesse contexto, passa a ter um caráter de mecanismo de controle, determinando aqueles que possuem e aqueles que não possuem direito de participação no convívio social. Para tal, surgiram as inúmeras restrições, ou prérequisitos necessários para possuir esse direito, conforme menciona Arroyo (2003, p. 37):

apenas os civilizados, os racionais, os modernos, os de espírito cultivado, os instruídos e educados. Somente será reconhecido a participar como sujeito social e político quem tiver vencido a barbárie, a ignorância, quem tiver aprendido a nova racionalidade, quem tiver sido feito homem moderno.

A partir da questão referente às aptidões e às capacidades dos alunos surge a discussão sobre os tempos e espaços escolares, onde Bloom et al (1971, apud Freitas, 2003, p. 19) afirma que "dado suficiente tempo e apropriadas formas de ajuda, 95% dos estudantes podem aprender a matéria com um alto grau de domínio".

Portanto, essa lógica define que se houver um único tempo para todos os estudantes, cada um desenvolvendo seu aprendizado ao seu ritmo, ao final daquele tempo, uns terão se desenvolvido em um nível maior que outros, e que, para que todos os estudantes consigam alcançar o mesmo patamar de desenvolvimento, é preciso que não haja uma delimitação desse tempo, ou seja, utilize-se o tempo que for necessário, considerando também os meios didático-metodológicos para ajudar esse estudante.

#### 1.1 Os tempos e espaços da escola

Aqui é válido mencionar sobre a Epistemologia Genética de Jean Piaget, onde o mesmo trabalha a questão do desenvolvimento cognitivo da criança a partir de quatro estágios sendo esses: estágio sensório-motor, estágio pré-operacional, estágio das operações concretas e estágio das operações formais.

Esses estágios são divididos por faixas etárias em que o primeiro vai até os dois anos de idade e corresponde a um período anterior à linguagem, ou seja, a criança apenas começa a adquirir a percepção sobre si mesma e aquilo que está a sua volta. O segundo compreende dos dois aos sete anos de idade, período em que a criança já exerce certo domínio da linguagem e passa a representar o mundo em que vive através de símbolos. Nesse período, o egocentrismo ainda prevalece. O terceiro, dos sete aos doze anos, é caracterizado por uma organização interna dos processos mentais onde "A criança terá um conhecimento real, correto e adequado de objetos e situações da realidade externa, [...], irá sentir necessidade de explicar logicamente suas ideias e ações" (RAPPAPORT, 1981-1982, p. 72). E o quarto, aos 12 anos, ocorre a aquisição da capacidade de refletir, questionar ou criticar a respeito de aspectos não presentes na realidade concreta, ou seja, segundo Rappaport (1981-1982, p. 74):

o sujeito será então capaz de formar esquemas conceituais abstratos [...] e realizar com eles operações mentais que seguem os princípios da lógica formal, o que lhe dará sem dúvida uma riqueza imensa em termos de conteúdo e de flexibilidade de pensamento.

Igualmente a Epistemologia Genética de Piaget, os ciclos de formação também foram organizados segundo as fases de formação de crianças e adolescentes em que a infância corresponde dos seis aos oito anos, a préadolescência dos nove aos 11 anos e a adolescência dos 12 aos 14 anos. (KRUG, 2001 apud FREITAS, 2003, p. 54).

A concepção de construção do conhecimento através de um professor para cada classe também foi modificada, tendo em vista que a responsabilidade pelo aprendizado dos estudantes de determinado ciclo passa a ser atribuída a um conjunto de docentes. Nesse contexto, é válido ressaltar que o papel do professor é permeado por outro fator bastante influente na aprendizagem e no desenvolvimento do educando, a interação social, a interação que este possui com o ambiente que o rodeia, pois segundo Hoffmann (2012, p. 48):

O aluno constrói o seu conhecimento na interação com o meio em que vive. Portanto, depende das condições desse meio, da vivência de objetos e situações, para ultrapassar determinados estágios de desenvolvimento e ser capaz de estabelecer relações cada vez mais complexas e abstratas.

Ou seja, em uma sala de aula, tanto professores como alunos interagem e despertam determinadas reações e comportamentos que podem ser positivos ou negativos. Da mesma forma que os alunos se aproximam dos colegas que mais lhe agradam, com que mais se sentem bem, o professor poderá também fazê-lo com seus alunos, possuindo, talvez sem perceber, uma atitude seletiva.

Isso é proveniente da forma como são percebidas as situações e as pessoas, resultando muitas vezes na criação de rótulos, separando os alunos capazes dos incapazes. Observando isso, faz-se necessária uma mudança no papel do professor diante das diferenças individuais de seus alunos, para poder promover assim um desenvolvimento positivo de suas habilidades.

Revitaliza-se o compromisso do professor diante da criança e do jovem de todos os níveis socioculturais. Porque, se concebermos a aprendizagem

como a sucessão de aquisições constantes e dependentes da oportunidade que o meio lhe oferece, assumimos o compromisso diante das diferenças individuais dos alunos. (HOFFMANN, 2012, p. 50).

O professor, querendo ou não, é tido como figura central na sala de aula e tudo o que é transmitido, seja na forma de conteúdos ou na maneira como ele destina os mesmos para cada aluno acaba sendo internalizado por eles, e a partir disso se o professor julga um aluno como incapaz de aprender, de se desenvolver, certamente essa falta de estímulo e credibilidade prejudicará sua aprendizagem.

Portanto, para a implantação deste sistema, é fundamental a modificação das relações profissionais na escola, uma vez que a responsabilidade pela formação do aluno passa a ser do coletivo.

Não somente a maneira como se configura as relações vivenciadas no interior da escola devem ser alteradas, mas também as relações desta com as esferas governamentais. Para que a política de ciclos seja inovadora é necessário o envolvimento das diferentes instâncias de planejamento no processo, conforme salienta Lopes (2004, p. 111, apud BORBOREMA, 2007, p. 52):

As políticas curriculares não se resumem apenas aos documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação. São produções para além das instâncias governamentais.

A organização do ensino em ciclos concebe uma organização temporal bastante diferenciada daquela estruturada no ensino seriado no sentido de ser uma concepção mais subjetiva, levando em consideração a individualidade do educando. Essa individualidade, no entanto, precisa ser analisada no contexto de sua totalidade, ou seja, compreender não apenas o convívio do educando na escola, mas também as relações que ele estabelece fora dessa instituição. Relações essas que permeiam tempos diversificados de convivência familiar e social. A respeito do cotidiano, construído a partir das relações sociais e dos espaços frequentados por cada indivíduo, Martins (1998, p. 197) apud Fischer (2004, p. 35) salienta que:

A vida cotidiana está na fábrica, no trabalho, na rua, na casa, mas não está inteiramente na casa, no trabalho, nos lugares onde a contradição se faz mais viva e o desafio à transgressão se torna mais significativo. A vida

cotidiana se quebra na transgressão. A vida cotidiana se quebra na revolução. A vida cotidiana se quebra no rompimento daquilo que é propriamente rotineiro.

Além da temporalidade relativa às diferentes formas de convívio do educando, há ainda um outro aspecto referente ao cognitivo e ao emocional de cada um, os tempos internos, que Melucci (1992, p. 25) apud Fischer (2004, p. 37) considera como sendo "aquele que acompanha afetos e emoções e vive no corpo, possui, no entanto, características opostas. Este é múltiplo e descontínuo; na experiência subjetiva, tempos diversos coexistem, sucedendo-se, interceptando-se e sobrepondo-se".

A partir disso, é necessário pensar que a atuação da escola na formação de seus educandos deve conter no seu ensejo essas categorias referentes ao cotidiano, histórias e trajetórias dos mesmos, pois para se pensar um ensino em ciclos, é relevante que seja discutida a questão das diferentes realidades vivenciadas, uma vez que toda e qualquer mudança ocorrida na sociedade demanda aceitabilidade ou conformidade estabelecidas em tempos distintos regidos a partir dessas e de outras categorias.

#### 1.1 Cultura, currículo e cultura escolar

Sabendo-se da existência de uma diversidade cultural no âmbito escolar, reflexo da realidade cotidiana de cada ator, faz-se necessário pensar em como empregar um modelo de currículo que englobe esta questão e se é papel da escola mudar a sociedade em que ela está inserida. Estas e outras questões surgem quando se trata do dilema que diz que o currículo precisa estar relacionado com a sua realidade e, por isso, envolve a cultura e a dinâmica da sociedade, tendo em vista que os valores, princípios, a moral, costumes, dentre outros aspectos estão ligados à construção do indivíduo.

Uma vez considerada, esta realidade pode ser discutida, questionada e modificada, não pela escola, mas pelos agentes de mudança que esta forma ao despertar o senso crítico de cada um, daí a importância de se trabalhar a flexibilidade da sociedade. Mas cada aluno possui um olhar diferente sobre a realidade em que vive, pois diversas também o são. Pensando nisso, surge uma

outra problemática em que para não excluir as características individuais dos alunos e do modo de vida deles seria necessário haver um currículo para cada aluno no mundo, o que seria inapropriado. Aconselhável seria tornar o currículo antes planejado, flexível o suficiente para trabalhar estas questões, fazendo modificações e complementações quando necessário.

Discutindo a ideias de reconstrução do conceito de currículo, Ribeiro (1993, p. 67) salienta ser necessário que os atores, que vivenciam e produzem a escola, desconstruam o seu significado formal visando reconstruí-lo numa outra dimensão, ou seja, que evidencie as possibilidades científico-metodológicas de construção democrática do conhecimento, conciliando no seu processo, o conhecimento vivido, em especial dos alunos, com o saber científico.

A abordagem das várias definições de currículo o divide em currículo oculto, oficial e real, formal e informal. O currículo oculto abrange os conhecimentos adquiridos pelos alunos por meio das atitudes, opiniões, modos de realizações do trabalho empregados e demonstrados por aqueles que são responsáveis pela escola, sem que estes percebam a influência de tal situação, pois nada disso foi planejado, organizado ou oficializado. É considerado oculto por possuir esta característica de não intencionalidade de transmissão de conhecimentos e, por essa mesma justificativa, abre precedentes para se pensar a respeito do fato de não considerá-lo currículo e sim resultados ocultos ou subprodutos do currículo. Kelly (1981, p. 3) aponta sobre o currículo oculto:

alguns educadores falam sobre o "currículo oculto", pelo que entendem aquelas coisas que os alunos aprendem na escola por causa do modo pelo qual o trabalho da escola é planejado e organizado, mas que não são em si mesmas claramente incluídas no planejamento e nem estão na consciência dos responsáveis pela escola.

O currículo oficial e o real dão início à discussão sobre as divergências existentes entre a teoria e a prática, uma vez que o primeiro representa aquilo que está determinado no papel, em programas, prospectos, e, o segundo refere-se aquilo que é praticado na realidade.

Por fim, o currículo formal é definido como sendo aquelas atividades desempenhadas pela escola em períodos específicos, com horários antes delimitados e desempenhados durante as horas normais de ensino, enquanto que o

currículo informal são atividades que ocorrem fora dos padrões de horários definidos pela escola, como na hora do almoço, depois da aula e durante as férias, sendo essas atividades consideradas como extracurriculares, devendo estar em separado e acima do currículo propriamente dito.

Ressaltando a importância de estreitar a relação existente entre a construção do currículo e as múltiplas culturas existentes na sociedade, Connell (1993) apud Moreira e Candau (2003, p. 157) menciona o termo "justiça curricular" que está pautado por três princípios:

(a) os interesses dos menos favorecidos, (b) participação e escolarização comum e (c) a produção histórica da igualdade. Para o autor, o critério da justiça curricular é o grau em que uma estratégia pedagógica produz menos desigualdade no conjunto de relações sociais ao qual o sistema educacional está ligado.

É necessário que nenhum educando seja excluído do processo de escolarização e para isso todos devem ser considerados, independente de sua condição social. Isso constitui uma prática pedagógica que proporcione englobar os interesses de forma igualitária para que se faça emergir reflexões advindas das diversas culturas existentes no âmbito escolar.

Nesse contexto, Santos (2003, p. 33) apud Moreira e Candau (2003, p. 157) afirma que "As versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos".

Para construir um currículo que leve em consideração esses fatores, exige-se uma mudança na postura dos profissionais da educação no intuito de que os mesmos possam se dispor a reformular suas práticas de modo a atender as necessidades dos diferentes grupos que se encontram em sua sala de aula.

A escola se constitui em um local de promoção e valorização da cultura e é partindo-se dessa visão que Moreira e Candau (2003, p. 160) descrevem a função da escola:

A escola é uma instituição construída historicamente no contexto da modernidade, considerada como mediação privilegiada para desenvolver uma função social fundamental: transmitir cultura, oferecer às novas gerações o que de mais significativo culturalmente produziu a humanidade.

A partir disso, é válido ressaltar que o papel da escola não somente deve se configurar na transmissão e no reconhecimento dos diferentes tipos de cultura existente no âmbito escolar, mas também promover reflexões, diálogos e trocas de experiências entre as mesmas. Para tanto, é importante que a instituição reconheça algumas concepções de cultura e em que se constitui cada uma delas, conforme expõe Pérez Gómez (1998, p. 17) apud Moreira e Candau (2003, p. 161):

O responsável definitivo da natureza, sentido e consistência do que os alunos e alunas aprendem na sua vida escolar é este vivo, fluido e complexo cruzamento de culturas que se produz na escola entre as propostas da *cultura crítica*, que se situa nas disciplinas científicas, artística e filosóficas; as determinações da *cultura acadêmica*, que se refletem no currículo; as influências da *cultura social*, constituídas pelos valores hegemônicos do cenário social; as pressões cotidianas da *cultura institucional*, presente nos papéis, normas, rotinas e ritos próprios da escola como instituição social específica, e as características da *cultura experiencial*, adquirida por cada aluno através da experiência dos intercâmbios espontâneos com seu entorno.

As culturas existentes no âmbito escolar devem se relacionar entre si, buscando complementar-se, e não destacar algumas em detrimentos de outras. O que ocorre, muitas vezes, é que as culturas denominadas crítica, acadêmica, social e institucional se sobressaem à cultura experiencial, excluindo as vivências que os alunos trazem consigo e que os diferenciam, homogeneizando as práticas curriculares.

### **CAPÍTULO II**

### 2 AS DIRETRIZES DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM CICLO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE MANAUS (2004 – 2008)

Nesse capítulo são discutidos os dois principais documentos que nortearam a implantação da organização do ensino em ciclos no município de Manaus, iniciandose pela Resolução Nº. 04 de 20 de maio de 2004 e as diretrizes que a constituem e posteriormente a Proposta Pedagógica da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana, formulada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manaus.

### 2.1 Diretrizes para organização do ensino em ciclos

Dentre as várias maneiras de organização da Educação Básica apresentada na LDB 9394/1996, a opção adotada na rede municipal de ensino de Manaus, no período referente aos anos de 2004 a 2008, foi a organização do ensino em Ciclos. Esta organização será aqui apresentada para mediante análise das diretrizes que regulamentam a proposta.

Tal implantação visava proporcionar uma mudança na prática de ensino que estava sendo utilizada objetivando trazer para esse contexto uma educação com foco mais qualitativo, onde todos assumissem uma nova postura e coletivamente atuassem para o desenvolvimento dos educandos, respeitando-se as fases do seu desenvolvimento humano, oportunizando progressos significativos de suas potencialidades.

A Resolução Nº. 04 de 20 de maio de 2004 se constitui como o aparato legal aprovado pelo Conselho Municipal de Educação – CME de Manaus, composta de 14 Artigos onde são instituídas as Diretrizes para a implantação da Proposta de Ciclos de Formação Humana.

Neste capítulo foram analisados as principais diretrizes dessa Resolução, a importância dessa implantação e questões pertinentes à rotatividade de professores e ao processo de avaliação. Posteriormente, fez-se uma análise dos aspectos referentes à formulação da proposta da Secretaria Municipal de Educação –

SEMED, intitulada Proposta Pedagógica da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana.

Dentre as diretrizes que a Resolução Nº. 04/2004 do CME – Manaus salienta que:

Nos cinquenta e cinco (55) estabelecimentos de Ensino Municipal que trabalharam com o Projeto Classe Básica nos anos de 2002 e 2003 será implantado o 2º Ciclo, o que significará que, nessas escolas, o primeiro segmento do ensino fundamental será totalmente ciclado; (parágrafo único, art. 2º.).

A implantação abrangeu todas as escolas da Rede de Ensino Municipal, no entanto, o 2º Ciclo somente foi implantado naquelas em que se desenvolveram as atividades do projeto Classe Básica do Ensino Fundamental – CBEF. Este projeto tinha por objetivo estabelecer uma nova forma de avaliação que não se detivesse apenas ao estabelecimento de notas, mas que propusesse um foco mais qualitativo e voltado para o desenvolvimento dos conhecimentos dos educandos.

Essa Resolução explicita que:

A organização em Ciclo deverá permitir que o aluno prossiga e termine o ensino fundamental, garantindo-lhe cidadania, que comece pelo respeito a sua condição de criança, de pré-adolescente e adolescente. (art. 4º).

Nesse contexto, a Resolução reafirma o que os fundamentos teóricos do Ciclo abordam, levando-se em consideração o respeito às fases do desenvolvimento humano, organizando-se a estrutura do ensino a partir desses critérios. A proposta considera as diferenças individuais, pautando sua visão no processo de ensino e aprendizagem de cada educando, no compromisso de acesso ao conhecimento como vivência, e que nem todos os alunos, em todas as suas fases, tem condições de assimilar os conhecimentos e informações previamente estabelecidas nos tempos determinados.

A Resolução Nº. 04/2004 ressalta que "Os alunos terão acompanhamento preferencialmente de um mesmo professor (a) no decorrer dos dois primeiros Ciclos, possibilitando-lhes um melhor atendimento pedagógico". (art. 9º). Nessa proposta, o acompanhamento do professor durante o percurso do aluno se torna mais longo, supondo acompanhamento mais apurado visando à aprendizagem e domínio de competências.

O processo de acompanhamento realizado exclusivamente por um único docente até a conclusão da primeira etapa do ciclo no ensino fundamental, se possuir um caráter de comprometimento, atuando com dedicação e responsabilidade, poderá trazer grandes avanços nos aspectos cognitivos e emocionais, oferendo segurança aos educando para o desenvolvimento de suas potencialidades. De acordo com Thurler (2001, p. 18):

Os ciclos de aprendizagem colocam novos desafios aos professores que aí trabalham: reinventar sua escola enquanto local de trabalho, mas também reinventar a si mesmos enquanto pessoas e membros de uma profissão. Em face de novas condições profissionais conceituais, práticas e psicossociológicas, eles devem progressivamente construir(se) uma nova identidade, fundada no desenvolvimento de um conjunto de novas posturas e competências profissionais.

As práticas pedagógicas no interior das escolas receberam o compromisso de se reinventarem e afirmarem o valor da participação, com responsabilidade coletiva de reorganização de todo o trabalho dentro da escola. A cooperação de equipe, o acompanhamento da progressão plurianual dos alunos, o desenvolvimento do trabalho ágil e flexível bem como o envolvimento e cooperação em equipes são alguns dos itens necessários para dar condições de aprendizagem aos alunos.

Os referenciais nos apresentam que para que aconteça a aprendizagem, os professores precisam desenvolver planejamento amplo dentro da escola "uma visão comum dos objetivos. Com base nisso, eles decidirão as condutas didáticas e as ferramentas pedagógicas com as quais julgam poder ajudar os alunos a atingirem os objetivos visados" (Thurler, 2001, p. 20).

A proposta em ciclos apresenta a avaliação formativa em que possibilita comandar as aprendizagens e os percursos de formação de maneira que todos os alunos alcancem os objetivos finais de cada ciclo, conhecimentos e competências, sendo o professor responsável pelo conjunto do percurso, bem como os demais integrantes do corpo docente, levando-se em consideração ainda, a participação da família.

É desta maneira que a Resolução Nº. 04/2004 se refere à questão da avaliação:

Art.  $10^{\circ}$  - A avaliação da aprendizagem no contexto dos Ciclos será contínua e processual, considerando-se os aspectos que compõem a formação humana.

Art. 11 - O resultado da avaliação será aferido por meio de conceitos e relatórios descritivo do desempenho do aluno.

O registro avaliativo dos avanços e regressões que o educando obteve em determinado período deverá ser procedido mediante relatórios redigidos pelo professor e contemplando a aplicação de conceitos. Desta maneira,

Os percursos de formação são individualizados, mas não há repetência nem qualquer seleção ou certificado durante o ciclo. A é formativa; ela permite comandar as aprendizagens e os percursos de formação de modo que todos os alunos atinjam os objetivos de final de ciclo, os conhecimentos e as competências (THURLER, 2001, p. 17).

Complementando o contexto sobre avaliação, a Resolução citada expõe que "O estímulo para o aluno no Ciclo será a avaliação, que servirá de referência para o replanejamento das atividades e consequentemente a recuperação da aprendizagem". (parágrafo único, art. 11).

A partir do momento que o educando se conscientiza que suas aprendizagens estão ocorrendo de forma efetiva, de que ele adquiriu novas habilidades e potencializou suas capacidades de analisar novos conhecimentos. Nesse sentido, a proposta de Ciclos de Formação Humana afirmava que ocorreria, naturalmente, o surgimento de motivações intrínsecas que resultariam em um maior interesse e dedicação do educando, diminuindo assim, as estatísticas de evasão escolar advindas, muitas vezes, da falta de estímulo que o educando sente ao idealizar que a educação não está contribuindo para o seu crescimento pessoal.

## 2.2 Proposta Pedagógica da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana

A proposta do ensino em ciclos, implantada pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus teve como embasamento a experiência obtida no Projeto Classe Básica do Ensino Fundamental, que ocorreu em 55 escolas municipais nos anos de 2002 e 2003 atendendo crianças de seis anos de idade, e tinha como foco trabalhar o processo avaliativo de forma diferenciada.

Toda a documentação advinda desse projeto referenciou a implantação da presente proposta de ciclos, sendo esta constituída pelo Ciclo Básico com duração de três anos, e pelo Segundo Ciclo com um período de dois anos. A avaliação era efetuada de forma contínua, no entanto, a retenção ocorria somente no último ano de cada ciclo.

A proposta apresentou o seguinte conceito para Ciclos de Formação Humana: "São as diferentes fases de desenvolvimento e formação do homem. Essas fases aproximam os educandos, embora devamos ter claro que cada um tem seu ritmo próprio de desenvolvimento e de aprendizagem". (MANAUS, 2004, s/p).

A organização da escola por ciclos objetiva considerar o aluno em suas várias fases da vida, nos tempos e espaços. O novo ordenamento escolar pressupõe uma estrutura como espaço de encontro pedagógico, planejando e intervindo no fazer pedagógico, na organização das atividades. Desenvolver e possuir competências para conceber uma formação em ciclos,

é uma procura, nada fácil, de organizar o trabalho, os tempos e espaços, os saberes, as experiências de socialização da maneira mais respeitosa para com as temporalidades do desenvolvimento humano. Desenvolver os educandos na especificidade de seus tempos-ciclos, da infância, da adolescência, da juventude ou da vida adulta. Pensamos em Ciclos de Formação ou de Desenvolvimento Humano. (ARROYO, 1999, p. 158).

Segundo este conceito, observa-se que a proposta concebe a ideia de que a construção do conhecimento ocorre respeitando-se o desenvolvimento das fases do indivíduo, ou seja, infância, pré-adolescência e adolescência, ou ainda primeira infância, infância, adolescência, juventude e vida adulta, conforme mencionado no documento, fazendo uso dos estudos desenvolvidos por Miguel Arroyo como um dos pressupostos teóricos para a formulação do documento.

De acordo com a Proposta Ciclos de Formação Humana, a inclusão de crianças com seis anos de idade no ensino fundamental tem dois caráteres, um social e um pedagógico. O social ocorre no sentido de levar em consideração o fato de que a permanência de educandos, advindos das camadas populares, tende a ser mais complexa, devido a condição em que se encontra na sociedade e que, portando, necessita o mais breve começar e concluir seus estudos para ingressar no mercado de trabalho.

Obter um diploma de conclusão do ensino básico é fundamental para constituir melhores oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, em uma sociedade capitalista na qual se vive hoje em dia, as exigências profissionais tornam-se cada vez mais específicas, o que reflete na contínua necessidade de buscar novos conhecimentos, novas aprendizagens, para que sejam atendidos os requisitos solicitados. Por outro lado, a mesma sociedade capitalista faz surgir a obrigatoriedade de obtenção de renda para manter certa qualidade de vida, reivindicando um constante equilíbrio entre estudos e trabalho.

O caráter pedagógico, por sua vez, aborda o tempo utilizado no espaço escolar, ou seja, a carga horária anual, que no ensino em ciclos é flexibilizada ficando assim definida: "600 dias letivos no Ciclo Básico com 2.400 horas e 400 dias letivos com 1.600 horas no 2º Ciclo" (MANAUS, 2004, s/p). Essa mudança possibilitaria aos professores a realização de um atendimento mais individualizado em que o processo de reconhecimento das necessidades e dificuldades dos educandos aconteceria de forma mais aprofundada.

Conforme mencionado na proposta da SEMED, o fator de maior importância para a Secretaria constitui-se em:

oportunizar às crianças aprenderem conhecimentos que serão úteis a sua vida, desenvolvê-los em todas as dimensões e utilizar uma avaliação que realmente mostre o caminho percorrido pelas crianças na construção do conhecimento, que seja inclusiva e que trate o erro como possibilidade de superação. (MANAUS, 2004, s/p).

Além de estar voltada para um ensino mais efetivo, visando à formação global do indivíduo, a proposta menciona também a questão de desenvolver um processo avaliativo com foco mais qualitativo, onde o educando constrói o seu conhecimento e onde os erros identificados não são repreendidos, mas reutilizados como uma nova abordagem de aprendizagem.

A partir da concepção construtivista do conhecimento, a proposta aponta que:

o conhecimento resulta de um processo interativo, na proporção em que o sujeito se relaciona com o objeto, modificando-o e sendo por ele cognitivamente modificado. É a partir dessas interações (organismo-meio físico e social) que o indivíduo constrói formas cada vez mais elaboradas de adaptar sua inteligência à complexidade do mundo que o rodeia. (MANAUS, 2004, s/p).

Observa-se que na formulação da proposta pedagógica, fez-se uso da teoria sócio interacionista, onde o homem é concebido como ser social que produz o conhecimento através das relações que estabelece com o meio em que está inserido. A respeito dessa concepção, Neves e Damiani (2006, p. 7) abordam os estudos de Vygotsky, constatando que o desenvolvimento humano:

é compreendido não como a decorrência de fatores isolados que amadurecem, nem tampouco de fatores ambientais que agem sobre o organismo controlando seu comportamento, mas sim como produto de trocas recíprocas, que se estabelecem durante toda a vida, entre indivíduo e meio, cada aspecto influindo sobre o outro.

O homem é um ser social histórico, e a interação entre os fatores internos e sociais vivenciados oportunizam os desenvolvimentos do seu conhecimento. Portanto, o desenvolvimento do sujeito não pode ser compreendido partindo-se da ideia de que o meio direciona suas práticas sociais e onde se configura como um ser passivo em que o conhecimento é resultante do que está posto na realidade em que vive, ou seja, não há interação. Nem tão pouco o inverso, onde o sujeito já detém o conhecimento em si, mediante sua herança genética e o meio apenas auxilia no seu desenvolvimento.

O que de fato ocorre é que um, não se configura isoladamente do outro, e a aprendizagem ocorre simultaneamente nas trocas entre o saber que o sujeito traz consigo e as experiências que o meio que o cerca lhe proporciona.

É válido ressaltar, que a escola, nesse contexto, tem como função promover o desenvolvimento das capacidades intelectuais, afetivas e sociais dos educandos, para que os mesmos não dependam da instituição escolar no que diz respeito à apropriação de conhecimentos já produzidos.

A Proposta Pedagógica da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana ainda menciona, como complemento que servirá para nortear a prática pedagógica, os quatro pilares da educação:

- Aprender a conhecer apropriar-se de uma cultura geral ampla com possibilidade de aprofundamento em conteúdos específicos. Pressupõe o aprender a aprender para melhor aproveitar as oportunidades oferecidas pela educação no decorrer da vida;
- Aprender a fazer adquirir uma competência que capacite o educando a resolver situações do seu cotidiano nos âmbitos individual e coletivo – é o aprender fazendo;

- Aprender a conviver compreender o outro numa relação de interdependência;
- Aprender a ser desenvolver melhor a própria personalidade para agir com crescente capacidade de autonomia, de juízo e de responsabilidade pessoal. (MANAUS, 2004, s/p).

Mediante o exposto, nota-se que a proposta, mais uma vez, reafirma a importância de se desenvolver a formação integral do educando, objetivando torná-lo indivíduo crítico e reflexivo para o exercício da sua cidadania.

É de suma importância que a educação tenha, como um de seus objetivos, propiciar momentos em que os educandos possuam a capacidade de buscar formar suas próprias opiniões a respeito de determinado assunto que permeia tanto a realidade que o rodeia como outras realidades mais abrangentes, por exemplo, sobre o que acontece no país em que vive e no mundo, sem se apossar de uma única hipótese como sendo a verdadeira, mas procurando diversas outras possibilidades para formular seus pensamentos e críticas.

Os demais princípios norteadores que constituem a proposta de organização do ensino em ciclos em Manaus se fundamentam em cinco visões relacionadas à função que a escola deve exercer no processo de formação do educando.

A primeira visão refere-se à construção da identidade da escola, quando esta define os parâmetros que servirão de base para a constituição dos seus princípios e valores, levando-se em consideração o que determina a política educacional a nível nacional.

As escolas da rede pública do município de Manaus tornam-se ponto de partida no momento da elaboração do seu projeto pedagógico, quando delineia o seu caminho, firma sua identidade, estrutura seus espaços e tempos, seus rituais, lógicas, currículo (sem perder de vista a política educacional nacional que assegura a unidade da ação educacional) e constrói sua autonomia. (MANAUS, 2004, s/p).

A partir disso, o documento menciona a criação dos Distritos Educacionais como uma ação descentralizadora da Secretaria para melhor oportunizar a atuação autônoma das escolas. À época, funcionavam quatro distritos, sendo eles: Norte, Sul, Leste e Oeste.

A segunda visão apresentando a função que a escola deve exercer refere-se a instituição de ensino como polo cultural da comunidade. Neste ponto, é válido

ressaltar o que foi explanado no primeiro capítulo quando Barreto e Mitrulis mencionam sobre as três dimensões do que a proposta do ensino em ciclos abrange, dentre elas, uma dimensão cultural. Nesse sentido, a visão da escola abordada na Proposta é que ela deve:

estar constantemente atenta a reorganizar seus tempos e espaços, de modo a incorporar manifestações culturais que emergem da realidade na qual está inserida, articulando a produção do conhecimento cultural da comunidade (MANAUS, 2004, s/p).

No processo de construção do conhecimento, a escola deve não somente valorizar, mas fazer uso das manifestações culturais da realidade em que está inserida, apropriando-se das outras realidades vivenciadas pelos educandos fora do ambiente escolar. E ressaltando a importância da cultura na formação do sujeito, Pérez Gómez (1998, p. 56) apud Krug (2007, p. 86) afirma que:

Ao fugir da transmissão mecânica, linear e memorialística da cultura, própria do modelo pedagógico tradicional, o movimento progressista centrou-se no estudo e na promoção das habilidades formais que constituem o raciocínio. Agora, o raciocínio e a capacidade de pensar não são atividades formais independentes dos conteúdos que medeiam os intercâmbios culturais. O problema que se coloca para a educação não é prescindir da cultura, mas sim provocar que o aluno/a participe de forma ativa e crítica na reelaboração pessoal e grupal da cultura de sua comunidade.

A terceira visão sobre escola refere-se à formação global e integrada, visão esta que permeia toda a formulação do documento da Proposta. A escola deve atentar-se para uma postura democrática objetivando contemplar a formação do educando em toda a sua pluralidade, estabelecendo uma relação entre os aspectos afetivos, sociais com os conhecimentos a serem construídos e planejados nesse processo formativo.

Assim, ressaltamos a importância do planejamento, desenvolvimento e avaliação do processo educativo, capaz de efetivar a apropriação significativa, crítica, criativa e duradoura do conhecimento como mediação para a formação do educando como pessoa, como cidadão e como trabalhador. (MANAUS, 2004, s/p).

A quarta visão diz respeito a uma escola cujo foco é o momento presente do educando, objetivando prepará-lo numa perspectiva futura, que perpassa pelas fases de desenvolvimento, utilizando-as como parâmetros de formação, ou seja, a escola não deve vislumbrar o desenvolvimento do discente para sua atuação como cidadão somente na vida adulta, mas sim desde o inicio do seu processo educativo. Nesse sentido a escola oportuniza ao educando compreender que o aprendizado é um processo constante, possibilitando a construção de conhecimentos que lhe serão válidos para a vida em sociedade.

Nessa visão faz-se necessário a escola mudar sua prática educativa preparando o aluno para uma vivência de direitos presentes, situando-os não somente como cidadão do futuro, mas principalmente, como um cidadão em formação que precisa ampliar suas potencialidades e espaços de participação social em todas as fases de seu desenvolvimento. (MANAUS, 2004, s/p).

Nesse sentido, o educando encontra na escola um lugar propício para desenvolver e potencializar sua capacidade de reflexão crítica quanto aos acontecimentos pertinentes a sua realidade, oportunizando obter uma postura ativa para modificá-la e para validar seus direitos e deveres.

O cotidiano da escola é tratado diretamente na mudança para a formação qualitativa do educando, transformando a prática educativa em um sentido mais amplo, de participação social no decorrer de sua vida, ampliando o espaço da pessoa de direitos, partindo da escola para a sociedade como cidadão e como trabalhador com conhecimento duradouros.

A quinta visão trata da escola como construtora de sucesso, focando a formação integral e qualitativa do educando. Esse processo ocorre de forma linear iniciando com o sucesso do aluno, que resulta no sucesso do professor e se consolida no sucesso da comunidade escolar. Para tanto, a Proposta define elementos básicos para o alcance desse objetivo:

- todos que têm a responsabilidade de educar precisam acreditar que os alunos são capazes de aprender;
- o aluno motivado e satisfeito aprende melhor, em razão do que é preciso que se dê atenção especial à sua auto-estima;
- é fundamental que o professor parta de onde se encontra o aluno e com ele avance até onde se fizer necessário;

- respeitar as diferenças de ritmo e de nível de desenvolvimento é um procedimento facilitador da realização de aprendizagens. (MANAUS, 2004, s/p).

Acreditar na potencialidade do aluno é um dos primeiros elementos da Proposta Ciclos de Formação Humana. Nessa visão, cada criança tem seu tempo, suas potencialidades e limitações, sendo de responsabilidade do professor conhecer todas as fases do seu desenvolvimento utilizando os conhecimentos prévios de cada uma para proporcionar uma aprendizagem mais facilitadora.

Ou seja, o saber não é passado como algo pronto e acabado, do professor para os educandos, mas é importante identificar em que fase de desenvolvimento eles se encontram para que o processo de ensino e aprendizagem seja feito em parceria entre os mesmos.

A partir disso, verifica-se a necessidade do professor em estabelecer uma relação de confiança com os seus educandos, ressaltando suas características positivas e estimulando suas capacidades. No último elemento básico, percebe-se uma caraterística pertinente a organização do ensino em ciclos referente à preocupação que a escola deve ter com os distintos níveis de desenvolvimento na aprendizagem.

Quanto à concepção de criança, descrita na proposta da SEMED, ela é um ser múltiplo que estabelece relações com diferentes instituições sociais, tendo como base a família e o contexto social ao qual ela faz parte. É a partir dessas relações e das percepções que ela estabelece que o conhecimento é construído.

Embora a criança perpasse por instituições educacionais, religiosas e culturais, esta sempre fará associações do aprendizado adquirido nesses locais e aqueles advindos da instituição mais próxima dela desde o seu nascimento, a instituição familiar.

Diante disso, buscando oportunizar e ampliar as experiências e conhecimentos, a proposta define uma metodologia com os seguintes princípios:

• Proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar da criança, seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências, bem como estimular seu interesse pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade (cf.LDB, art. 29). (MANAUS, 2004, s/p).

A proposta se embasa nas teorias sócio-interacionista e de inteligências múltiplas, as quais permitem que as crianças desenvolvam suas potencialidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais, com o propósito de fazer com que elas construam maneiras de pensar e agir mais complexas no ponto de vista crítico e reflexivo.

Essa concepção global do ser envolve o conhecimento e interação da pessoa com o meio e o desenvolver de seu potencial, resultando em uma postura atuante na sociedade, onde ambos, sujeito e meio, influenciam e são influenciados pelo processo que envolve desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social.

Como parte dessa metodologia, o documento ainda apresenta que dentre os princípios, deve-se:

- Trabalhar complementarmente com a família, formando a trilogia <u>criança-família-escola</u>, para que complete o projeto pretendido.
- Buscar a interação entre as diversas áreas do conhecimento e aspectos da vida cidadã, como conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores. (cf.LDB, art. 29). (MANAUS, 2004, s/p).

Ainda nesse contexto, o documento salienta a importância da atuação do professor, o qual deve apresentar um perfil polivalente, que segundo Lima (2007) apud Cruz e Batista Neto (2012, p. 387) considera que:

o professor polivalente seria um sujeito capaz de apropriar-se e articular os conhecimentos básicos das diferentes áreas do conhecimento que compõem atualmente a base comum do currículo nacional dos anos iniciais do ensino fundamental, desenvolvendo um trabalho interdisciplinar.

Ou seja, ser capaz de trabalhar com as distintas áreas do conhecimento tais como: Linguagem, Matemática, Ciências Naturais e Sociais e Artes. A aproximação das disciplinas, ou seja, a interdisciplinaridade, em que as áreas do conhecimento estão sendo trabalhadas, proporciona ao aluno, desde sua entrada na escola, ser capaz de desenvolver a aprendizagem dos conteúdos pelo diálogo entre estas, relacionando-as para a compreensão da realidade.

Além do mais, o docente deve ter uma formação abrangente e contínua, visando um relacionamento harmônico com todos que compõem a comunidade escolar para que esta tenha o envolvimento integral nas ações lúdicas que oportunizam aprendizagens para a cidadania. Nesse sentido, outro principio metodológico diz respeito a:

• Proporcionar às crianças e suas famílias oportunidades de acesso a conhecimentos, valores e modo de vida verdadeiramente cidadãos. Tendo o cuidado de que tudo isto deverá acontecer num contexto do cuidar e educar, de modo prazeroso, lúdico, onde as brincadeiras espontâneas, uso de materiais e jogos, as danças e cantos, as comidas e roupas, as múltiplas formas de comunicação, expressão, criação e movimento, o exercício de tarefas rotineiras do cotidiano e as experiências que exigem o conhecimento dos limites e alcance das ações de crianças e adultos estejam contemplados. (MANAUS, 2004, s/p).

A Proposta Ciclos de Formação Humana incentiva metodologicamente a prática de brincadeiras e jogos, pois a "[...] essência do lúdico não é material, uma vez que ultrapassa os limites da realidade física, [..] transcendendo as necessidades imediatas da vida" e ainda aborda que "O lúdico traz em seu enredo a representação da realidade (matéria, natureza) recriada metaforicamente[...]". (ALVES, 2009, p. 46).

Por ser elemento que constitui o contexto cultural da sociedade, independente de sua condição social, as danças e cantos, as diferentes formas de se comunicar e se expressar são elementos que fazem parte de toda a proposta e permeiam o processo de alfabetização.

Conforme a Proposta, esse processo ocorre em duas etapas cada uma caracterizando a pessoa da criança de acordo com o ciclo de formação em que ela se encontra. A concepção de criança descrita, no 1º Ciclo ou Ciclo Básico do Ensino Fundamental, onde se encontram as crianças com seis, sete e oito anos de idade, refere-se a um ser que faz uso da linguagem para interagir com as novas descobertas que o meio ao seu redor e as pessoas com quem ela convive lhes proporcionam. Nesse contexto, a Proposta enfatiza que:

Esse é o ciclo que se caracteriza por iniciar o desenvolvimento do processo de alfabetização. É importante, então, para que a criança seja bem sucedida nesta etapa, que pensamento e linguagem sejam considerados "processos interdependentes". (MANAUS, 2004, s/p).

Os processos de desenvolvimento da aprendizagem devem conciliar o pensamento que a criança formula frente a uma situação que lhe é apresentada e a forma como ela fará uso da linguagem para expressá-lo, oportunizando uma alfabetização iniciada a partir do ponto de vista da criança.

Progredindo do individual para o coletivo, a criança também é percebida por sua maior facilidade em compreender as opiniões das outras pessoas, mesmo que essas sejam diferentes das suas, pois o egocentrismo já não é mais tão evidente nessa fase.

A Proposta salienta ainda que, apesar de a criança estar começando a ampliar o seu universo de interações sociais e descobertas individuais, ela já possui consciência de si mesma. No entanto, o seu mundo ainda é permeado por fatores pertinentes a infância, ou seja, o lúdico, a brincadeira, a imaginação, o que deve ser considerado ao se pensar no trabalho a ser realizado no desenvolvimento da aprendizagem delas, conforme enfatiza a proposta.

No Segundo Ciclo, onde se encontram as crianças de nove e dez anos de idade, compreende-se que todo processo de alfabetização tenha sido cumprido na etapa anterior, portanto, subentende-se que a criança já possui o domínio básico da leitura e escrita. Nesse caso, a Proposta salienta outra vertente a ser considerada no processo de formação, a verbalização do pensamento da criança:

Neste ciclo, os mecanismos relacionados à fala adquirem uma nova função: a percepção verbalizada na criança, não mais se limita ao ato de rotular. A fala adquire uma função sintetizadora, a qual, por sua vez, é instrumental para atingir formas mais complexas da percepção cognitiva. (MANAUS, 2004, s/p).

A capacidade expressiva na fala da criança é bem enfática quando ela descreve sobre a realidade que a cerca e não apenas no sentido de identificar, mas de analisar o contexto e aqueles que dele fazem parte.

De acordo com a Proposta, a concepção de criança, nessa etapa, refere-se a um ser que, no âmbito social, possui preferência por atividades em grupo e que sejam norteadas por regras podendo, inclusive, modificá-las ou criar novas.

A criança neste período tem interesse particular em atividades coletivas e regradas. Tem capacidade de interpretar a origem das regras a até de modificá-las, embora não assimile ainda o sentido da existência dessas regras.

Os valores éticos são produtos da experiência cotidiana, ou seja, da adequação ou dos conflitos entre ações individuais e sanções sociais decorrentes, podendo ocorrer comportamentos inadequados como a agressividade, o retraimento e a regressão.

Ressalta-se, ainda que, nesta fase se iniciam as primeiras indagações sobre si mesmo, sobre a natureza e os problemas do ambiente. (MANAUS, 2004, s/p).

Em relação aos seus valores, estes vão se moldando segundo as convivências estabelecidas no cotidiano familiar e social, possibilitando emergir, a partir disso, comportamentos em que a criança se apresente agressiva com seus pares ou em que ela, aos poucos, se isole do convívio com eles.

No contexto educacional, a criança passa a focar suas atitudes na questão de desenvolver sua competência, buscando obter aprovação dos seus familiares e colegas, e nesse sentido a escola se torna um fator determinante para concretizar tal objetivo, enfatizando a importância do processo de construção do conhecimento.

Partindo-se da concepção de criança exposta em cada ciclo constituinte da Proposta Ciclos de Formação Humana, tem-se como objetivo geral deste documento:

Promover a cultura do sucesso escolar, favorecendo uma linha de ação pedagógica que respeite os diferentes níveis de desenvolvimento e ritmos de aprendizagem dos educandos, com ênfase na flexibilidade do tempo e do espaço escolar. (MANAUS, 2004, s/p).

A Proposta, portanto, enfatiza o educando como figura central na organização do ensino em ciclos, onde os resultados satisfatórios das ações desenvolvidas no âmbito escolar são decorrentes, prioritariamente, do sucesso que este discente obtém no desenvolvimento de sua aprendizagem. Para isso, ressalta-se a importância de flexibilizar dois aspectos importantes nesse processo, o tempo, que se remete a algo mais individualizado, e o espaço escolar que constitui um fator mais generalizado.

Quanto aos objetivos específicos, a Proposta pretende:

<sup>-</sup> Favorecer a apropriação do conhecimento socialmente construído, em um ambiente flexível, socializador, criativo, prazeroso e facilitador de aprendizagens significativas;

- Construir o currículo escolar a partir da realidade do aluno, integrando o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes, valores e habilidades que favoreçam a construção de uma consciência histórico-crítica; (MANAUS, 2004, s/p).

Propiciar um ambiente permeado de fatores que instiguem a troca de experiências e oportunizem a realização de descobertas entre os educandos, é importante no sentido de que se a criança se sente bem e se relaciona bem com o espaço em que ela se encontra e as pessoas que dele fazem parte, as aprendizagens objetivadas ocorrerão de maneira positiva, podendo, inclusive ser superadas.

O currículo se configura como elemento norteador das práticas educacionais para o alcance dessas aprendizagens objetivadas. Portanto, tendo em vista que faz parte do planejamento elaborado pelo professor e pela instituição escolar para organizar o que será trabalhado com os educandos, devem ser considerados aspectos relacionados à realidade cultural, social e histórica que os discentes vivenciam, aproximando conhecimentos para oportunizar a construção de uma consciência mais reflexiva acerca dos acontecimentos do seu cotidiano.

Por fim, completando os três aspectos pertinentes à organização do ensino em ciclos (tempo/espaço, currículo e avaliação), a proposta da SEMED, enfatiza a questão avaliativa ao estabelecer como um de seus objetivos, o seguinte: "-Implantar no cotidiano escolar uma prática avaliativa contínua e processual, de concepção emancipatória voltada, portanto, para identificar, diagnosticar e redimensionar a ação educativa". (MANAUS, 2004, s/p).

A avaliação, na concepção dos ciclos, se ocupa apenas do melhoramento dos índices educacionais. O foco está relacionado ao processo de averiguar se houve ou não a assimilação/construção do conhecimento por parte do educando, tornando-se assim, mais qualitativa. A partir disso, o professor pode fazer uso de diversos elementos para identificar as potencialidades e dificuldades dos discentes, possibilitando a elaboração de um atendimento mais individualizado, de acordo com as especificidades de cada um. Referindo-se a essa atenção que o professor deve possuir, Fernandes (2007, p. 105) observa que:

Se entendermos que os estudantes aprendem de variadas formas, em tempos nem sempre tão homogêneos, segundo as diferentes vivências pessoais e experiências anteriores e, junto a isso, se entendermos que o

papel da escola deva ser o de incluir, promover crescimento, desenvolver possibilidades para que os sujeitos realizem aprendizagens, socializar experiências e perpetuar e construir cultura, devemos entender a avaliação como promotora desses princípios e, portanto, seu papel não deve ser o de classificar e selecionar os estudantes, mas sim o de auxiliar professores e estudantes a compreenderem de forma mais organizada seus processos de ensinar e aprender.

Com um foco mais qualitativo na avaliação, torna-se necessário levar em consideração que as práticas educativas devem possuir um caráter flexível, a fim de que sejam moldadas de acordo com as necessidades identificadas, propiciando, dessa maneira, um ensino efetivo.

A avaliação não deve se constituir em uma prática seletiva, determinando aqueles que são mais ou menos capazes de aprender, pois dessa maneira, a escola estaria assumindo atitudes excludentes e classificatórias, enquanto que a proposta do ensino em ciclos propõe um ambiente escolar que estimule a prática de ações democráticas e inclusivas.

Compreender que a avaliação assume um novo papel no ensino em ciclos, desvinculado da mera atribuição de notas e conceitos, consiste em estabelecer uma função a essa prática para além de simples averiguações do processo ensino-aprendizagem.

A Secretaria Municipal de Educação explicita em sua Proposta Pedagógica da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana que essa mudança, de seriação para ciclos, promove um avanço significativo na área da educação no município de Manaus, e reafirma a importância desse novo paradigma ao ressaltar que:

A proposta da organização do ensino em CICLOS, voltada para a cultura do sucesso escolar, rompe com a seriação e avança no sentido de organizar o ensino considerando a faixa etária, as aproximações de interesses, necessidades e dificuldades dos educandos dentro do mesmo ciclo, viabilizando à escola trabalhar com maior flexibilidade, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e os níveis de desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor. (MANAUS, 2004, s/p).

O ensino em ciclos oportuniza uma forma diferente de fazer a educação. Educação esta, mais voltada para o pleno desenvolvimento do educando, não apenas perpassando pelas suas fases, mas verificando as potencialidades a serem desenvolvidas em cada uma delas, compreendendo que o processo de ensino e

aprendizagem, não ocorre em períodos estabelecidos pelo calendário escolar (bimestrais, semestrais, anuais etc.), mas é contínuo e os conhecimentos são interligados. Partindo-se dessa visão e situando-a nas práticas escolares, o município de Manaus estaria dispondo de significativas possibilidades para melhorar a qualidade da educação na rede municipal de ensino.

Considerando-se essas características pertinentes ao ensino em ciclos, a Proposta determina a organização do ensino fundamental, dividindo-o em quatro ciclos, sendo que o 1º Ciclo possui duração de três anos e o 2º, 3º e 4º Ciclo compreendem um período de dois anos para cada um deles, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 1: Estrutura Organizacional do Ensino em Ciclos – SEMED/MANAUS.

	1º CICLO 3 anos de duração IDADES: 6, 7 e 8 anos
ENSINO FUNDAMENTAL 9 ANOS	2º CICLO 2 anos de duração IDADES: 9 e 10 anos
	3º CICLO 2 anos de duração IDADES: 11 e 12 anos
	4º CICLO 2 anos de duração IDADES: 13 e 14 anos

Fonte: Manaus (2004, s/p).

É válido ressaltar que em 2004, com essa nova organização, o ensino fundamental passou a ter duração de nove anos, admitindo-se o ingresso de crianças a partir de seis anos de idade. Com essa determinação, a SEMED antecipou-se a mudança que seria estabelecida pela Lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006.

Quanto à organização das turmas, foi considerado o critério de faixa etária em conformidade com cada ano de cada ciclo, ficando os três anos do 1º Ciclo com turmas de educandos com 6, 7 e 8 anos de idade, o 2º Ciclo com turmas de 9 e 10 anos, o 3º Ciclo compreende turmas com 11 e 12 anos e, por fim, o 4º Ciclo conclui o Ensino Fundamental com turmas de 13 e 14 anos.

Faz-se necessário, a nível de esclarecimento e comparação com a atual organização de ensino vigente na Secretaria Municipal de Educação que o 1º e 2º Ciclo correspondem ao ensino fundamental I que, no ensino seriado, é formado pelo período do 1º ao 5º ano, e os 3º e 4º Ciclos, referem-se ao ensino fundamental II que compreende do 6º ao 9 ano.

A partir dessa organização do ensino, o Documento de 2004 menciona a proposta curricular do 1º Ciclo ou Ciclo Básico e do 2º Ciclo onde são organizados os conteúdos a serem trabalhados e onde são descritas as competências a serem alcançadas pelos educandos. Referente a isso, a Proposta enfatiza que:

A proposta de organização em ciclos dá ênfase ao currículo enquanto processo, solidificando uma formação básica que procura uma perfeita interação do conhecimento sistematizado trabalhado na escola com a realidade sócio-cultural de forma crítica e dinâmica [...]. Esta Proposta Curricular oferece aos docentes a possibilidade de, ano a ano, no interior dos Ciclos poder aprofundar os conhecimentos dos conteúdos aqui sugeridos. (MANAUS, 2004, s/p).

A visão de currículo descrita na Proposta Pedagógica da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana do Município de Manaus refere-se a um currículo dinâmico e flexível que se constitui gradualmente, levando-se em consideração a realidade que os educandos vivenciam e os aspectos sociais e culturais pertinentes a ela. Portanto, não está consolidado em algo determinado.

Apesar dos conteúdos permanecerem quase inalterados, as orientações metodológicas e as sugestões de atividades são, como o próprio nome deduz, apenas norteadores para as práticas educativas. A estrutura da proposta curricular é apresentada no documento dividindo-se entre as áreas de Linguagem, Matemática, Ciências Naturais, Ciências Sociais, constituídas por História, Geografia e Ensino Religioso, Artes, Educação Física Escolar e os temas transversais nas áreas de Meio Ambiente, Orientação Sexual e Valorizando o Idoso, sendo este último abordado apenas no 2º Ciclo.

Ainda relacionado ao currículo, são estabelecidos nove objetivos gerais que "estão organizados de modo a contribuir para a manifestação das capacidades de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social [...]". (MANAUS, 2004, s/p), reafirmando, assim, o que a proposta enfatiza em

todo o seu texto no que diz respeito à formação integral do educando. Krug (2007, p. 84-85) compreende que a responsabilidade da escola consiste em:

promover atividades variadas que provoquem a curiosidade e a ação dos estudantes sobre temas relevantes na atualidade, em uma organização que oportunize aprender a trabalhar em grupo e dialogar com hipóteses, argumentações e resultados variáveis, obtidos a partir do cruzamento entre conhecimentos de diversas áreas.

As aprendizagens estão interligadas e interrelacionadas, portanto não se deve afirmar que os conhecimentos advindos de determinada área correspondem somente a ela, muito menos que elas ocorrem de forma isolada sem oportunizar a troca de experiências e de informações.

Posteriormente a descrição da proposta curricular do 1º e do 2º Ciclo, o documento aborda a questão da avaliação da aprendizagem no contexto dos ciclos, afirmando que a mesma deve ser contínua e processual, e para tanto estabelece três pressupostos norteadores para essa prática, a saber: Mudança na postura no professor, mudança na imagem do aluno ideal e a necessidade de repensar o desenvolvimento do currículo.

Em relação à postura do professor, a proposta menciona que esta:

deverá estar voltada para que o aluno se aproprie do conhecimento de forma crítica, criativa e duradoura. Dessa forma, é fundamental que o processo de avaliação seja também criativo e supere o atual modelo classificatório, coercitivo e discriminatório. (MANAUS, 2004, s/p).

O professor precisará se desvincular de suas práticas pedagógicas tradicionais, antes voltadas para exercer a avaliação dos educandos apenas como uma averiguação dos conteúdos que foram ou não aprendidos no decorrer de determinado ano letivo, para então incorporar uma forma de avaliação que priorize a formação e o desenvolvimento de apropriação crítica e reflexiva dos conhecimentos.

Para que ocorra tal mudança na postura que o professor deve adotar em uma escola de ciclos, Perrenoud (1999, p. 15-16), discorre a respeito das competências que esse profissional deve adquirir pelo processo de formação continuada, necessário em qualquer contexto que envolva reformas escolares. O autor define dez grandes campos, a saber:

- 1. Organizar e animar situações de aprendizagem;
- 2. Administrar a progressão das aprendizagens;
- 3. Conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação;
- 4. Comprometer os alunos com sua aprendizagem e seu trabalho;
- 5. Trabalhar em equipe;
- 6. Participar da gestão da escola;
- 7. Informar e inserir os pais;
- 8. Usar novas tecnologias;
- 9. Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão:
- 10. Administrar sua própria formação continuada.

Ainda segundo o autor (1999), cada um dos dez campos mencionados possui competências específicas, sendo que os quatro primeiros estão mais relacionados aos aspectos pedagógicos e didáticos, ou seja, estão voltados mais diretamente para o desempenho do professor em sala de aula e sua relação com os educandos.

Concomitantemente à mudança de postura do professor, ocorre a necessidade de mudança na forma de enxergar o aluno, desmistificando a concepção de aluno ideal, na qual, segundo a Proposta da SEMED de 2004:

a obediência, a passividade e o conformismo ocupam lugar central, para nela incluir o compromisso, a dedicação, o entusiasmo, a iniciativa, a persistência, a capacidade de aprender com os próprios erros e a curiosidade como traços que contribuem de forma significativa para a ocorrência da aprendizagem. O mundo atual exige o domínio do conhecimento, mas também o exercício da capacidade de pensar, imaginar e criar. (MANAUS, 2004, s/p).

Em uma escola cuja organização do ensino seja em ciclos, a concepção de educando não deve ser aquela em que ele se comporte como sujeito passivo diante do processo de ensino e aprendizagem, que se conforme em deter conhecimentos já produzidos sob um regime pedagógico centrado no cumprimento da obediência.

Esta nova visão de aluno remete-se a um sujeito que possui iniciativa de problematizar e analisar sobre os conhecimentos construídos relacionando-os com o contexto social, cultural e histórico em que se encontra, utilizando seus erros e sua curiosidade como instrumentos incentivadores nesse processo, além de criar em si próprio o compromisso com a tentativa de mudança de sua realidade.

O último pressuposto norteador da prática avaliativa da aprendizagem no contexto dos ciclos, conforme determina a Proposta Pedagógica, refere-se à necessidade de:

repensar o desenvolvimento do currículo, buscado alternativas que propiciem a reelaboração da concepção de avaliação, desmistificando o seu caráter quantitativo e ressaltando o aspecto qualitativo que, numa prática de ação/reflexão, torna educadores e educandos sujeitos críticos e participativos no processo de avaliar. (MANAUS, 2004, s/p).

Ao trabalhar um currículo pensado e planejado sob a ótica de se realizar uma avaliação diagnóstica, professores e educandos atuam conjuntamente buscando identificar suas dificuldades e potencialidades, ao invés de possuir um caráter classificatório e excludente, onde os docentes avaliam, meramente, para separar aqueles que aprenderam daqueles que não aprenderam.

A Proposta da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana do Município de Manaus de 2004 ressalta ainda que:

A avaliação só será eficiente e eficaz se ocorrer de forma interativa entre professor e aluno, ambos caminhando na mesma direção em busca dos mesmos objetivos. O professor não apresentará verdades acabadas mas, com o aluno, irá investigar, problematizar, descortinar horizontes e, juntos, avaliar o sucesso das novas descobertas e, pelos erros, encontrar as melhores alternativas para superá-los. É fundamental ver o aluno como sujeito do seu próprio desenvolvimento, atuante, crítico, problematizador, comprometido, entusiasmado, delineador do seu projeto de vida, aberto às mudanças. (MANAUS, 2004, s/p).

Assim como o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, a avaliação se constitui em uma prática contínua e recíproca, ou seja, não somente os educandos são avaliados, mas também a figura do professor que deve atuar de modo a facilitar a compreensão dos assuntos abordados e orientar na construção de novos conhecimentos.

É importante que o professor tenha conhecimento sobre como está a sua atuação em sala de aula, se seus alunos estão satisfeitos com a forma que ele expõe os conteúdos, com a maneira que ele se relaciona e solicita disciplina, para que haja um consenso por ambas as partes, a fim de estabelecer uma convivência positiva.

Complementando essa característica pertinente a prática avaliativa, faz-se necessário enfatizar aqui, uma descrição do que seria avaliação para os três principais componentes do processo educativo, o professor, o educando e a escola:

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou

reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio. (PCN, 1997, p. 55).

Portanto, pensar em avaliação em uma escola cuja organização do ensino seja em ciclos significa constituí-la dentro de uma visão conjunta, integral, levando-se em consideração todos os sujeitos envolvidos.

Ao final do Documento de 2004, são citados os servidores que fizeram parte da elaboração de cada parte do documento, sendo que a fundamentação teórica ficou sob a responsabilidade da Divisão de Ensino Fundamental da SEMED.

A proposta curricular do 1º e do 2º Ciclo do Ensino Fundamental foi também elaborada pela mesma Divisão em conjunto com a Divisão de Educação Infantil, de Administração Escolar, de Educação Rural, com as Seções de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, atualmente, não mais denominadas como Seções, mas como Gerências.

Participaram ainda desse processo os quatros Distritos Educacionais (Norte, Sul, Leste e Oeste) e seis representantes de escolas, além do Centro de Formação Permanente que, atualmente, refere-se à Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério – DDPM. Uma análise do Documento de 2004 foi realizada por quinze escolas municipais.

A Proposta da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana elaborada pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus, em 2004, abrange todos os aspectos que devem ser abordados, do ponto de vista esclarecedor, para que gestores, pedagogos e professores da rede pública do município compreendam em que ela se constitui, seus objetivos e sua importância.

No entanto, não contém em seu ensejo elementos que subsidiem a prática dos profissionais da educação para sua implantação nas unidades de ensino, a não ser referente ao trabalho que envolva os planejamentos pedagógicos, mediante as orientações curriculares contidas no documento.

A implantação dessa organização do ensino em ciclos na rede pública municipal de Manaus, as ações desenvolvidas, os relatórios e as dificuldades encontradas nesse processo serão abordados no capítulo seguinte.

#### **CAPÍTULO III**

# 3 PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO/ INTERRUPÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM CICLOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE MANAUS (2004 – 2008)

Nesse capítulo, analisou-se como ocorreu o processo de implantação da organização do ensino em ciclos adotada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manaus no período de 2004 a 2008, bem como suas etapas, entraves e avaliações. Tal análise ocorreu mediante relatórios de rendimento e as relações estabelecidas entre a Secretaria e a comunidade escolar nesse processo. Para tanto, a análise foi estruturada seguindo a ordem cronológica dos fatos, ano a ano. Posteriormente, foi verificado como ocorreu o processo de interrupção da organização do ensino em ciclos.

É válido ressaltar que esta análise foi realizada mediante arquivos digitais disponibilizados pela SEMED para a realização da pesquisa, onde a mesma afirmou serem os únicos registros sobre os anos em que os ciclos foram adotados. Na possibilidade da existência de demais documentos, não se obteve conhecimento nem acesso.

### 3.1 O processo de implantação

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manaus implantou em seu sistema público de ensino uma estrutura organizacional de ciclos denominada Ciclos de Formação Humana. Essa implantação ocorreu no ano de 2004 e permaneceu em vigor até o ano de 2008. Essa proposta veio precedida pelo Projeto Classe Básica do Ensino Fundamental – CBEF, envolvendo todo o primeiro segmento das escolas municipais.

Os documentos analisados e discutidos neste capítulo foram coletados na Gerencia do Ensino Fundamental da SEMED/Manaus. Discutiremos a seguir o documento que foi enviado ao Ministério da Educação denominado "Etapas realizadas na ampliação do Ensino Fundamental para nove anos na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Manaus".

Conforme descreve este documento, a Secretaria (s.n.t.)<sup>2</sup>, anteriormente a esse período, já se idealizava essa mudança quando nos anos de 1997 a 2000 iniciou-se um projeto denominado Avaliação e Promoção Continuada – APC implantado em sete escolas municipais, atendendo as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Esse projeto dispôs, no período referente a junho de 2000 a maio de 2001, de consultoria advinda do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e partir disso foram realizadas as primeiras discussões sobre a implantação da Proposta de Ciclos em toda a rede municipal de Manaus. (SEMED, s.n.t.).

Porém, o documento ressalta que não foi possível dar prosseguimento a essa iniciativa, pois naquele momento a Secretaria estava voltada para atender outras prioridades referentes à necessidade de ampliar o atendimento à Educação Infantil e reduzir o índice de distorção idade/série.

A idealização de organizar o ensino em ciclos na rede pública municipal de Manaus foi retomada no biênio de 2002 e 2003, quando ocorreu a implantação do projeto intitulado Classe Básica do Ensino Fundamental — CBEF em 55 escolas municipais. Esse projeto atendeu crianças na faixa etária de seis e sete anos e atuou com um currículo que compreendia uma carga horária de 400 dias letivos com 1.600 horas.

Segundo o documento, nesse período, a Secretaria desempenhou ações com o objetivo de assegurar a efetividade do projeto CBEF, tais como, formação continuada dos professores das escolas municipais em que foi implantado, acompanhamento e avaliação por meio dos Distritos Educacionais para então proceder com as devidas intervenções pedagógicas necessárias.

De acordo com a SEMED (s.n.t.), a partir de uma análise satisfatória resultante da avaliação do projeto CBEF, no último trimestre de 2003 foram iniciadas as primeiras discussões a respeito da inclusão de crianças com seis anos no ensino fundamental e sua ampliação para nove anos de duração, bem como a implantação da Proposta Pedagógica da Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana projetada para iniciar em 2004.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Sem nota tipográfica.

Conforme relata o documento em análise, a Secretaria afirma que essas discussões dispuseram da participação de gestores, professores, pedagogos e equipes dos Distritos Educacionais e Conselho Municipal de Educação.

No ano de 2004, a Proposta Ciclos de Formação Humana foi inicialmente implantada nas 55 escolas municipais que já atuavam com o projeto CBEF. Essas instituições de ensino passariam a ter o primeiro segmento do ensino fundamental organizado em ciclos, ou seja, desempenhariam suas atividades levando-se em consideração a divisão entre 1º e 2º Ciclos. Nas demais escolas da rede municipal, essa mudança ocorreu gradativamente, iniciando-se, naquele ano, somente com o 1º Ciclo.

De acordo com Matos (2008, p. 114)

A ideia de incluir alunos de 6 anos no ensino fundamental tem um caráter social, pois os setores populares têm dificuldades de permanecer na escola. Então, quanto antes eles forem incluídos na escola formal, melhor, porque às vezes precisam sair muito cedo para sobreviver. E tem um caráter pedagógico, já que flexibiliza os tempos escolares, [...] permitindo ao professor desenvolver um trabalho mais individualizado e aprofundado, possibilitando-o conhecer cada educando que está em sala de aula, com um currículo que atenda às expectativas e necessidades das crianças. É a partir dessa premissa que em cada fase de crescimento o aluno possui características que devem ser respeitadas e cada criança tem um ritmo próprio de aprendizagem.

Buscou-se ampliar o tempo de permanência na escola, possibilitando que as crianças com diferentes ritmos possam ter o acompanhamento do professor, orientando no processo de apropriação do conhecimento. O currículo é um instrumento significativo que potencializa o desenvolvimento sócio cultural, uma vez que a nova proposta considera a realidade local da nossa região, respeita o social e individual do aluno, valorizando a interação do sujeito com o objeto oportunizando-o construir maneiras elaboradas de pensamento.

De acordo com Matos (2008, p. 106), o Projeto Classe Básica do Ensino Fundamental "tem como objetivo proporcionar, em caráter facultativo, o ingresso no Ensino Fundamental a partir dos seis anos de idade, oportunizando o desenvolvimento integral do educando num período letivo flexível de dois anos".

Para a construção da proposta curricular, apresentada pela Secretaria, o documento expõe que foram utilizados, para fins de embasamento, a proposta do Projeto CBEF, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Referencial da

Educação Infantil e a Proposta de Redimensionamento da Educação Básica do Município de Manaus – PRORED.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) constituem um instrumento que inter-relaciona conteúdo e objetivos e, para que estes sejam alcançados, os conteúdos podem ter adequações as peculiaridades locais, sendo de responsabilidade da escola ter o propósito de "possibilitar aos alunos o domínio de instrumentos que os capacitem a relacionar conhecimentos de modo significativo, bem como a utilizar esses conhecimentos na transformação e construção de novas relações sociais" (1997, p. 41), criando condições para que possam interagir e progredir na realidade.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil foi um documento utilizado para embasamento na proposta de ciclo e se constitui em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que tem como característica "contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras". (BRASIL, 1998, p.13).

Como o Referencial norteia as práticas pedagógicas referentes à fase que a criança vivencia antes de entrar no ciclo de formação humana, e tendo em vista que o mesmo foi utilizado para formular a Proposta de Ciclos de Formação Humana da SEMED, é válido ressaltar a concepção de conteúdos que este documento traz, sendo esse fator considerado como "um meio para que as crianças desenvolvam suas capacidades e exercitem sua maneira própria de pensar, sentir e ser, ampliando suas hipóteses acerca do mundo ao qual pertencem e constituindo-se em um instrumento para a compreensão da realidade" (BRASIL, 1998, p.49).

Como ações de divulgação e esclarecimento sobre essa mudança, a SEMED elaborou e distribui dois folhetos explicativos, um destinado aos professores de educação infantil e ensino fundamental, e outro destinado aos pais e demais membros da comunidade. Também houve a participação da Secretaria Municipal de Educação, à época, em diversos programas de rádios e televisão para explanar sobre a ampliação do Ensino Fundamental.

A SEMED ressalta a importância dessa mudança na organização do ensino na rede pública municipal de Manaus ao afirmar o seguinte: "Acreditamos que a implantação dos ciclos possibilite trabalharmos melhor o processo de aprendizagem

dos alunos para que possamos parar de produzir reprovação e distorção idade/série no início do Ensino Fundamental". (SEMED, s.n.t.).

A respeito disso, Arroyo (1999, p. 58) afirma que:

ciclo não é um amontoado ou conglomerado de séries, nem uma simples receita para facilitar o fluxo escolar, acabar com a reprovação e a retenção, não é uma seqüência de ritmos de aprendizagem. É mais do que isso. É uma procura, nada fácil, de organizar o trabalho, os tempos e espaços, os saberes, as experiências de socialização da maneira mais respeitosa para com as temporalidades do desenvolvimento humano. Desenvolver os educandos na especificidade de seus tempos-ciclos, da infância, da adolescência, da juventude ou da vida adulta. Pensamos em Ciclos de Formação ou de Desenvolvimento Humano (1999, p. 158).

Desenvolver atividades pedagógicas na proposta de ciclo é trabalhar a partir da compreensão da individualidade do aluno de maneira organizada e planejada, com dimensões para além da forma da prática de seriação estabelecida. O trabalho desenvolvido deve permear novos saberes, novos valores, preocupados com uma nova concepção de educação básica, que seja capaz de disponibilizar ao aluno ferramentas capazes de recuperar o direito ao seu desenvolvimento humano.

Ainda no processo de mudança na organização do ensino na rede pública municipal de Manaus, foi realizado um levantamento, junto aos Centros Municipais de Educação Infantil, do quantitativo de alunos que estavam cursando o 2º período desse nível da educação básica e que consequentemente, em 2004, ingressariam no 1º Ciclo do Ensino Fundamental. Esse levantamento tinha por objetivo subsidiar informações para que a Central de Matrículas da SEMED pudesse realizar uma previsão do número de alunos novos.

Para a formação das turmas, o critério utilizado foi a faixa etária dos alunos. No 1º Ciclo ou Ciclo Básico, com duração de três anos, foram formadas turmas com alunos de seis, de sete e de oito anos de idade. O 2º Ciclo compreendia turmas de crianças de nove e dez anos, encerrando o primeiro segmento do Ensino Fundamental.

No 3º Ciclo, se encontravam os alunos com onze e doze anos e no 4º Ciclo, o último do segundo segmento, os alunos com 13 e 14 anos de idade. O 2º, 3º e 4º Ciclos possuíam dois anos de duração cada. É válido ressaltar que cada faixa etária correspondia a um ano de cada ciclo. Os alunos que apresentassem distorção

idade/série formariam turmas do Programa Aceleração da Aprendizagem – PAA nas escolas municipais.

De acordo com a Secretaria, nesse período foi articulada a realização de formações para os professores e pedagogos objetivando discutir algumas propostas de temáticas referentes aos ciclos, dentre elas:

- Pressupostos da proposta de Ciclos de Formação Humana;
- Processo de Alfabetização/Letramento:
  - Fases do desenvolvimento humano;
  - Fases do desenvolvimento cognitivo:
  - Construção da leitura e da escrita
  - Alfabetização com textos
- Avaliação
- Proposta Pedagógica e Curricular do 1º e 2º Ciclo.
- Relação: dificuldades de aprendizagem dos alunos em sala de aula com a formação continuada do professor, ou seja teoria/prática". (SEMED, s.n.t.).

Para essas formações e trocas de experiências entre os professores foi elaborado um cronograma anual com início previsto para os dias 05 e 06 de fevereiro de 2004, onde o Centro de Formação Permanente do Magistério – CFPM apresentou um histórico da seriação, além das temáticas mencionadas anteriormente.

Arroyo questiona a maneira de formação do professor que deve acontecer antes de se atuar na proposta, de aprender a fazer antes de fazer e afirma que "Na organização dos ciclos não seguimos essa visão precedente de formação" (1999, p. 146). Argumenta que as equipes que planejam ações não devem estar desvinculadas daquelas que a realizam as formações, para que não se conceba o professor como um profissional que precisa ser treinado para atuar em situações pontuais. Seria uma repetição da concepção tradicional ao utilizar na formação em ciclo uma abordagem em que "se propõe que aprendam primeiro o que é ciclo, conteúdos de ciclos, avaliação de ciclo, passagem ou retenção no ciclo". (idem, p. 146-147).

Justificando, Arroyo afirma que "Na medida em que vamos construindo propostas inovadoras, em que a organização dos ciclos entra como uma das inovações centrais, fomos questionando essa concepção e essa prática de formação" (1999, p. 146), pois, ao constituir uma formação de professores sob essa visão tradicional de formação precedente, se estaria polarizando o tempo de aprendizado que é o pensar e o tempo de fazer que é a ação, fragmentando a teoria

da prática, reafirmando e internalizando a necessidade de que a cada mudança é preciso requalificar aqueles que estão envolvidos.

A formação do professor para atuação em ciclo propõe superar a lógica dedutiva, que muda as atribuições e incumbências na educação básica com muita facilidade, de acordo com a conjuntura que está vigente, por meio de leis e pareceres. Propõe a construção histórica do papel do professor na sociedade, consciente de sua identidade, tendo participação representativa nas decisões de seu oficio (ARROYO, 1999).

Não somente o perfil do profissional da educação tem se configurado como um aspecto relevante e consequência do surgimento de dúvidas e incertezas. Segundo informações advindas da SEMED (s.n.t.), os principais desafios identificados nesse período de implantação dizem respeito aos seguintes fatores:

- o turno intermediário;
- o número de alunos com distorção idade/série que o Programa Aceleração da Aprendizagem ainda não conseguia atender;
- a demanda de alunos:
- o número insuficiente de professores alfabetizadores.

Ainda nesse processo inicial de implantação, a Secretaria criou uma nova função denominada Professor Articulador que teria a função de agir em conjunto com o professor regente, ou seja, o professor responsável pela turma no ensino em ciclos, e exerceria suas atividades no contexto de Apoio Pedagógico com os alunos que estivessem com dificuldades de aprendizagem. (SEMED, s.n.t.).

No entanto, sua participação no desenvolvimento educacional desses alunos seria solicitada somente nos casos em que o professor regente já tivesse utilizado todas as possibilidades de solucionar as dificuldades dos educandos e não obtivesse êxito.

Em relação às orientações para formação de turmas, a SEMED salienta que naquele momento seriam levadas em consideração as séries em que as crianças se encontravam no ano de 2003. Nos casos em que se formassem várias turmas para um mesmo ano de um ciclo, a organização ficaria a critério da faixa etária, sendo que últimas turmas poderiam agrupar alunos com idades diferentes.

As crianças provenientes dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's, ou seja, que completariam seis anos em 2004, formariam turmas

específicas com, no máximo, 30 alunos em cada sala de aula e não poderiam ficar juntas com alunos de outras idades.

O currículo desses educandos seria organizado segundo o nível que eles iriam cursar, nesse caso, a alfabetização. No entanto, dependendo do diagnóstico realizado por cada professor, o currículo seria formulado de acordo com as necessidades identificadas.

No que se refere às turmas de alunos maiores que seis anos, conforme explana a SEMED (s.n.t.), poderiam ser agrupadas com idades diferenciadas. Nesse caso, juntamente com os alunos do 2º ano do 1º Ciclo, que compreenderiam crianças de sete anos, era possível enturmar educandos com oito anos. No 3º ano do 1º Ciclo, as turmas com alunos de oito anos poderiam ser agrupadas com alunos de nove anos.

O mesmo era válido para os educandos do 2º Ciclo. Crianças de nove anos seriam, conforme a necessidade, agrupadas com crianças de dez anos, no 1º ano do 2º Ciclo, e aquelas com dez anos poderiam ser enturmadas juntamente com alunos de onze anos, no 2º ano do 2º Ciclo.

Os alunos que apresentassem grandes distorções de idade/série ou na existência de uma turma com crianças de idades muito diferenciadas seriam formadas turmas de Aceleração da Aprendizagem ou de seriação. É válido ressaltar que, segundo a SEMED (s.n.t.), as escolas que implantariam somente o 1º Ciclo, deveriam manter os demais anos do Ensino Fundamental conforme determinasse a organização seriada.

Ao final desse ano de 2004, no dia 04 de dezembro, a Secretaria formulou um relatório intitulado "Relatório do Processo de Avaliação dos Ciclos". No entanto, esse documento apenas mencionava a respeito da necessidade de mudanças quanto ao processo avaliativo dos alunos nos ciclos, que era realizado através de pareceres descritivos bimestrais e anuais e uma ficha individual de avaliação. Em 2005, cada ano de cada ciclo teria uma ficha diferente, separando-se os critérios para tal. (SEMED, 2004).

A partir de todas essas orientações para formação de turmas na organização do ensino em ciclos, a Secretaria realizou um levantamento do quantitativo de turmas, alunos e escolas e o dispôs no seguinte quadro:

Quadro 2: Quantitativo de turmas, alunos e escolas dos ciclos.

1º CICLO						2º CICLO					C O		
I D	E	1º ANO		2° ANO		3° ANO		E	1º ANO		2º ANO		O R
S	S C	T U	A L	T U	A L	T U	A L	S C	T U	A L	T	A L	D E
R I	O L	R M	U N	R M	U N	R M	U N	O L	R M	U N	R M	U N	N A
T O	A S	A S	O S	A S	O S	A S	O S	A S	A S	O S	A S	O S	D O
S													R E S
NORTE	35	148	4.167	148	4.744	195	6.530	27	101	3.449	34	1.111	03
SUL	27	81	2.145	80	2.285	102	3.105	23	51	1.502	23	695	03
LESTE I	39	131	3.713	137	4.548	189	6.272	33	105	3.458	32	1.175	01
LESTE II	47	159	4.675	158	5.374	198	6.973	31	101	3.643	15	571	05
OESTE E	40	129	3.378	138	4127	175	5.231	36	99	3.013	52	1.694	04
C.OESTE													
C. SUL	10	27	695	26	823	21	851	07	15	485	07	242	03
RURAL	14	18	406	18	448	21	474	- 11	12	258	01	30	02
TOTAL	212	693	19.178	705	22.349	901	29.436	168	484	15.808	164	5.518	21

Fonte: SEMED, s.n.t.

Tendo em vista o quadro apresentado, pode-se observar que o número total de turmas no 1º Ciclo era de 2299, com um total de 70963 alunos. No 2º Ciclo o total de turmas formadas era de 648, com um total de 21326 alunos. Esse quantitativo considerou as escolas de todos os Distritos Educacionais que atuavam com a organização do ensino em ciclos, totalizando 212 escolas com 1º Ciclo e 168 com o 2º Ciclo. Os coordenadores de ciclos dispostos em cada distrito correspondiam a um total de aproximadamente 10% em relação à quantidade de escolas que atuam com o 1º Ciclo.

Em 13 de setembro de 2005 foi elaborado um memorando, de nº. 459/05, para os Distritos Educacionais informando a realização do 1º Encontro de Educação de Manaus cujo tema era "Balanço Crítico da Escola Brasileira: as Perspectivas atuais", a ser realizado nos dias 22, 23 e 24 de setembro do mesmo ano e contava com a participação do Profº. Miguel Arroyo como um dos palestrantes. Este evento era destinado aos professores dos ciclos, pedagogos e gestores das escolas municipais.

No entanto, dentre os demais documentos apresentados pela Secretaria para a realização da pesquisa, não houve a identificação de algum que confirmasse a

realização desse evento e, se de fato ocorreu, algum relatório ou avaliação de sua efetivação.

Ainda em 2005, foram elaboradas, novamente, orientações para formação de turmas destinadas ao ano letivo seguinte, mas que, no entanto, traziam em sua redação algumas novas informações e observações.

Segundo o documento, intitulado "Orientações para formação de turmas para o ano de 2006", o quantitativo de alunos por turmas seria distribuído da seguinte forma: Somente o 1º ano do 1º Ciclo ficaria com 30 alunos e as turmas dos demais anos do 1º e do 2º Ciclo deveriam ser compostas por 35 alunos. As turmas que, na seriação, corresponderiam às 4<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> séries deveriam conter 40 alunos.

Conforme essas orientações, houve ainda a organização dos turnos, permanecendo os Ciclos de Formação e algumas turmas de Aceleração da Aprendizagem no turno matutino, bem como algumas turmas seriadas correspondentes ao período de 1ª a 4ª séries. Outras turmas seriadas, dependendo da demanda, funcionariam no turno intermediário, de 1ª a 8ª séries e demais turmas de Aceleração da Aprendizagem, também poderiam ser alocadas no turno vespertino, e de 5ª a 8ª séries, no turno noturno.

Uma das informações importantes contidas nesse documento e, que acorda, em parte, com o que está estabelecido no artigo 9º da Resolução Nº. 04/CME/Manaus, diz respeito ao fato de todos os alunos prosseguirem para próximo ano do ciclo com o mesmo professor.

O que diferencia essa orientação daquilo determinado na Resolução é que nesta o professor, preferencialmente, acompanharia a turma nos dois ciclos, e naquela, conforme se observou na sua redação, a turma permanece sob o acompanhamento do mesmo professor apenas em um dos ciclos, ou seja, passando-se do 1º para o 2º Ciclo poderia ocorrer a mudança de professor para reger a turma.

Outra orientação que é válido destacar refere-se à retenção dos alunos que somente ocorre ao final do último ano de cada ciclo. Uma vez que esses alunos não tenham conseguido superar as dificuldades de aprendizagens, eles seriam submetidos, até o final do 1º bimestre, a uma Banca Examinadora que obedeceria aos critérios estabelecidos na Resolução Nº. 05/1998/CME. (SEMED, s.n.t.).

Os alunos considerados aprovados seriam reclassificados, aqueles que não conseguissem deveriam permanecer retidos. Se a quantidade de alunos retidos

fosse igual a 35, os mesmos iriam compor uma turma, se fosse inferior, eles seriam distribuídos nas demais turmas já formadas para o ano equivalente, nesse caso, 3º ano do 1º Ciclo ou 2º ano do 2º Ciclo. (SEMED, s.n.t.).

Após a conclusão de elaboração da Proposta Pedagógica de Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana, a SEMED elaborou um relatório para demonstrar como ocorreu a distribuição desse documento para as escolas, a partir de informações advindas dos Distritos Educacionais, resultando no quantitativo abaixo:

Quadro 3: Quantitativo de Distribuição das Propostas de Ciclo de Formação Humana.

DISTRITOS	QUANTITATIVO	OBSERVAÇÕES
Leste I e II	233	
Oeste	122	Sugestão de 05 propostas para o Distrito e 03
Centro-Sul	26	exemplares por escola.
Sul	93	
Norte	89	
Rural	89	
CFPM	100	
Total	752	

Fonte: SEMED, s.n.t.

Pode-se observar que, se levarmos em consideração o quadro que expõe o quantitativo de escolas, turmas e alunos nos ciclos (Quadro 2), essa distribuição abrangeu o que foi estipulado, uma vez que a estimativa total era de 752.

A Secretaria Municipal de Educação também formulou um Plano de Ação para o ano de 2006 com o objetivo estratégico de "Elevar o desempenho acadêmico dos alunos da rede municipal de ensino", e a meta de "Elevar em 75,5% o índice geral de aprovação no ensino fundamental". (SEMED, 2006a, p. 1).

Dentre as atividades propostas nesse plano de ação, estavam a atualização de informações no Guia de Orientações Pedagógicas para serem distribuídos às escolas, reuniões com assessores e coordenadores pedagógicos dos Distritos Educacionais para análise e avaliação dos relatórios de rendimento escolar e acompanhamento dos estagiários de pedagogia e normal superior, acompanhamento e participação da formação continuada de professores e pedagogos que atuam nas turmas de ciclo e a coordenação da assessoria do Prof<sup>o</sup>. Miguel Arroyo.

O Projeto Básico elaborado para a realização dessa consultoria do Prof<sup>o</sup>. Miguel Arroyo estava previsto para realizar-se em 2006, e tinha como justificativa a seguinte afirmação da SEMED (s.n.t.):

Após estudos realizados junto aos Distritos Educacionais e escolas do Sistema Municipal de Ensino para conhecimento e análise do atual quadro dos Ciclos de Formação Humana, a Secretaria Municipal de Educação constatou um elevado índice de alunos com conceito não-satisfatório e dúvidas, por parte dos professores, acerca dos procedimentos metodológicos desenvolvidos no cotidiano da proposta dos ciclos. Tal fato nos levou a refletir sobre a necessidade de se buscar novos caminhos, por meio da assessoria educacional do prof. Miguel Arroyo, teórico e educador com um pensamento fundado em uma larga experiência de vida no campo educacional, objetivando elucidar as dificuldades supracitadas e ampliar a visão do professor acerca da proposta metodológica dos ciclos de formação humana.

Nesse contexto, puderam-se identificar as principais dificuldades encontradas nesse período em que a organização do ensino em ciclos já estava implantada na rede municipal de Manaus, referentes a dois aspectos.

O primeiro deles dizia respeito à avaliação dos alunos, em que foi registrado um elevado índice com conceito não satisfatório, ou seja, um grande número de alunos que se encontravam com habilidades ainda não desenvolvidas de forma satisfatória e apresentando dificuldades de aprendizagens.

O segundo aspecto se referia as dificuldades que os professores estavam encontrando na utilização de metodologias que, no cotidiano, levassem em consideração os princípios que a proposta de ciclos estabelecia.

Esses conceitos avaliativos e outros fatores pertinentes à prática educacional nos ciclos, no que tange aos aspectos mais formais, de documentação e registros, foram reunidos em um documento intitulado "Ciclos de Formação Humana – Orientações Gerais".

Nele constam informações sobre a estrutura organizacional nos ciclos, a organização curricular da proposta, o planejamento que deve ser realizado quinzenalmente, o preenchimento do diário de classe que, conforme a SEMED (s.n.t.) será utilizado apenas "para o registro da freqüência e ausência dos alunos, das aulas previstas e ministradas, bem como para o resumo de conteúdos. Só não será utilizado para o registro avaliativo.", uma vez que o mesmo seria disposto nas Fichas de Registro Avaliativo para serem arquivadas junto aos diários.

Essas fichas avaliativas eram preenchidas pelo professor, onde são feitas as principais observações em relação ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos, mediante os resultados alcançados após a realização das atividades. É válido ressaltar que as avaliações não são feitas mediante a atribuição de notas, mas de conceitos. Segundo está descrito nesse documento, os conceitos são definidos da seguinte forma:

Registra-se o conceito Satisfatório (S): habilidade já internalizada pelo aluno durante o processo; Não Satisfatório (NS): habilidade que ainda não foi internalizada de forma satisfatória pelo aluno, Parcialmente (P) quando o aluno adquiriu em parte determinada habilidade; Não Trabalhado (NT) habilidade que ainda não foi planejada no conteúdo bimestral e Domina Totalmente (DT) habilidade que já está internalizada, ou seja o aluno a assimilou em sua postura e não há mais necessidade de avaliá-la bimestralmente. Neste caso, deve-se registrar (DT) no campo de Decisão de Progressão. (SEMED, s.n.t.)

A Secretaria expõe ainda, que, fazendo-se uso desse tipo avaliação, é possibilitado aos pais e professores identificar e compreender em quais situações o aluno encontra maiores dificuldades e em quais ele progrediu, fatores que não podem ser analisados mediante apenas notas.

E diante dessas orientações pertinentes a avaliação, ao final do ano de 2006, foi realizada uma análise de rendimento escolar. Neste documento encontram-se os índices de categorias referentes à Matrícula, conceitos Satisfatórios e Não Satisfatórios e Abandono, de cada zona distrital, acerca dos anos do ciclo que compreendem somente o primeiro segmento do Ensino Fundamental, ou seja, até o 2º ano do 2º Ciclo.

O gráfico abaixo mostra uma análise geral do rendimento escolar do ano de 2006:

450
400
350
300
250
200
150
1° ANO/ 2° ANO/ 3° ANO/ 1° ANO/ 2° ANO/ TOTAL
1° CICLO 1° CICLO 2° CICLO 2° CICLO

Gráfico 01: Resultado Final/2006.

Fonte: SEMED, (2006, p. 1).

Segundo a análise geral dos dados, os maiores índices de conceito Não Satisfatório e de matrículas ocorreram no 3º ano do 1º Ciclo. O maior índice de abandono ocorreu no 1º ano do 1º Ciclo e o de conceito Satisfatório foi o índice registrado no 2º ano do 2º Ciclo.

Segundo a SEMED (2006, p. 1), a justificava para o elevado índice de alunos com conceito Não Satisfatório no último ano do 1º Ciclo refere-se ao seguinte fator:

O elevado índice de ingresso de alunos no 3º ano do 1º ciclo é um fator que contribui negativamente com o rendimento, visto que o 1º ciclo é composto por três anos consecutivos, a entrada do aluno no último ano, justamente onde ocorre à retenção, se torna um dos fatores determinante para o aumento no índice de alunos com conceito Não Satisfatório.

O aumento do quantitativo de alunos matriculados no último ano do 1º Ciclo resultou em um número elevado de alunos retidos e consequentemente com conceito Não Satisfatório, ressaltando a necessidade de haver um acompanhamento, observação e desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades dessas crianças desde o seu ingresso na vida escolar.

Outra observação que foi analisada relaciona-se ao elevado índice de abandono no 1º ano do 1º Ciclo, e a justificava especulada pela SEMED está presente no documento da seguinte forma:

Outra situação que merece atenção e análise é o índice de abandono no 1º ano do 1ºciclo, alunos com 06 anos de idade, o que nos leva a pensar na questão familiar/social (migração, transporte, responsabilidade); na escola (metodologia que não estimula a aprendizagem, professores desestimulados e inseguros frente à proposta de ciclo). (SEMED, 2006, p. 1).

Levar em consideração os fatores internos e externos à escola como possíveis causadores de situações como esta, denota que ao final de três anos, a organização do ensino em ciclos ainda apresenta dificuldades em relação a sua implantação.

O documento demonstra que em 2005 também foi realizado esse rendimento, pois ao final, observa-se um comparativo entre os dois anos, no entanto, obteve-se conhecimento mais detalhado do mesmo em um comparativo realizado em 2007, intitulado "Análise Comparativa dos Dados do Ciclo 2005/2006". Nele podemos observar os seguintes quadros:

Quadro 4: Quadro Geral de Ciclo/ 2005.

OUADRO GERAL DE CICLO / 2005

ANO DO CICLO	MATRÍCULA	SATISFATÓRIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1° CICLO	17525	72,5%	17,7%	9,8%
2° ANO/ 1° CICLO	20417	72,8%	19,1%	8,1%
3° ANO/ 1° CICLO	28131	71,1%	23,6%	5,3%
1° ANO/ 2° CICLO	15139	85,7%	11,4%	2,9%
2° ANO/ 2° CICLO	5.004	87,6%	10,1%	2,4%
TOTAL	86.216			

Fonte: SEMED, 2007.

Quadro 5: Quadro Geral de Ciclo/ 2006.

OUADRO GERAL DE CICLO / 2006

ANO DO CICLO	MATRÍCULA	SATISFATÓRIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1° CICLO	18.710	73,1	19,2	7,8
2° ANO/ 1° CICLO	21.356	72,8	20,5	6,8
3° ANO/ 1° CICLO	25.226	69,3	26,1	4,6
1° ANO/ 2° CICLO	19.819	83,2	13,8	3
2° ANO/ 2° CICLO	16.025	83,6	13,2	3,2
TOTAL	101.136			

Fonte: SEMED, 2007.

Considerando o comparativo dos anos de 2005 e 2006, as diferenças observadas referem-se ao aumento nos índices de Matrícula e de alunos com conceito Não Satisfatório e uma redução nos índices de Abandono, com exceção do 2º Ciclo, e alunos com conceito Satisfatório, com exceção do 1º ano do 1º Ciclo.

A SEMED demonstra incerteza se haverá ou não a continuação do ensino em ciclos, conforme citado nesse documento:

Necessitamos de definições quanto à proposta pedagógica de ciclo, se irá permanecer ou se retornaremos à seriação. Até porque algumas ações que envolvem ciclo foram suspensas, tais como: estudo da proposta de ciclo em parceria com COFM e Gerência de Educação Infantil, seminário de ciclo, consultoria, entre outras. Sabemos que os tropeços fazem parte de qualquer processo educativo e do universo social, mas isso não quer dizer que devemos nos adaptar a eles. (SEMED, 2007, p. 9)

Diante desse contexto, observa-se que durante o período em que os ciclos vigoraram, ocorreram entraves extrínsecos a instituição de ensino, ou seja, que não estavam relacionados às práticas docentes ou à atuação dos demais profissionais da comunidade escolar. No entanto, a Secretaria demonstrou disponibilidade em promover mudanças objetivando melhorar a realidade em que se encontrava o ensino no município de Manaus.

Estamos engajados para que o ano de 2007 se traduza em melhores resultados, entendemos que todas as ações desta Secretaria devem estar voltadas sempre para melhoria das escolas, dos educadores e educandos, se surgem atropelos e perdermos o foco de nosso objetivo central, os resultados certamente sofrerão prejuízos. (SEMED, 2007, p. 9)

Em 2007, a SEMED elaborou um novo quantitativo de turmas, alunos e escolas que estariam atuando com a organização do ensino em ciclos, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 6: Quantitativo de turmas e alunos 2007 – Ciclo de Formação Humana.

			1º CICLO						2º CICLO				
		1º A	ANO	2ºA	NO	3ºANO		1º ANO		2ºANO			
DISTRITOS	Nº Escolas	Turmas	alunos	turmas	alunos	turmas	alunos	turmas	alunos	turmas	alunos		
Norte			4335		4901		5877		4113		4938		
Sul			1930		1981		2403		1703		2052		
Lestel e II			8191		9797		11833		8041		10279		
Oeste/ C. Oeste			2637		2599		3232		2158		2387		
Centro Sul			754		895		984		728		641		
R. Ribeirinha			35		20		29		24		18		
R. Rodoviária			441		448		533		320		355		
Total			18323		20641		24891		17087		20670		

Total de escolas e anexos com ciclo 228

Total de anexos: 25

Fonte: SEMED, 2007a.

Comparando-se esse quadro com o que foi elaborado no início da implantação dos ciclos, mostrado anteriormente, pode-se perceber que o número de escolas aumentou de 212 para 228, sendo divididas da seguinte forma: 204 escolas com 1º e 2º Ciclos, 18 escolas somente com o 1º Ciclo e 06 escolas somente com o 2º Ciclo, além de 25 anexos escolares. (SEMED, s.n.t.).

No entanto, o número de turmas do 1º Ciclo diminuiu, de 2299 para 2280 e o do 2º Ciclo aumentou consideravelmente, de 648 para 1120, resultando consequentemente na respectiva redução e aumento do quantitativo de alunos em cada ciclo.

No 1º Ciclo, inicialmente eram 70963 alunos, nesse ano de 2007 foram totalizados 63855 e no 2º Ciclo, o número passou de 21326 para 37757, totalizando 101612 alunos, o que resultou em um aumento de mais de 9000 alunos na rede pública municipal de ensino de Manaus desde o início da implantação dos ciclos.

Ainda no ano de 2007, foi elaborado um novo plano de ação que objetivava "Acompanhar o desenvolvimento do trabalho com ciclo. Visando a melhoria qualitativa e quantitativa nos resultados" (SEMED, 2007). Esse assessoramento pedagógico seria realizado de março a dezembro junto às Gerências Distritais.

Dentre os documentos disponibilizados pela Secretaria, existe um intitulado "Indicativos dos estudos sobre Ciclos de Formação Humana realizado pelos Distritos Educacionais", que se subentende constituir-se em um resultado do assessoramento pedagógico objetivado no Plano de Ação mencionado anteriormente.

Duas observações descritas nesse documento são pertinentes à análise da implantação da organização do ensino em ciclos. A primeira delas afirma que:

A iniciativa de realizar esse estudo com professores e pedagogos que atuam com a Proposta de Ciclos de Formação Humana se fez premente em decorrência da forma precipitada como ocorreu sua implantação e expansão dificultando sobremaneira a atuação de todos os envolvidos, e frente a analise dos resultados apresentados pelos Distritos Educacionais, onde foi constatado um índice elevado de alunos avaliados com o conceito NÃO SATISFATÓRIO, tornou-se portanto urgente uma ação objetivando vislumbrar falhas, registrar acertos e apontar soluções, não sendo possível permanecer sem uma tomada de decisão diante do quadro que se apresenta. (SEMED, s.n.t.).

Nenhum documento até o presente momento havia registrado de forma específica que a implantação da organização do ensino em ciclos havia ocorrido de maneira precipitada, apenas foram mencionados alguns entraves identificados pelos relatórios de Rendimento Escolar.

No entanto, pode-se perceber que a situação foi se agravando de tal forma que os índices de alunos com conceito Não Satisfatório continuaram a subir, obrigando a Secretaria a atentar-se para o fato de que essa organização de ensino estava enfrentando grandes dificuldades que precisavam ser sanadas. Apesar disso, a Secretaria ressalta a importância dos ciclos ao afirmar que:

Em nenhum momento é negado que os ciclos podem constituir estratégias privilegiadas se existir o compromisso real dos seus idealizadores em oportunizar condições favoráveis para o desenvolvimento de um ensino cujo principal objetivo seja a qualidade na educação. O quadro atual necessita de ajustes urgentes para que não tenhamos um ensino seriado disfarçado em Ciclos. (SEMED, s.n.t.).

Era necessário que fossem diagnosticados e solucionados os problemas advindos em decorrência dessa implantação para que, de fato, o ensino em ciclos pudesse ser colocado em prática, levando-se em consideração todos os seus fundamentos e não apenas incutir uma política de não retenção como sendo o único propósito.

A Secretaria formulou um documento intitulado "Ciclos de Formação Humana – Entraves e Encaminhamentos", contendo as principais dificuldades identificadas

no processo de funcionamento dos ciclos na rede pública municipal de ensino de Manaus.

Dentre essas dificuldades, as que estavam relacionadas aos professores referem-se à alta rotatividade decorrente da remoção desses profissionais para outras escolas, demissões, no caso dos contratados ou por determinação da gestão em não permitir que o professor permaneça acompanhando a mesma turma. E a existência de professores sem experiência no processo de alfabetização, além das dificuldades encontradas por aqueles que estavam atuando com alunos com necessidades especiais.

Em relação aos alunos, os problemas estão relacionados ao fato de eles ingressarem nos Ciclos durante o processo, ou seja, "alunos que em 2004 estavam cursando a 3ª série, em 2005 entraram no 2º Ano do 2º Ciclo ou, alunos que em 2003 estavam cursando a 1ª série, em 2004 entraram no 2º Ano do 1º Ciclo e hoje, 2005 estão no 3º Ano do 1º Ciclo (onde está o maior problema)". (SEMED, s.n.t.).

Outros problemas identificados são de ordem administrativa e pedagógica, como falta de material específico referente aos processos de avaliação dos alunos (fichas avaliativas, pareceres bimestrais e anuais, etc.), turmas de alunos com quantitativo superior a 35 por sala, o funcionamento do turno intermediário e a falta de pedagogos na escola. (SEMED, s.n.t.).

Em 2008, o Jornal Diário do Amazonas realizou uma entrevista com a Gerente e a Pedagoga do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Manaus. Dentre os documentos obtidos nessa Secretaria, encontramse as perguntas e as respostas destinadas a tal entrevista.

Fez-se uma pesquisa a respeito dessa matéria jornalística e o que se obteve de informação foi uma reportagem cuja manchete era "Semed diz que metade dos alunos tem deficiência na leitura" de 19 de junho de 2008. Nessa reportagem e, analisando-se as respostas enviadas ao Jornal Diário do Amazonas, é válido destacar que alguns aspectos relevantes.

O primeiro deles refere-se ao questionamento feito pelo jornal de que se uma criança de oito anos não aprendesse a ler, se ela iria ou não para o próximo ciclo. Segundo a reportagem:

De acordo com a pedagoga da Semed, [...], o aluno que chega ao final do 1º ciclo sem conseguir ler é reprovado. "Para que o aluno seja promovido ele tem que ter atingido as competências básicas", disse.

Já a gerente de Ensino Fundamental da Semed, informou que as crianças que não conseguem ler continuarão sendo aprovadas normalmente para as demais séries. "O processo de alfabetização de uma criança é continuo e se completa até a 4ª série", afirmou. Segundo ela, hoje, as crianças começam o 1º ciclo de alfabetização com seis anos de idade e devem concluí-lo com oito anos. (Portal Amazônia.com, 2008).

Nesse contexto, verifica-se certo desencontro de informações no interior da própria Secretaria. No entanto, está informação está contida apenas na matéria pesquisa. No documento em que a SEMED responde as perguntas do jornal, consta apenas a resposta da Pedagoga, afirmando que a criança de oito anos só irá para o próximo ciclo se alcançar as competências básicas do ciclo em que se encontra.

Outro fator que foi relatado na entrevista questiona a respeito de qual seja o maior problema quando se fala de alfabetização. Segundo esclarece a Gerente do Ensino Fundamental da SEMED:

Pesquisas tem sinalizado que os maiores problemas evidenciados estão relacionados a formação dos professores, a compreensão que eles têm sobre os processos de letramento, pois a visão reducionista faz com que a maioria dos profissionais da área desenvolvam atividades mecânicas, repetitivas. (SEMED, [2008?]).

Nesse contexto, mais uma vez, o processo de formação de professores é destacado como um fator deficiente e um dos principais geradores das dificuldades enfrentadas pela organização em ciclos. Na tentativa de modificar essa situação, ao ser questionado sobre a dificuldade que os professores encontram em alfabetizar crianças de seis, sete e oito anos, a Pedagoga do Ensino Fundamental destaca que:

Em virtude dessa situação observada, periodicamente é oportunizado aos professores municipais formação continuada abordando a temática em questão. Em 2008 essa formação foi ampliada, por meio do PROLETRAMENTO (Política Federal) nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática e Pós-graduação na área de docência para professores de Ed. Infantil e de Ens. Fundamental (1º ao 9º ano). (SEMED, [2008?]).

Tendo em vista que a Secretaria afirma ter realizado formações periódicas aos professores da rede, pode-se observar que foram planejadas e acionadas medidas de intervenção objetivando sanar esse entrave que foi bastante enfatizado

no processo de implantação da organização em ciclos na rede pública municipal de ensino de Manaus.

O último documento obtido referente ao ano de 2008 foi um relatório referente aos rendimentos bimestrais de todos os Distritos Educacionais, contendo dados relacionados às categorias já mencionadas anteriormente (índices de Matrícula Real, índices de alunos com conceito Satisfatório e Não Satisfatório e Índices de Abandono) sobre os rendimentos do 2º e do 3º bimestre daquele ano. O documento possui como título apenas "Relatório", então, para melhor identificá-lo, optou-se por referenciá-lo por "Relatório de Rendimentos Bimestrais 2008". A seguir estão os quadros com os índices gerais desses rendimentos:

Quadro 7: Rendimento Bimestral – 2º Bimestre/2008.

		MATRÍCULA	SATISFA	NÃO	ABAN
		REAL	TÓRIO	SATISFATÓRIO	DONO
0	1º ANO	20.111	67,7	29,5	2,8
우딩	2º ANO	21.460	64,2	33,5	2,3
$\overline{\circ}$	3º ANO	27.885	62,0	36,1	1,9
0	4º ANO	18.703	74,4	24,4	1,3
2° CL	5º ANO	22.505	71,5	27,0	1,6
ū	TOTAL	110.664	67,5	30,6	1,9

Fonte: SEMED (2008, p. 4).

Quadro 8: Rendimento Bimestral – 3º Bimestre/2008.

		MATRÍCULA	SATISFA	NÃO	ABAN
		REAL	TÓRIO	SATISFATÓRIO	DONO
O.	1º ANO	18.917	71,5	25,7	2,8
우	2º ANO	20.477	68,4	28,5	2,1
ਹ	3º ANO	26.910	66,4	32,0	1,6
0	4º ANO	18.094	78,0	20,8	1,2
2° C	5º ANO	21.812	74,7	23,7	1,6
Ö	TOTAL	106.210	71,4	26,8	1,8

Fonte: SEMED (2008, p. 4).

Analisando-se os dois quadros, pode-se observar que houve redução nos índices de Matrícula Real e de conceito Não Satisfatório, redução esta, observada

de forma mais discreta no índice de Abandono. Enquanto que no índice de conceito Satisfatório houve aumento em todos os anos dos ciclos.

Nesse relatório são feitas algumas considerações sobre essa mudança positiva ocorrida entre o 2º e o 3º bimestre do ano de 2008. Segundo o documento, a Secretaria afirma que esse progresso é resultado de alguns fatores listados a seguir:

- Escolas com pedagogos a chegada dos pedagogos novos nas escolas, que consideramos de suma importância para melhoria dos resultados.
- Formação as diversas formações que aconteceram durante o período letivo, que certamente contribuíram para a melhoria da prática pedagógica diária do professor.
- Avaliações externas, que incentivam, estimulam os professores a investir, acreditar mais nos alunos. A refletir sobre sua prática e adequar metodologias.
- Assessoramento das GDZ's em alguns momentos por falta de condições básicas os assessoramentos estavam acontecendo sem regularidade, pois, faltava assessor nas gerencias, falta de transporte, combustível. Notamos que no 3º bimestre foi possível intensificar mais os assessoramentos. Ação essa que é de vital importância para as escolas. (SEMED, 2008, p. 29).

As ações realizadas pela Secretaria oportunizaram melhores condições para que a organização do ensino em Ciclos de Formação Humana fosse mais bem ajustada às necessidades da comunidade escolar, levando-se em consideração suas dificuldades, receios e solicitações discutidas em todo o processo de implantação e enquanto o ensino em ciclos esteve em vigor na rede pública municipal de ensino da cidade de Manaus.

# 3.2 Interrupção da organização de ensino em ciclos

O ensino em ciclos na cidade rede pública municipal de Manaus esteve em funcionamento no período de 2004 a 2008. A partir do ano de 2009 houve uma mudança de governo e a Prefeitura Municipal de Manaus passou a ser administrada por uma nova gestão que optou por não dar continuidade a essa organização de ensino.

Dentre os documentos pesquisados, não se obteve nenhum que tratasse sobre a justificativa da interrupção dos ciclos em Manaus e nem como ocorreu esse processo. Portanto fez-se necessário pesquisar algum aparato legal que

fundamentasse a mudança na organização do ensino, passando-se de ciclos para novamente implantar o ensino seriado.

As informações as quais foi possível ter acesso compreendem duas Resoluções do Conselho Municipal de Educação. A primeira delas se refere à Resolução Nº. 07/2009 aprovada em 10 de dezembro de 2009 que em seu Art. 1º resolve "APROVAR a Proposta Curricular do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano para as Escolas da Rede Municipal de Ensino de Manaus". (MANAUS, 2010, p. 6), o que denota que a Proposta Pedagógica de Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana já não estaria mais sendo adotada pelas Escolas Municipais dessa cidade.

A outra Resolução refere-se à Resolução N°. 09/2009 aprovada em 17 de dezembro de 2009 que em seu Art. 1º resolve "APROVAR a Estrutura Curricular do Ensino Fundamental de 9 anos, a ser operacionalizada pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Manaus, nas Escolas Municipais, com oferta desse nível de ensino, a partir do ano letivo de 2010" (MANAUS, 2010a, p. 6).

Portanto, o que se observa é que a efetiva mudança na organização do ensino, apesar de a Prefeitura de Manaus já possuir uma nova gestão, ocorreu no ano de 2010. Em 2009, conforme demonstram as Resoluções houve apenas a elaboração de uma nova proposta e sua respectiva submissão à aprovação no Conselho Municipal de Educação.

As Resoluções mencionam outros documentos que foram considerados, dentre eles, é válido ressaltar: Parecer nº. 06/2009-CME/MANAUS da lavra da Conselheira Madalena Alves de Farias; Parecer nº. 08/CME2009 e Resolução 09/CME/2009 que aprovou as alterações da Estrutura Curricular para o Ensino Fundamental. Da lavra do Conselheiro Francisco de Assis Costa e Lima; Processo Municipal n<sup>0</sup>. 011CME/2009. de interesse da Secretaria de Educação/SEMED/Manaus; Processo nº. 025/CME/2009, objeto do Ofício nº. 2889/2009/SDEMED-GS, que solicita análise das alterações realizadas na Estrutura Curricular da SEMED.

No entanto, convém mencionar que os dados coletados para realizar a análise do processo de interrupção da organização de ensino do ensino em ciclos na cidade de Manaus foram fundamentados nas Resoluções aqui apresentadas.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os ciclos fundamentam uma organização de ensino que propõe uma reorganização dos tempos e espaços escolares objetivando melhorar a qualidade do ensino levando-se em consideração a aprendizagem do aluno a partir do seu desenvolvimento cognitivo e biológico e inserindo um foco mais qualitativo à avaliação.

No entanto, por diversas vezes, e em várias experiências vivenciadas no Brasil, essa nova organização foi confundida com propostas de progressão continuada que estavam centralizadas no fator da não retenção dos educandos. Ou seja, mudava-se a nomenclatura da organização de ensino de séries para ciclos, mas o seu funcionamento permanecia pautado sob os fundamentos do ensino seriado.

Apesar de essa política pública ter se tornado mais abrangente no Brasil no final da década de 1960, somente em 2004 houve a sua implantação na rede pública municipal de ensino da cidade de Manaus. Atualmente essa política não mais compreende o sistema de ensino nas escolas públicas municipais de Manaus, fato esse que iniciou a necessidade de discutir a respeito de como ocorreu a implantação a esse sistema e como se deu a sua interrupção.

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manaus implantou em sua rede municipal de ensino, no período de 2004 a 2008 uma proposta intitulada "Proposta Pedagógica de Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana", através da Resolução Nº. 04 de 20 de maio de 2004, onde são instituídas as diretrizes necessárias à sua implantação nas Escolas Municipais de Manaus.

Anteriormente a esse período, nos anos de 1997 a 2000, a Secretaria iniciou um projeto denominado Avaliação e Promoção Continuada – APC implantado em sete escolas municipais, atendendo as séries iniciais do Ensino Fundamental que se constituiu como a primeira tentativa de implantação do ensino em ciclos na rede pública municipal de ensino de Manaus.

No entanto, essa iniciativa teve de ser interrompida, pois naquele momento a Secretaria estava voltada para atender outras prioridades referentes à necessidade de ampliar o atendimento à Educação Infantil e reduzir o índice de distorção idade/série. Porém, uma nova tentativa ocorreu no biênio de 2002 e 2003, quando

houve a implantação do projeto intitulado Classe Básica do Ensino Fundamental – CBEF em 55 escolas municipais.

No ano de 2004, a Proposta Ciclos de Formação Humana foi inicialmente implantada nessas 55 escolas municipais onde passariam a ter o primeiro segmento do Ensino Fundamental organizado em ciclos, ou seja, desempenhariam suas atividades levando-se em consideração a divisão entre 1º e 2º Ciclos. Nas demais escolas da rede municipal, essa mudança ocorreu gradativamente, iniciando-se, naquele ano, somente com o 1º Ciclo.

Para a realização da coleta de dados e análise dos documentos pertinentes a essa organização de ensino, foi solicitado o acesso aos mesmos através do Ofício nº. 061/2013 – PPGE, encaminhado à Gerência de Ensino da SEMED e posteriormente reencaminhado à Divisão de Ensino Fundamental, onde se obteve as informações requeridas.

Na Secretaria existe uma pasta, do tipo catálogo, onde estão arquivados todos os documentos referentes ao período em que os ciclos estiveram em vigor na rede municipal de ensino de Manaus. No entanto, alguns empecilhos aconteceram nesse processo de coleta de dados.

O primeiro deles foi o fato de no momento em que se obteve acesso aos documentos, não se pôde tirar cópias dos mesmos. Para que a visita ao órgão não perdesse a sua finalidade, foi repassado um material em mídia contendo boa parte dos documentos impressos. Foram realizadas novas tentativas para conseguir as cópias, no entanto o impedimento passou a ser embasado pelo fato de que o Ofício não expressava em seu conteúdo tal solicitação.

Posteriormente, uma nova dificuldade foi observada. Ao analisar e selecionar os documentos relevantes para a pesquisa verificou-se que a maioria não possuía nenhuma data que os referenciassem, impedindo que se obtivesse certeza de qual ano se tratava esse ou aquele documento, embasando-se apenas em alguma informação específica de seu conteúdo para possibilitar contextualizá-los em sua temporalidade. A partir disso, justificam-se as citações realizadas no corpo do texto e as referências dos documentos acompanhadas da sigla s.n.t (sem nota tipográfica).

Em relação aos documentos que antecedem a implantação dos ciclos na rede pública municipal de ensino de Manaus, tem-se a Resolução Nº. 04 do Conselho Municipal de Educação e a Proposta de Ciclos de Formação Humana. A análise dos

mesmos oportunizou conhecer a respeito dos fundamentos legais e teóricos que nortearam essa organização de ensino. Ambos abordam a estrutura organizacional do Ensino Fundamental, aspectos relacionados ao papel do professor e sobre a mudança a ser adotada em relação ao caráter avaliativo dos educandos.

A Proposta, por sua vez, especifica mais alguns fatores pertinentes aos ciclos dissertando sobre o conceito de Ciclos de Formação Humana, sobre a concepção de criança, sobre as funções da escola, sobre a estrutura curricular descrevendo os conteúdos a serem ensinados e as competências que cada educando deve obter ao final de cada ciclo. Finalizando com uma explanação a respeito da avaliação da aprendizagem no contexto dos ciclos.

No entanto, pôde-se observar que não somente a Proposta poderia constituirse como elemento suficiente para efetivar a implantação dos ciclos em Manaus, uma vez que ela contempla apenas um embasamento teórico do que viria a ser e como funcionaria essa organização de ensino. Seria necessário pontuar outros aspectos referentes as práticas pedagógicas a serem adotadas, identificar quais mudanças precisariam ser feitas no âmbito escolar e de que forma a comunidade escolar teria que lidar com isso.

Diante desta realidade a Secretaria realizou o levantamento das principais dificuldades e dúvidas com as quais os professores estariam lidando. Esse levantamento foi feito pelos Distritos Educacionais e discutidos nas reuniões com a SEMED. Identificados esses fatores, foram elaborados planos de ação para atuar pontualmente, oferecendo-se assessoramento pedagógico, acompanhamento dos rendimentos bimestrais, formação continuada para os professores da rede, principalmente, para professores alfabetizadores e maior disponibilização de pedagogos nas escolas.

Em relação aos índices descritos nos relatórios de rendimento anuais, verificou-se que o quantitativo de alunos com conceitos Não Satisfatório se apresentou mais elevado no ano de 2006, justiçado pelo aumento do ingresso de alunos no 3º ano do 1º Ciclo, onde ocorre a retenção, reafirmando a necessidade de acompanhar os alunos desde o início da etapa do Ensino Fundamental.

Nesse período a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manaus, demonstrou incerteza se a organização do ensino em ciclos continuaria funcionar, diante das diversas dificuldades enfrentadas e devido aos índices que comprovaram certa queda na qualidade do ensino oferecido na rede pública municipal de Manaus.

Mesmo porque, de acordo com a SEMED, houve uma suspensão das ações promovidas que envolviam aspectos referentes aos ciclos, tais como estudo da Proposta Ciclo de Formação Humana, seminários e consultoria.

Essa realidade foi se agravando de tal forma que em 2007 foi realizado um estudo junto aos professores e pedagogos da rede municipal de ensino e diante dos resultados apresentados pelos Distritos Educacionais, foi afirmado que a implantação e expansão da Proposta de Ciclos de Formação Humana foram realizadas de forma precipitada.

No ano de 2008, conforme observou-se no relatório de rendimentos bimestrais referentes ao 2º e 3º bimestre daquele ano, houve uma melhora nos índices, em virtude das ações tomadas pela SEMED para sanar as dificuldades identificadas nesse período.

No entanto, no ano de 2009, houve uma mudança de governo e a Prefeitura Municipal de Manaus passou a ser administrada por uma nova gestão que ao final daquele mesmo ano solicitou aprovação do Conselho Municipal de Educação de uma nova proposta intitulada Proposta Curricular do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano a ser implantada nas Escolas Municipais e de uma nova Estrutura Curricular do Ensino Fundamental de 9 anos a ser oferecida a partir do ano de 2010. Ambas as solicitações estão pautadas legalmente na Resolução Nº. 07/2009 aprovada em 10 de dezembro de 2009 e na Resolução Nº. 09/2009 aprovada em 17 de dezembro de 2009, respectivamente.

A implantação precipitada da organização do ensino em ciclos acaba por classificá-lo como uma proposta que não repercutiu resultados significativos, como foi o caso apresentado da rede pública municipal de ensino da cidade de Manaus, e finda por retorna-se ao ensino seriado. Essas dificuldades enfrentadas no decorrer da implantação, podem ser baseadas na forma adotada pelo poder público diante dessa política para a educação nacional, propicia certos empecilhos à mudança proposta pelos ciclos.

Os ciclos constituem uma transição da escola que se apresenta hoje para a escola que se busca ter futuramente. Uma mudança que objetiva fazer emergir uma escola que atue com real equidade e eficácia no sentido de proporcionar uma formação crítica e que ofereça embasamento político para o indivíduo questionar e transformar a sociedade em que vive, partindo de uma realidade que o matinha sob

um regime de relações sociais fundamentadas na dominação e na submissão para uma nova perspectiva construtivista e de exercício da cidadania.

Essa mudança proporciona aos profissionais da educação novos olhares no repensar do seu papel enquanto educador, fazendo-se emergir reflexões referentes ao perfil de escola básica que se pretende oferecer, qual a sua função frente às diversas realidades sociais e vivências culturais e históricas apresentadas pelos seus alunos.

É partindo-se desse pensamento que se faz necessário ressaltar que a pesquisa apresentada nessa dissertação se fundamentou nas informações contidas em documentos adquiridos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) Manaus. Portanto, não foi realizada nenhuma explanação a respeito de como ocorreu esse processo na visão daqueles que mais diretamente confrontaram-se com essa realidade e que vivenciaram as dificuldades emergidas por essa mudança, os próprios professores da rede pública municipal de ensino. Constituindo-se assim, uma temática relevante a ser abordada em futuras pesquisas, objetivando comparar as concepções, opiniões e informações de ambos os lados, do órgão responsável pela educação no município de Manaus e o de seus profissionais.

# REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando Donizete. *O lúdico e a educação escolarizada da criança*. In: (Im)pertinências da educação: o trabalho educativo em pesquisa [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 193 p. Maria Lúcia de Oliveira (org.). Disponível em: <a href="http://books.scielo.org/id/vtzmp/04">http://books.scielo.org/id/vtzmp/04</a>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico*: Elaboração de Trabalhos na Graduação. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ARROYO, Miguel G. Educação e Exclusão da Cidadania. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel G.; NOSELLA, Paolo. *Educação e Cidadania*: quem educa o cidadão? 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época).

\_\_\_\_\_. Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Professores. In: Educação & Sociedade, ano XX, n. 68. Dezembro, 1999.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá; MITRULIS, Eleny. *Trajetória e desafios dos ciclos escolares no País.* In: Estudos Avançados. v. 15. n. 42, May/Aug. São Paulo: 2001.

BORBOREMA, Carolina de. Educação em Ciclos: uma política curricular entre resistências e rupturas. In: XAVIER, Gelta; BORBOREMA, Caroline de et al. *Curriculistas, como dirigentes políticos: rupturas teórico-práticas com as prescrições oficiais para o currículo.* Rio de Janeiro: Enelivros, 2007.

BRASIL. *LDB*: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

\_\_\_\_\_. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

\_\_\_\_\_. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; BATISTA NETO, José. *A polivalência no contexto da docência nos anos iniciais da escolarização básica*: refletindo sobre experiências de pesquisa. In: Revista Brasileira de Educação. v. 17. n. 50, Maio-Agosto, 2012.

DAVID, Leila Nivea B. K.; DOMINICK, Rejany dos S.; MATELA, Rose Clair Pouchain. *Máquinas, séries, navegações, redes e ciclos*: metáforas para pensar e fazer a educação no mundo contemporâneo. In: Ciclos escolares e formação de professores. Leila Nivea Bruzzi David, Rejany dos S. Dominick (orgs.). Rio de Janeiro: Wak, 2010.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas*: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FERNANDES. Claudia de Oliveira. *Escolaridade em ciclos*: Desafios para a escola do século XXI. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

\_\_\_\_\_. Escola em ciclos: Uma escola inquieta – o papel da Avaliação. In: Ciclos em Revista: A construção de uma outra escola possível. STEINVASCHER, Andréa. et al. Andréa Rosana Fetzner Krug (org.). 3 ed. v. 1. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

FISCHER, Nilton Bueno. *Tempos e saberes – interações possíveis nos ciclos da escola e da vida*. In: MOLL, Jaqueline. Ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Ciclos, seriação e avaliação*: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora*: Uma prática em construção da préescola à universidade. 32 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

KELLY, Albert Victor. *O Currículo: Teoria e Prática*. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1981.

KRUG, Andréa Rosana Fetzner. *Desseriar o ensino*: Qual currículo? Qual conhecimento? In: Ciclos em Revista: A construção de uma outra escola possível. STEINVASCHER, Andréa. et al. Andréa Rosana Fetzner Krug (org.). 3 ed. v. 1. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

MAINARDES, Jefferson. *Escola em Ciclos no Brasil*: aspectos históricos, panorama da situação atual e perspectivas para a pesquisa. In: Ciclos escolares e formação de professores. Leila Nivea Bruzzi David, Rejany dos S. Dominick (orgs.). Rio de Janeiro: Wak, 2010.

MANAUS (Município). Proposta de Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana. Manaus: Secretaria Municipal de Educação, 2004.

R	Resolução	N°. (	04, de	20	de	maio	de	2004.	Diário	Oficial	do	Município,
Poder Exe	cutivo, Ma	anaus	, AM,	31 ag	go.	2004a	. n.	1074,	Ano V,	p. 3.		-

\_\_\_\_\_. Resolução N°. 07, de 10 de dezembro de 2009. *Diário Oficial do Município*, Poder Executivo, Manaus, AM, 5 jan. 2010, Ano XI, ed. 2358, p. 6.

\_\_\_\_\_. Resolução N°. 09, de 17 de dezembro de 2009. *Diário Oficial do Município*, Poder Executivo, Manaus, AM, 5 jan. 2010a, Ano XI, ed. 2358, p. 6.

MATOS, Maria Almerinda Souza. Cidadania, diversidade e educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na rede municipal de Manaus. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MOREIRA, Antonio Flavio. CANDAU, Vera Maria. *Educação escolar e cultura (s)*: construindo caminhos. In: Revista Brasileira de Educação. Nº. 23. Maio/Jun/Jul/Ago 2003, p. 156-168.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. *Análise Documental e Análise Diplomática*: Perspectivas de interlocução de procedimentos. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Marília, 2009.

NEVES, Rita de Araújo; DAMIANI, Magda Floriana. *Vygotsky e as teorias da aprendizagem*. In: UNIrevista. v. 1. n. 2. Abril, 2006.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica*: Projeto de Pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

PERRENOUD, Philippe. *Profissionalização do professor e desenvolvimento de ciclos de aprendizagem*. In: Cadernos de Pesquisa. n. 108. p. 7-26. Novembro, 1999.

RAPPAPORT, Clara Regina, et al. *Psicologia do Desenvolvimento*: Teorias do Desenvolvimento – Conceitos fundamentais. v 1. São Paulo: EPU, 1981-1982.

RIBEIRO, Victoria Maria Brant. A Construção do Conhecimento, O Currículo e A Escola Básica. Em Aberto, Brasília, ano 12, n. 58, abr./jun. 1993.

SECRETARIA MUNICPAL DE EDUCAÇÃO. *Análise Comparativa dos Dados do Ciclo 2005/2006*. Manaus: SEMED, 2007.

•	Ciclos de Formação Humana – Orientações Gerais. Manaus: SEMED, s.n.t.
	Ciclo de Formação Humana: Relatório Final do Rendimento Escolar 2006. SEMED, 2006.
	Etapas realizadas na ampliação do ensino fundamental para nove anos na ria Municipal de Educação e Cultura de Manaus. Manaus: SEMED, s.n.t.
	Indicativos dos estudos sobre Ciclos de Formação Humana realizado pelos Educacionais. Manaus: SEMED, s.n.t.
	<i>Memorando Nº. 459/05.</i> Discorre sobre o 1º Encontro de Educação de Manaus: SEMED, 2005.
	Orientações Gerais para a Formação de Turmas para o ano de 2006. SEMED, s.n.t.
 SEMED,	Plano de Ação 2006 – Ciclo de Formação Humana/ DEGE/ DEF. Manaus: 2006a.
 SEMED,	Plano de Ação 2007 – Ciclo de Formação Humana/ DEGE/ DEF. Manaus: 2007.

SEMED,	Professor Articulador para as Turmas de Ciclos de Formação. Manaus: s.n.t.
s.n.t.	Projeto Básico: Consultoria do Professor Miguel Arroyo. Manaus: SEMED,
·	Quantitativo de turmas, alunos e escolas dos ciclos. Manaus: SEMED, s.n.t.
	Quantitativo de turmas e alunos 2007 – Ciclo de Formação Humana. SEMED, 2007a.
	Relatório de distribuição das Propostas de Ciclo de Formação Humana. SEMED, s.n.t.
·	Relatório de Rendimentos Bimestrais 2008. Manaus: SEMED, 2008.
·	Relatório do Processo de Avaliação dos Ciclos. Manaus: SEMED, 2004.
	Respostas – Diário do Amazonas. Manaus: SEMED, [2008?].

Semed diz que metade dos alunos tem deficiência na leitura. Portal amazônia.com. Manaus, 19 de junho de 2008. Disponível em:<a href="http://portalamazonia.globo.com/new-structure/view/scripts/noticias/noticia.php?id=68754">http://portalamazonia.globo.com/new-structure/view/scripts/noticias/noticia.php?id=68754</a>. Fonte: Jornal Diário do Amazonas. Acesso em: 18 de julho de 2013.

STREMEL, Silvana. *Ciclos de Aprendizagem no Brasil*: uma análise das contribuições de pesquisas acadêmicas. Eixo Temático: Políticas públicas e gestão da educação. Agência Financiadora: CAPES IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicologia – UEPG, 2009.

THURLER, Monica Gather. Quais as competências para operar em ciclos de aprendizagem plurianuais? In: Patio. Revista pedagogica, ANO V, n. 17, Maio/julho 2001, pp. 17-21. Porto Alegre, 2001.

XIMENES, Maria Augusta da Silva. *O ciclo inicial do ensino fundamental*: uma experiência do sistema estadual de ensino em Manaus (2001 – 2003). Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2006.

# **ANEXOS**

# ANEXO I - OFÍCIO Nº 061/2013 - PPGE, DE 02 DE MAIO DE 2013



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



Oficio nº 061/2013 - PPGE

Manaus, 02 de maio de 2013.

Senhora Gerente de Ensino.

Em virtude da pesquisa da mestranda MÁRCIA GUEDES EGAS DUTRA, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós- Graduação/curso de Mestrado em Educação desta Universidade Federal do Amazonas, dirigimo-nos a V. S.ª a fim de solicitar-lhe permissão para que a referida aluna possa realizar sua pesquisa de campo, tendo de acesso a documentos, arquivos e locais relacionados ao tema de sua dissertação sobre a Organização do Ensino em Ciclos no Período de 2004 a 2008 nas escolas do município de Manaus, o que irá contribuir na elaboração de sua Dissertação de Mestrado.

Atenciosamente.

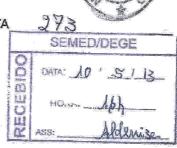
Prof.ª Dr.ª Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel

Coordenadora/PPGE

llm.ª Sr.ª

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO VEIGA HORTA

Gerente de Ensino/SEMED - Manaus.





# Diário Oficial ORGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS - AM

CRIADO MEDIANTE O ARTIGO Nº 129 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Manaus, terça-feira, 31 de agosto de 2004.

Número 1074 ANO V R\$ 1,00

# CADERNO I

# PODER EXECUTIVO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS - PMM

DECRETO N. 7.492, DE 27 DE AGOSTO DE 2004

ALTERA o art. 5.º do Decreto n. 7.369, de 29-6-2004, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 80, inciso XII e 128, inciso I, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS, tendo em vista as disposições do Decreto-lei n. 3.365/41, com alterações introduzidas pela Lei n. 2.786/56. e

CONSIDERANDO a necessidade de retificação do art. 5.º do Decreto n. 7.369, de 29-6-2004;

CONSIDERANDO que a alteração de um diploma legal se faz, necessariamente, por outro de igual hierarquia.

# DECRETA

Art.1.º O art. 5.º do Decreto n. 7.369, de 29 de junho de 2004, passa a ter a seguinte redação: As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta da Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais (Sepes).

Art.2. ° Permanecem inalterados os demais termos daquele Decreto.

Art.3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Manaus 27 de agosto de 2004

LUIZ ALBERTO CARIJÓ DE GOSZTONYI Prefeiro Municipal de Manaus

# DECRETO N.º 7496, DE 31 DE AGOSTO DE 2004.

ABRE crédito suplementar que especifica no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta .

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no Art. 5º da Lei n.º 725, de 11 de

dezembro de 2003, em conformidade com o Inciso I e III, do Art. 21 da Lei n.º 704, de 03 de julho de 2003.

#### DECRETA:

Art.1°- Fica aberto, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta, crédito suplementar de R\$ 1.975.590,00 ( um milhão, novecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e noventa reais), sendo R\$1.475.590,00 à conta do Inciso I (Remanejamento Interno de Recursos Próprios/Excesso de Arrecadação) e R\$ 500.000,00 à conta do Inciso III (Transposição de Categoria Econômica) como reforço aos seguintes Programas de Trabalho:

#### 21100 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA – SEMTRA

11.331.1026.01177 - Universidade do Empreendedor Popular

3.3.90.30 - Material de Consumo

-07 - R\$

## 27100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SANEAMENTO BÁSICO - SEMOSB

17.512.1033.02193 - Drenagem de Águas Pluviais

4.4.90.51 - Obras e Instalações -07- R\$

R\$ 375.000,00

80.590,00

# 30100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO, MERCADOS E FEIRAS - SEMAF

20.122.4000.02131 - Manutenção de Serviços de Transp. da SEMAF

3.3.90.30 - Material de Consumo

-07- R\$ 20.000,00

# 36100 - RECURSOS SUPERVISIONADOS PELA SEMEF

28.843.5001.05110 - Encargos da Dívida Fundada Interna

4.6.90.71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado

-00- R\$ 500.000,00 3.2.90.21 - Juros sobre a Dívida por Contrato

-00- R\$ 500.000,00

28.846.5001.05114 - Obrigações Patronais do Município

3.1.90.13 - Obrigações Patronais

-00- R\$ 500.000.00

Art.2°- O crédito de que trata o artigo anterior fica automaticamente registrado no Tribunal de Contas do Estado e será compensado, com importância de igual valor, sendo R\$ 375.000,00 a conta do Excesso de Arrecadação da Fonte -07- Transferências do Estado e R\$ 1.600.590,00 mediante anulação das dotações abaixo indicadas:

#### 21100 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA – SEMTRA

11.122.4000.02147 - Manutenção de Serviços Administ.

Resolução Nº 04/CME/Manaus, 20 de Maio de 2004.

Institui as Diretrizes para a Proposta de Ciclos de Formação Humana nas Escolas Municipais de Manaus.

A Presidente do Conselho Municipal de Manaus, no uso de suas atribuições legais, conferidas através da Lei nº 377/96; e

Considerando o Parecer nº 05/CME/Manaus, de 20 de Maio de 2004; e

Considerando a necessidade de traçar diretrizes básicas para os estabelecimentos de ensino da Rede Municipal de Manaus, quanto aos procedimentos a serem adotados na implantação dos Ciclos de Formação Humana a partir de 2004;

#### RESOLVE:

- Art.1° A Rede Municipal de Ensino implantará a Proposta de Ciclos de Formação Humana, a partir do início do ano de 2004, obedecendo aos dispositivos nela previstos, assim como as determinações desta Resolução;
- Art.2° A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Manaus implantará, a partir de 2004, o Ciclo Básico do Ensino Fundamental, em todas as escolas da Rede de Ensino Municipal com a inclusão das crianças de seis (6) anos de idade, com a proposta pedagógica de Ciclos de Formação Humana;
- Parágrafo Único: Nos cinqüenta e cinco (55) estabelecimentos de Ensino Municipal que trabalharam com o Projeto Classe Básica nos anos de 2002 e 2003, será implantado o 2º Ciclo, o que significará que, nessas escolas, o primeiro segmento do ensino fundamental será totalmente ciclado;
- Art.3° Os Ciclos serão organizados como Ciclo Básico, seis (06), sete (07) e (08) anos de idade; (infância) 2º Ciclo, nove (09) e dez (10) anos de idade (préadolescência); 3º Ciclo, onze (11) e doze (12) anos de idade, e 4º Ciclo, treze (13) e quatorze (14) anos de idade (adolescência);
- Art.4° A organização em Ciclo deverá permitir que o aluno prossiga e termine o ensino fundamental, garantindo-lhe cidadania, que comece pelo respeito a sua condição de criança, de pré- adolescente e adolescente:
- Art.5° Considerar o conjunto de valores e conhecimentos que o aluno traz e que são importantes para a sua formação enquanto sujeito autônomo, participativo e incorporar na construção de novos conhecimentos;
- Art.6° O Ciclo Básico trabalhará com 600 dias letivos e 2.400 horas, com crianças de seis (06), sete (07) e oito (08) anos de idade;
- Art.7° O 2º Ciclo terá 400 dias letivos e 1.600 horas, com crianças de nove (09) e dez (10) anos de idade, que serão atendidas pelo primeiro segmento do ensino fundamental com a proposta de Ciclo de Formação Humana;
- Art.8° O 3º Ciclo com idades de 11 e 12 e o 4º Ciclo de 13 e 14 anos respectivamente, terão previsão de dias e horas letivas na mesma proporção do 2º Ciclo e serão posteriormente regulamentados;
- Art.9°- Os alunos terão acompanhamento preferencialmente de um mesmo professor(a) no decorrer dos dois primeiros Ciclos, possibilitando-lhes um melhor atendimento pedagógico;
- Art.10°-A avaliação da aprendizagem no contexto dos Ciclos será contínua e processual,

considerando-se os aspectos que compõem a formação humana:

Art.11° - O resultado da avaliação será aferido por meio de conceitos e relatórios descritivo do desempenho do aluno;

Parágrafo Único - O estímulo para o aluno no Ciclo será a avaliação, que servirá de referência para o replanejamento das atividades e, conseqüentemente, a recuperação da aprendizagem;

Art.12° - O documento de transferência emitido pela escola municipal, indicará os anos de escolarização do aluno e série correspondente no sistema seriado.

Art.13°-No caso em que a Escola Municipal receber um aluno oriundo do sistema de seriação no decorrer do ano letivo, deverá ser observada a série indicada na transferência e a idade. O aluno será matriculado no Ciclo ou série que atenderá os aspectos da aprendizagem dos saberes, do agrupamento por idade e dos dados do histórico escolar.

Art.14° - A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala Sessões do Conselho Municipal de Educação de Manaus, 20 de Maio de 2004.

1. Acces Gomes Experie Valente Adancel Privato Previse da Costa.

Presidente GOCME

Conselheiro

Marti Perera Dorges
Vice-Presidente do CME.

Oceselheiro

Conselheiro

Consel

Resolução № 05/2003 - ME de 18 de dezembro de 2003

Dispõe sobre procedimentos e orientações a serem observadas para oferta da Educação Especial no Sistema de Ensino Municipal a partir de 2003.

O Conselho Municipal de Educação no uso de suas atribuições, conferidos através da Lei Nº 377 de 18 dezembro de 1996 e,

Considerando a necessidade de estabelecer os critérios para o Sistema de Ensino Municipal quanto a oferta da Educação Especial, conforme determinações previstas nos artigos 58 a 60 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96 e com fundamento no Parecer CNE/CEB 17/2001, homologado pelo Sr. Ministro de Estado da Educação em 03 de julho de 2001, na Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001, bem como, o disposto no Regimento Geral das Escolas Municipais – nos artigos 29 a 32.

Considerando garantir aos educandos, com necessidades educacionais especiais, uma formação geral comum, bem como o desenvolvimento de atividades produtivas que os conduzam ao exercício da plena cidadania;

#### Resolve:

Art. 1º - Instituir as diretrizes para Educação Especial do Sistema de Ensino Municipal de Manaus, em consonância com as determinações da Lei 9394/96, da Resolução nº 02

# ANEXO III - PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Manaus, Janeiro de 2004

# **SUMÁRIO**

- Reorganização da Estrutura Pedagógica do Ensino Fundamental por meio dos Ciclos de Formação Humana.
- 2. Definindo a Concepção de Ciclos: Pressupostos Teóricos
  - 2.1. Princípios Norteadores
    - A escola construindo o seu caminho
    - A escola como pólo cultural da comunidade
    - A formação humana global e integrada
    - Escola: visão presente perspectiva futura
    - A escola construtora de sucesso
- 3. Concepção de Criança
  - 3.1. Caracterização da criança em cada ciclo:
    - Ciclo Básico do Ensino Fundamental
    - Segundo Ciclo
- 4. Objetivos do Ensino em Ciclos
  - Geral
  - Específicos
- 5. A escola pública de qualidade: avançando na construção
- 6. Estrutura Organizacional
  - Organização das turmas
- 7. Proposta Curricular do 1º Ciclo de Formação Humana
- 8. Objetivos Curriculares que deverão ser atingidos em cada ano no interior do ciclo
- 9. Proposta Curricular do 2º Ciclo de Formação Humana
- 10. A avaliação da aprendizagem no contexto dos ciclos
- 11. Bibliografia

# **APRESENTAÇÃO**

A Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Educação apresenta como ação prioritária para 2004 a inclusão das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental com a Proposta Pedagógica de Ciclos de Formação Humana, visando romper com a lógica da estruturação pedagógica da escola seriada.

A organização pedagógica dos Ciclos de Formação Humana imprime uma mudança significativa no Ensino Fundamental. Com esta proposta, esperamos combater o abandono e a exclusão escolar, diminuir os índices de retenção e comprometermo-nos com um ensino de qualidade.

Os Ciclos do Ensino Fundamental pretendem colocar em prática a pedagogia da inclusão e construir um novo fazer pedagógico, mediador da mudança e transformador da escola em um espaço de alegrias, saberes, imaginação e criatividade.

Este documento coloca-se como uma diretriz norteadora da política educacional da Secretaria Municipal de Educação para o Ensino Fundamental, com a determinação de alavancar a melhoria da qualidade da educação das nossas crianças.

# 1. REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL POR MEIO DOS CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA

A partir de 2004 a Secretaria Municipal de Educação reorganizou a estrutura pedagógica do Ensino Fundamental que passou a ter nove anos de duração por meio dos ciclos de formação humana nas séries iniciais do Ensino Fundamental, tendo como objetivo principal garantir o processo de aprendizagem que leve em consideração as idades de formação, os interesses e características próprias de cada fase de desenvolvimento humano, que aos 6, 7 e 8 anos é caracterizado pela infância, 9 e 10 anos caracterizado pela pré-adolescência, garantindo a continuidade dos estudos com sucesso.

Inicialmente, foram incluídas as crianças de seis anos, com uma perspectiva de trabalhar três anos, sendo alfabetizadas e dando continuidade ao seu processo de aprendizagem e, nas escolas que trabalharam com o Projeto Classe Básica do Ensino Fundamental foi implantado o Ciclo Básico e o Segundo Ciclo.

## Conceituando Ciclo:

**Ciclo de Formação Humana** = São as diferentes fases de desenvolvimento e formação do homem. Essas fases aproximam os alunos, embora devamos ter claro que cada um tem seu ritmo próprio de desenvolvimento e de aprendizagem.

Ciclo = período cronológico

- Conjunto de tradições épicas referentes a um período.
- Denominação oficial dada às divisões do programa de ensino no Brasil.

# 2. DEFININDO A CONCEPÇÃO DOS CICLOS: Pressupostos Teóricos

A proposta de organizar as escolas do Ensino Fundamental por meio de Ciclos de Formação Humana parte do pressuposto que "o desenvolvimento dos educandos, como se formam, aprendem e se socializam, ou seja, o processo de formação do ser humano passa por temporalidades diferentes: primeira infância, infância, adolescência, juventude, vida adulta. A idéia de ciclo é ciclo da vida, é tempo da vida, temporalidade da formação humana." (Miguel Arroyo).

A idéia de incluir alunos de 6 anos no ensino fundamental tem um caráter social, pois os setores populares têm dificuldades de permanecer na escola. Então, quanto antes eles forem incluídos na escola formal, melhor, porque às vezes precisam sair muito cedo para sobreviver. E tem um caráter pedagógico, já que flexibiliza os tempos escolares, no nosso caso 600 dias letivos no Ciclo Básico com 2.400 horas e 400 dias letivos com 1.600 horas no 2º Ciclo, permitindo ao professor desenvolver um trabalho mais individualizado e aprofundado, possibilitando-o conhecer cada educando que está em sala de aula, com um currículo que atenda as expectativas e necessidades de uma criança de 6, 7 e 8 anos e com uma avaliação que utiliza conceitos e relatório descritivo da aprendizagem. É partir da premissa de que em cada fase de crescimento o aluno possui características que devem ser respeitadas e cada criança tem um ritmo próprio de aprendizagem como nos diz Paulo Freire: "o adulto não aprende a ler como criança; ele aprende a ler como adulto. E nós temos que ensiná-lo a ler a partir de sua cultura adulta, de suas vivências adultas, de sua condição de adulto". Queremos que isso valha para todos, não só para adultos, mas também para pré—adolescentes, adolescentes e jovens.

O mais importante neste novo fazer da Secretaria é a possibilidade de, por meio desta mudança, oportunizar as crianças aprenderem conhecimentos que serão úteis a sua vida, desenvolvê-los em todas as dimensões e utilizar uma avaliação que realmente mostre o caminho percorrido pelas crianças na construção do conhecimento, que seja inclusiva e que trate o erro como possibilidade de superação.

A implantação do Ciclo Básico e do 2º Ciclo de Formação constitui-se num momento fundamental de desenvolvimento sociocultural dos alunos, solidificando uma formação básica que abrirá possibilidades de níveis de desenvolvimento mais complexos.

Nesse sentido, a educação básica nos primeiros ciclos de formação deve estar a serviço do processo de formação global do aluno, visando sua interação com a realidade, de forma crítica e

dinâmica. Para que isso aconteça é preciso que os alunos possam compreender sua realidade, situando-se nela e desenvolvendo as habilidades e capacidades que lhes auxiliem nesse processo.

Para cumprir tal finalidade, faz-se necessário que a Proposta Curricular avance em duas dimensões:

- no desencadeamento de processos pedagógicos que permitam aos alunos a expressão e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, motrizes, afetivas, expressivas, comunicativas e sociais;
- na priorização de conteúdos das disciplinas acadêmicas que estejam relacionadas aos problemas contemporâneos.

A escola precisa ser capaz de desenvolver, nos alunos, capacidades intelectuais, afetivas e sociais que lhes permitam assimilar plenamente os conhecimentos acumulados, ou seja, ao invés de mera transmissora de conteúdos, esta escola tem como função social ensinar o aluno a pensar, ensinar as formas de acesso e apropriação do conhecimento elaborado, de modo que eles possam praticá-la autonomamente ao longo de sua vida, independente de sua permanência na escola.

A partir dessa compreensão, vislumbra-se uma concepção de **homem como ser social** que pensa, raciocina, deduz e abstrai e também, como alguém que sente, emociona-se, deseja, imagina e sensibiliza-se.

Dessa forma, a compreensão de ser humano implica, necessariamente, na compreensão de sua relação com a natureza e com os seus semelhantes, tendo em vista que, é por meio dessa relação que o homem transforma a si mesmo e a natureza, com o seu trabalho, produzindo conhecimentos, construindo a sociedade e fazendo a sua própria história.

O homem, assim contextualizado, pode ser visto como um ser que interage nas suas diversas experiências culturais e étnicas, as quais influenciam no seu desenvolvimento histórico-social.

Assim, o conhecimento resulta de um processo interativo, na proporção em que o sujeito se relaciona com o objeto, modificando-o e sendo por ele cognitivamente modificado. É a partir dessas interações (organismo-meio físico e social) que o indivíduo constrói formas cada vez mais elaboradas de adaptar sua inteligência à complexidade do mundo que o rodeia.

Com respaldo, então, nessas concepções de **escola**, de **homem** e de **conhecimento** é que se delineia a organização do ensino em ciclos. Esta organização tem, ainda, apoio em um conjunto de pressupostos de origem psicopedagógica, antropológica, filosófica e sociológica sendo, por conseguinte, marcada fundamentalmente por uma concepção sociointeracionista que subsidia o redimensionamento das práticas pedagógicas, entendendo a aquisição do conhecimento como um processo construído e tendo como referencial a interação sujeito e realidade, no qual o homem é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura.

Desse modo, a organização do ensino em ciclos inspira-se em alguns postulados dessa concepção, destacando-se entre eles:

- O processo de desenvolvimento intrinsecamente ligado à aprendizagem, sendo inclusive modificado por ela;
- A indissociabilidade dos aspectos intelectuais, afetivos e psicomotores no processo de aprender;
- As crianças com ritmos diferentes de desenvolvimento, têm necessidade que a escola possibilite tempos e ritmos mais flexíveis no processo de apropriação do conhecimento;
- O conhecimento como resultado da interação entre pessoas: educador/educando; educando/educando;
- A inteligência como construção histórica;
- A autonomia como objeto do processo educativo;

- A escola como criadora de situações que conduzam a criança a reinventar e redescobrir a construção do conhecimento.

Complementam este campo conceitual, em que se apóia a presente proposta, os seguintes processos de aprendizagem que nortearão a prática pedagógica:

- **Aprender a conhecer** apropriar-se de uma cultura geral ampla com possibilidade de aprofundamento em conteúdos específicos. Pressupõe o aprender a aprender para melhor aproveitar as oportunidades oferecidas pela educação no decorrer da vida;
- Aprender a fazer adquirir uma competência que capacite o educando a resolver situações do seu cotidiano nos âmbitos individual e coletivo – é o aprender fazendo;
- **Aprender a conviver** compreender o outro numa relação de interdependência;
- **Aprender a ser** desenvolver melhor a própria personalidade para agir com crescente capacidade de autonomia, de juízo e de responsabilidade pessoal.

Estes quatro pilares favorecem o pleno desenvolvimento do educando, de suas potencialidades e de seu preparo para o exercício da cidadania, contribuindo assim para a formação integral do homem.

# 2.1 - PRINCÍPIOS NORTEADORES

# A ESCOLA CONSTRUINDO O SEU CAMINHO

As escolas da rede pública do município de Manaus tornam-se ponto de partida no momento da elaboração do seu projeto pedagógico, quando delineia o seu caminho, firma sua identidade, estrutura seus espaços e tempos, seus rituais, lógicas, currículo (sem perder de vista a política educacional nacional que assegura a unidade da ação educacional) e constrói sua autonomia.

Uma escola de qualidade valoriza o trabalho de seus profissionais e a participação efetiva dos diversos segmentos da comunidade escolar, favorecendo a construção coletiva de sua ação educativa.

# A ESCOLA COMO PÓLO CULTURAL DA COMUNIDADE

A valorização do ser humano como sujeito cultural requer que todas as instituições, especialmente a escola, trabalhem preservando e/ou recriando os valores éticos e culturais da sua comunidade.

Assim, a escola deve estar constantemente atenta a reorganizar seus tempos e espaços, de modo a incorporar manifestações culturais que emergem da realidade na qual está inserida, articulando a produção do conhecimento cultural da comunidade.

# A FORMAÇÃO HUMANA GLOBAL E INTEGRADA

A escola que se propõe a ser inovadora e democrática, buscando superar a excludência, não pode deixar de considerar a pluralidade de dimensões que permeia a formação humana. Atenta, portanto, para a não fragmentação dos conhecimentos, oportunizando ao educando uma visão ampla, significativa e com unidade desses conhecimentos. Desenvolve uma prática pedagógica que, ao sintonizar a escola com os movimentos sociais sem prejuízo da transmissão/construção/reconstrução do saber historicamente acumulado, também está trabalhando os aspectos afetivos e sociais permitindo uma formação integral do ser humano no processo educativo.

Assim, ressaltamos a importância do planejamento, desenvolvimento e avaliação do processo educativo, capaz de efetivar a apropriação significativa, crítica, criativa e duradoura do conhecimento como mediação para a formação do educando como pessoa, como cidadão e como trabalhador. (grifos nossos).

# ESCOLA: VISÃO PRESENTE – PERSPECTIVA FUTURA

A escola tem preocupado-se em preparar o ser humano numa perspectiva de futuro. Esta prática desconhece que a infância, a adolescência e a fase adulta são também tempos de formação e de vivência de direitos plenos.

Nessa visão faz-se necessário a escola mudar sua prática educativa preparando o aluno para uma vivência de direitos presentes, situando-os não somente como cidadão do futuro, mas principalmente, como um cidadão em formação que precisa ampliar suas potencialidades e espaços de participação social em todas as fases de seu desenvolvimento.

O tempo da escola deve oportunizar o convívio entre alunos de mesma idade-ciclos, permitindo a integração de interesses e experiências próprios de um mesmo nível de desenvolvimento e realizando um processo educativo sem interrupção e rupturas, sempre com foco no **sucesso do educando**.

#### A ESCOLA CONSTRUTORA DE SUCESSO

Uma escola diferente vem emergindo das práticas e ações que estão se registrando no decorrer dessa caminhada que busca a formação integral e de qualidade do educando. Essa escola, assim determinada, constrói sua história de sucesso partindo do sucesso do aluno que é, ao mesmo tempo, o sucesso do professor e, por extensão, o sucesso daqueles que integram a comunidade escolar.

Construir o sucesso, no entanto, requer elementos básicos dentre os quais cumpre destacar:

- todos que têm a responsabilidade de educar precisam acreditar que os **alunos** são capazes de aprender;
- o aluno motivado e satisfeito aprende melhor, em razão do que é preciso que se dê atenção especial à sua auto-estima;
- é fundamental que o professor parta de onde se encontra o aluno e com ele avance até onde se fizer necessário;
- respeitar as diferenças de ritmo e de nível de desenvolvimento é um procedimento facilitador da realização de aprendizagens.

Nesse sentido, é indispensável que se fortaleça a cultura do sucesso escolar, buscandose, para tanto, a utilização de práticas pedagógicas que gerem um ambiente alegre, vivo, prazeroso e favorável à efetivação da aprendizagem e que o professor tenha, em especial, atuação compreensiva e amiga.

# 3. CONCEPÇÃO DE CRIANÇA

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e consequentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época. Assim é possível que, por exemplo, em uma mesma cidade existam diferentes maneiras de se considerar as crianças dependendo da classe social a

que pertencem, do grupo étnico do qual fazem parte. Boa parte das crianças brasileiras enfrentam um cotidiano bastante adverso que as conduz, desde muito cedo, a precárias condições de vida e ao trabalho infantil, ao abuso e exploração por parte de adultos. Outras crianças são protegidas de todas as maneiras, recebendo de suas famílias e da sociedade em geral todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento. Essa dualidade revela a contradição e conflito de uma sociedade que não resolveu ainda as grandes desigualdades sociais presentes no cotidiano.

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais.

A criança possui uma natureza singular, que a caracteriza como ser que sente e pensa o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelece desde cedo com as pessoas que lhes são próximas e com o meio em que vive, as relações contraditórias que presencia e, por meio das brincadeiras, explicita as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção de conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de ter idéias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva a criança constrói o conhecimento a partir das interações que estabelece com as outras pessoas e com o meio em que vive. Por isso, a metodologia que norteará esta proposta tem como dimensão os princípios:

- Proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar da criança, seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências, bem como estimular seu interesse pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade (cf.LDB, art. 29)
- Trabalhar complementarmente com a família, formando a trilogia <u>criança-família-</u> escola, para que complete o projeto pretendido.
- Buscar a interação entre as diversas áreas do conhecimento e aspectos da vida cidadã, como conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores.
- Proporcionar às crianças e suas famílias oportunidades de acesso a conhecimentos, valores e modo de vida verdadeiramente cidadãos. Tendo o cuidado de que tudo isto deverá acontecer num contexto do cuidar e educar, de modo prazeroso, lúdico, onde as brincadeiras espontâneas, uso de materiais e jogos, as danças e cantos, as comidas e roupas, as múltiplas formas de comunicação, expressão, criação e movimento, o exercício de tarefas rotineiras do cotidiano e as experiências que exigem o conhecimento dos limites e alcance das ações de crianças e adultos estejam contemplados.

Com base nas teorias do conhecimento ora disponíveis sobre a educação da criança de 6 anos, (Rosseau, Pestalozzi, Vigotsky, Piaget, Wallon, Howard Gardner, Freinet, Emília Ferrero, Perrenoud e outros), a proposta fundamenta-se nas teorias sociointeracionista e de inteligências múltiplas, para promover a integração entre aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais da criança, oferecendo um atendimento personalizado, estimulando o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, permitindo que a criança construa significações e formule cada vez mais complexas ações de agir e pensar. Por isso, esta proposta foi elaborada para ser realizada de maneira reflexiva e crítica, integrando a teoria e a prática, o fazer e o pensar.

Para que isso ocorra no dia-a-dia da escola foi estabelecida uma Metodologia de trabalho organizada e estruturada de forma dinâmica, a fim de evitar distorções entre o pensar e o fazer pedagógico. Esta metodologia envolve a AÇÃO – REFLEXÃO - AÇÃO e está

baseada no movimento da CURIOSIDADE – BUSCA - DESCOBERTA, <u>o educador é um mediador entre a criança e o objeto de conhecimento.</u>

Portanto, para que o educador seja um mediador, é necessário que ele compreenda as etapas de desenvolvimento pelas quais passam as crianças, conheça os aspectos cognitivo, físico, social e psicomotor, bem como o objeto de conhecimento que pretende ser construído pela criança. Para isso ele planejará situações de aprendizagens que favorecerão a interação: sujeito-sujeito e sujeito-objeto de conhecimento.

Para que haja coerência entre orientações gerais (princípios, intenções, concepções) e a ação (prática pedagógica), é necessário considerar o currículo real da Instituição. Este, concebido como instrumento que orientará as ações de cada educador está, portanto, em evidência, pois proporcionará informações concretas sobre o quê, o quando e o como ensinar e também o quê, o como e o quando avaliar.

O profissional que atuar nessas turmas deverá apresentar um perfil polivalente, isto significa que ele terá de trabalhar com conteúdos de natureza diversas, com conhecimentos específicos das diversas áreas (Linguagem, Matemática, Ciências Naturais e Sociais, Arte contemplando Música e Movimento), possuir uma formação ampla onde reflita constantemente sobre sua prática, troque idéias, dialogue com as famílias e com a comunidade e busque informações necessárias para atuar com crianças. No desenvolver de sua prática pedagógica, o profissional precisa de instrumentos essenciais para propiciar a sua ação pedagógica, tais como: observação, registro, planejamento e avaliação.

Com o objetivo de melhor compreender os elementos que interagem no desenvolvimento dos ciclos, apresentaremos as características básicas da criança em cada ciclo de formação.

# 3. 1. CARACTERIZAÇÃO DA CRIANÇA EM CADA CICLO DE FORMAÇÃO

• 1° CICLO ou CICLO BÁSICO DO ENSINO FUNDAMENTAL (crianças de 6, 7 e 8 anos)

Esse é o ciclo que se caracteriza por iniciar o desenvolvimento do processo de alfabetização. É importante, então, para que a criança seja bem sucedida nesta etapa, **que pensamento e linguagem** sejam considerados "processos interdependentes".

 $\acute{\rm E}$  pela mediação da linguagem que a criança aprende os sentidos atribuídos pela cultura às coisas, ao mundo e às pessoas.

Por meio da linguagem, a criança entra em um mundo inteiramente novo de coisas a aprender e compreender, torna-se capaz de lidar com suas experiências e o meio ambiente de modo diversificado.

É necessário considerar, ainda, que a criança vive num mundo mágico, desenvolvendo atividades lúdicas. Já tem consciência de si mesma e é capaz de ampliar seu universo social e individual com mais intensidade.

Seu pensamento vai se tornando pouco a pouco reversível. Esta reversibilidade torna possível à criança operar com classes e relações. Apresenta modificações consideráveis no seu comportamento, na sua linguagem e nas suas interações com os companheiros.

Começa a relacionar-se com a realidade física e social de forma mais objetiva. Em decorrência do decréscimo do egocentrismo, a criança assimila o ponto de vista das outras pessoas e absorve a cultura grupal com maior receptividade e amizade, sendo capaz de conhecer as coisas do seu mundo imediato.

# Assim é fundamental que a prática didática privilegie atividades que:

- desenvolvam a imaginação e a fantasia por meio da literatura infantil (contação de histórias), das dramatizações, dos jogos e de outras manifestações artísticoculturais;
- enfatizem as linguagens como objeto de curiosidade, prazer e jogo;
- enfatizem o trabalho em dupla, dada a maior viabilidade de coordenação de informações entre dois, avançando para experiências grupais;
- contribuam para o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático, possibilitando o estabelecimento de relações entre as crianças e o mundo que as rodeia;
- trabalhem as noções espaços-temporais, partindo da vivência mais imediata da criança, numa abordagem crítica, para compreensão da sua realidade;
- explorem as regiões do corpo humano a partir da identificação do próprio corpo da criança, reconhecendo as funções de cada parte.

# • 2° CICLO (crianças de 9 e 10 anos)

Pressupondo que o processo de alfabetização seja consolidado no ciclo anterior, o currículo do segundo ciclo deve voltar-se para possibilitar ao aluno o desenvolvimento de habilidades para lidar com a informação.

Neste ciclo, os mecanismos relacionados à fala adquirem uma nova função: a percepção verbalizada na criança, não mais se limita ao ato de rotular. A fala adquire uma função sintetizadora, a qual, por sua vez, é instrumental para atingir formas mais complexas da percepção cognitiva.

No processo de desenvolvimento cognitivo, a criança já domina as relações de inclusão e complementação referentes ao seu cotidiano, inicialmente de natureza concreta.

Ao final deste ciclo, ela é capaz de realizar classificação com conceitos abstratos como também consegue conferir as classes, formando um caráter hierárquico de um sistema de inclusão.

A criança neste período tem interesse particular em atividades coletivas e regradas. Tem capacidade de interpretar a origem das regras a até de modificá-las, embora não assimile ainda o sentido da existência dessas regras.

Os valores éticos são produtos da experiência cotidiana, ou seja, da adequação ou dos conflitos entre ações individuais e sanções sociais decorrentes, podendo ocorrer comportamentos inadequados como a agressividade, o retraimento e a regressão.

Ressalta-se, ainda que, nesta fase se iniciam as primeiras indagações sobre si mesmo, sobre a natureza e os problemas do ambiente.

A escola é um fator importante no processo de identidade e o desempenho escolar é mais valorizado. Quanto à competência, a criança passa a buscar a aprovação dos adultos e o respeito dos colegas por suas realizações.

Estudar é uma habilidade que pode ser mais sistematizada, porque os alunos já têm o domínio da língua escrita. Já podem utilizar a leitura e a escrita como instrumento privilegiado para a compreensão das diversas áreas.

Por conseguinte, faz-se necessário ampliar o desenvolvimento das habilidades de ler, escrever, falar, saber ouvir, como também, as capacidades de pensar, analisar sua realidade e inserir-se nela, de forma crítica e criativa.

# As atividades neste período devem, contribuir para:

- a construção da autonomia;
- a prática de leituras mais extensas e diversificadas;
- o incentivo à curiosidade;
- o desenvolvimento da invenção;
- a compreensão de que o espaço e o tempo são construções humanas e, portanto, podem ser modificadas de acordo com seus interesses;
- o desenvolvimento da capacidade de analisar e sintetizar dados, fatos e fenômenos, aplicando a sua lógica na resolução de problemas do cotidiano;
- a seleção de atividades práticas sobre recursos naturais, após observação direta de ambientes a caminho da escola ou em áreas verdes.

# 4. OBJETIVOS DO ENSINO EM CICLOS

#### GERAL:

Promover a cultura do sucesso escolar, favorecendo uma linha de ação pedagógica que respeite os diferentes níveis de desenvolvimento e ritmos de aprendizagem dos educandos, com ênfase na flexibilidade do tempo e do espaço escolar.

# ESPECÍFICOS:

- Favorecer a apropriação do conhecimento socialmente construído, em um ambiente flexível, socializador, criativo, prazeroso e facilitador de aprendizagens significativas;
- Construir o currículo escolar a partir da realidade do aluno, integrando o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes, valores e habilidades que favoreçam a construção de uma consciência histórico-crítica;
- Implantar no cotidiano escolar uma prática avaliativa contínua e processual, de concepção emancipatória voltada, portanto, para identificar, diagnosticar e redimensionar a ação educativa.

# 5. A ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE: AVANÇANDO NA CONSTRUÇÃO

A Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Manaus dá um salto significativo nas suas ações ao propor o CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA para o Ensino Fundamental, nível que faz a ponte entre a Educação Infantil e o Ensino Médio.

A proposta da organização do ensino em CICLOS, voltada para a cultura do sucesso escolar, rompe com a seriação e avança no sentido de organizar o ensino considerando a faixa etária, as aproximações de interesses, necessidades e dificuldades dos educandos dentro do mesmo ciclo, viabilizando à escola trabalhar com maior flexibilidade, respeitando

os diferentes ritmos de aprendizagem e os níveis de desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor.

A (re) construção do trabalho pedagógico considerando a diversidade social e cultural dos alunos requer, sobretudo, uma metodologia facilitadora da integração dos conhecimentos sistematizados das diversas áreas do ensino e outros conhecimentos que os alunos vão construindo com suas múltiplas experiências de vida.

#### 6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em 2004, foi implantando em todas as Escolas Municipais o Ciclo Básico do Ensino Fundamental que passou a ter a duração de 9 (nove) anos, com antecipação do ingresso dos alunos com 6 anos de idade. Das 55 escolas que desenvolveram o Projeto Classe Básica do Ensino Fundamental, em 2002/2003, em 51 dessas foi implantado também o 2º Ciclo oportunizando a continuidade ao processo pedagógico dos alunos que trabalharam no Projeto (anexo relação das 51 escolas). A inserção do aluno de 6 anos no Ensino Fundamental é obrigatória pela LDB( Lei 9394/96), que foi alterada pelas Leis, 11274 de fevereiro de 2006 e 11114 de maio de 2005, no título IX – Das Disposições Transitórias – artigo 87, Parágrafo 3º, Inciso I. Esse período será distribuído em 2 (dois) Ciclos com duração de 05 anos ( séries iniciais do Ensino Fundamental), a seguir discriminados:

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS				
	1º CICLO- 3 anos de duração			
CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA	1° ANO (alunos com 6 anos) 2° ANO (alunos com 7 anos) 3° ANO (alunos com 8 anos <b>)</b>			
	2° CICLO – 02 anos de duração  4° ANO (alunos com 9 anos) 5° ANO (alunos com 10anos)			

#### • Organização das Turmas:

As turmas serão organizadas tendo como critério básico a idade, conforme discriminação a seguir:

#### Ciclo Básico do Ensino Fundamental

- → turmas de alunos de 6 anos
- → turmas de alunos de 7 anos
- → turmas de alunos de 8 anos

## 2º Ciclo de Formação

- → turmas de alunos de 9 anos
- → turmas de alunos de 10 anos

Casos específicos, que não estejam previstos nas orientações acima, serão analisados e dirimidos pela Coordenadoria de Gestão Educacional /COGE e pela Gerência de Ensino Fundamental /GEF, Chefes de Núcleo Pedagógico das Gerências Distritais, juntamente com Diretores e Pedagogos das escolas.

# 7. PROPOSTA CURRICULAR DO CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA

A proposta de organização em ciclos dá ênfase ao currículo enquanto processo, solidificando uma formação básica que procura uma perfeita interação do conhecimento sistematizado trabalhado na escola com a realidade sócio-cultural de forma crítica e dinâmica na construção "de um homem integrado, participativo, ousado, reflexivo, crítico, autônomo, livre de preconceitos, criativo, curioso, investigador, solidário, cooperativo e construtor de sua realidade".

Esta Proposta Curricular oferece aos docentes a possibilidade de, ano a ano, no interior dos Ciclos poder **aprofundar os conhecimentos** dos conteúdos aqui sugeridos., Assim, por exemplo: **produção de texto** deverá ser abordada no 1º ano como uma construção inicial de palavras, frases simples; no 2º ano a produção de texto será mais elaborada incluindo outros elementos(períodos mais longos, parágrafos etc) e no 3ª ano os alunos terão possibilidade de construir textos mais estruturados e com uma linguagem mais rica. Essa e outras atividades poderão ser enriquecidas com o uso de **recursos tecnológicos** a serem utilizados em todas as áreas de conhecimento que permeiam o ciclo.

Salientamos que nesta Proposta Curricular estão explicitadas as competências que os educandos deverão ter ao final de cada ano no interior do Ciclo, como também ao final de cada Ciclo.

### OBJETIVOS GERAIS DO CURRÍCULO

Os objetivos estão organizados de modo a contribuir para a manifestação das capacidades de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social e devem oferecer condições para a criança:

- 1. "Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepções de suas limitações" (MEC R.C. N. Infantil);
- 2. "Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar" (MEC R.C. N. Infantil);
- 3. "Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades" (MEC R.C.N. Infantil);
- 4. Adquirir progressivamente o domínio da linguagem a fim de ajudar na resolução de problemas da vida cotidiana;
- 5. Conhecer, por meio da descoberta, o meio ambiente em que vive;
- 6. Perceber a importância da Matemática, como instrumental necessário para sua vida no dia a dia;
- 7. Desenvolver o senso crítico, bem como a sua cidadania;
- 8. Vivenciar atividades culturais que a faça respeitar e valorizar as do outro, independente do seu credo, sua cor, sua raça e condição social;
- 9. Desenvolver habilidades de leitura e escrita por meio do manuseio de diferentes tipos de portadores de texto.

Para que os objetivos sejam alcançados faz-se necessário selecionar conteúdos que venham favorecer o desenvolvimento de cada uma das capacidades de forma harmoniosa.

## 10. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DOS CICLOS

O redimensionamento da prática pedagógica que implica a organização do ensino em ciclos, se completa na utilização de um processo de avaliação que se faça contínuo e processual.

Alguns pressupostos nortearão a prática avaliativa a ser adotada:

- É imprescindível a mudança na postura do professor, a qual deverá estar voltada para que o aluno se aproprie do conhecimento de forma crítica, criativa e duradoura. Dessa forma, é fundamental que o processo de avaliação seja também criativo e supere os atuais modelos classificatórios, coercitivos e discriminatórios.
- É preciso mudar a imagem do aluno ideal, na qual a obediência, a passividade e o conformismo ocupam lugar central, para nela incluir o compromisso, a dedicação, o entusiasmo, a iniciativa, a persistência, a capacidade de aprender com os próprios erros e a curiosidade como traços que contribuem de forma significativa para a ocorrência da aprendizagem. O mundo atual exige o domínio do conhecimento, mas também o exercício da capacidade de pensar, imaginar e criar.
- É necessário repensar o desenvolvimento do currículo, buscando alternativas que propiciem a reelaboração da concepção de avaliação, desmistificando o seu caráter quantitativo e ressaltando o aspecto qualitativo que, numa prática de ação/reflexão, torna educadores e educandos sujeitos críticos e participativos no processo de avaliar.

A avaliação só será eficiente e eficaz se ocorrer de forma interativa entre professor e aluno, ambos caminhando na mesma direção em busca dos mesmos objetivos. O professor não apresentará verdades acabadas mas, com o aluno, irá investigar, problematizar, descortinar horizontes e, juntos, avaliar o sucesso das novas descobertas e, pelos erros, encontrar as melhores alternativas para superá-los. É fundamental ver o aluno como sujeito do seu próprio desenvolvimento, atuante, crítico, problematizador, comprometido, entusiasmado, delineador do seu projeto de vida, aberto às mudanças.

Nesse sentido, é necessário que a escola utilize a avaliação de forma contínua, mapeando conhecimentos prévios, os avanços e dificuldades dos alunos (caráter diagnóstico), com vistas a um redirecionamento da ação educativa. Há, portanto, uma mudança de foco no processo avaliativo, que passa de um caráter classificatório para um diagnóstico.

A avaliação compreendida como parte integrante e intrínseca do processo educacional subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou coletivo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio (PCN).

É fundamental a utilização de diferentes códigos, como o verbal, o oral, o escrito, o gráfico, o numérico etc., considerando as diferentes aptidões dos alunos.

#### 11. BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo, Martins Fontes, 1979.
- CAGLIARI, L. C. Alfabetização e lingüística. 8ª ed. São Paulo, Scipione, 1995.
- CENTURIÓN, Marília. Números e operações Conteúdo e Metodologia da Matemática. São Paulo, Scipione, 1994.
- FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- GONÇALVES, Romanda. Didática Geral. São Paulo, Ática, 1985
- LERNER, Delia. A Matemática Aqui e Agora. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- LERNER, Delia e outros. Didática da Matemática. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- KATO, M. A. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística. 3ª ed. Ática, 1990.
- KRAMER, S. Com a Pré Escola nas Mãos Uma Alternativa Curricular para Educação Infantil. Ed. Ática, 1994.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, Brasília, 1996.
- MAROTE, João Teodoro D'Olim e Gláucia D'Olim Ferro. Didática da Língua Portuguesa. Àtica. São Paulo, 1994.
- Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, Brasília, MEC, 1998.
- Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasília, MEC, nov. 1995.
- PILETTI, Claudino. Didática Geral. São Paulo. Atica, 1993.
- Programa de Redimensionamento da Educação Básica do Município de Manaus, Manaus, SEMED, 1999.
- RAPPAPORT, Clara Regina et. al. Psicología do Desenvolvimento: Idade Pré-Escolar, São Paulo, EPU, 1982.
- REZENDE e FUSARI, Maria F. de & Ferraz, Maria Heloisa C. de T. Metodologia do Ensino da Arte. São Paulo: Cortez, 1999. − 2ª ed. (Coleção Magistério. 2º grau. Série formação do professor)
- SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 8ª ed, São Paulo, Ática, 1991.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6ª ed, Porto Alegre, Artmed, 1998.
- TEBEROSKY, A. e CARDOSO, B. (org.) Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita. 3ª ed. São Paulo, Trajetória cultural, 1990.
- THIESSEN, Maria Lúcia e BEAL, A. R. Pré-escolar: Tempo de Educar, ed. Ática, 1997.
- VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

# Elaboração da Fundamentação Teórica da Proposta de Ciclos do Ensino Fundamental

- Divisão de Ensino Fundamental DEF/DEGE
  - Anete Selma de Araújo
  - Cinthia Régia Gomes do Livramento
  - Fernanda do Nascimento Melo
  - Maria do Carmo Polari Castelo Branco

## Elaboração da Proposta Curricular do 1º Ciclo e 2º Ciclo de Formação Humana

- Divisão de Ensino Fundamental DEF/DEGE
  - Anete Selma de Araújo
  - Cinthia Régia Gomes do Livramento
  - Darcy Aguiar Angelim
  - Darlene Manoela Figueiredo Liberato
  - Eneida Maria Barbosa Afonso
  - Enivaldo Vasconcelos de Araújo
  - Fernanda do Nascimento Melo
  - Maria do Carmo Polari Castelo Branco
  - Maria Elina Mendes Hayden
  - Marnice Araújo Miglio
  - Rita Lopes da Silva
  - Rocicleide Vieira Romão
  - Rosália Melo de Souza
  - Thomaz Antônio Santos de Miranda

### Divisão de Educação Infantil – DEI/DEGE

- Inaíria dos Santos Castro
- Regina Marieta Teixeira Chagas

#### Divisão de Administração Escolar - DAE/DEGE

- Mary Jane Nascimento

# Divisão de Educação Rural

- Selma Maria do Nascimento
- Márcia Cordeiro de Melo

#### Centro de Formação Permanente – CFP

- Albaniza Lucena de Souza
- Kilze Lima
- Ana Lúcia Barros de Andrade

#### • Distrito Educacional Sul

- Ádria Simone Duarte de Souza
- Simone Figueiredo

# • Distrito Educacional Leste

- Ceane Andrade Simões

### Distrito Educacional Oeste

Willza Kashimura Pecinato

### Distrito Educacional Norte

- Maria Assunção Brasil
- Solange Mourão

#### Seção de Educação de Jovens e Adultos - SEJA/DEF/DEGE

- Maria Lúcia Castro da Silva
- Sheyla Cristina de Oliveira Girão

#### • Seção de Educação Especial - SEE/DEF/DEGE

- Joabe Grana

### Representação das escolas

- Tânia Rosete
- Maria Aparecida Ribeiro
- Idelice de Jesus Freitas

- Simone Fernandes
- Nazaré Chota
- Márcia Geane Brito

# • Análise realizada por professores e pedagogos das Escolas: 1º Ciclo

- Escola Municipal Prof. Nilton Lins
- Escola Municipal Antônia Alexandrina
- Escola Municipal Thomás Meirelles
- Escola Municipal Santa Rita de Cássia
- Escola Municipal Ana Sena Rodrigues
- Escola Municipal Profa Léa Alencar Antony
- Escola Municipal Rubens Sverner
- Escola Municipal Síria Mamed Amed Chagas
- Escola Municipal CIEP Presidente João Goulart
- Escola Municipal Hemetério Cabrinha
- Escola Municipal Osvaldo Sobreira
- Escola Municipal Antônia Medeiros da Silva
- Escola Municipal São Dimas
- Escola Municipal Imaculada Conceição
- Escola Municipal Paula Frassinetti

<sup>\*</sup> Equipe Técnica da Secretaria Municipal /2004

# ANEXO IV – AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA NOVE ANOS NA SEMED DE MANAUS

# SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE GESTÃO EDUCACIONAL DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

# ETAPAS REALIZADAS NA AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA NOVE ANOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE MANAUS

No período de 1997 a 2000 a Secretaria Municipal de Educação iniciou a primeira proposta de Ciclos com o Projeto Avaliação e Promoção Contínua -APC em 7 escolas municipais, atendendo as séries iniciais do Ensino Fundamental. De junho de 2000 a maio de 2001 a Secretaria manteve consultoria com o CENPEC / UNICEF e iniciou a discussão sobre a implantação da Proposta de Ciclos que não se concretizou por necessitarmos ampliar o atendimento à Educação Infantil e diminuir o índice de distorção idade / série. Em 2002/2003 esta Secretaria implantou em 55 escolas municipais o Projeto Classe Básica do Ensino Fundamental - CBEF, proposta pedagógica de ciclos, incluindo as crianças de 6 anos. O Projeto desenvolveu um currículo específico e adequado à faixa etária (6 e 7 anos), estabelecido para 400 dias e/ou 1.600 horas. Os professores receberam formação continuada durante todo o processo e a Secretaria, por meio dos Distritos Educacionais, acompanhou, avaliou e procedeu com as intervenções pedagógicas que se fizeram necessárias. Este Ministério da Educação tomou conhecimento desta proposta quando da auditoria ao censo escolar de 2002.

Com a avaliação satisfatória desta proposta, a Secretaria iniciou, no último trimestre de 2003 a discussão sobre a inclusão dos alunos de 6 anos no Ensino Fundamental e a implantação da Proposta Ciclos de Formação, a partir de 2004. Para isso, discutiu-se com diretores, pedagogos, professores, equipe dos Distritos Educacionais, pedagogos do Conselho Municipal de Educação, Sub-Secretária e Secretária Municipal de Educação a reestruturação do Ensino Fundamental com a duração de 9 anos. Em 2004 com a decisão política da Secretária, implantou-se a Proposta Ciclos de Formação Humana, inicialmente, nas 55 escolas que desenvolveram o Projeto Classe Básica, ciclando todo o primeiro segmento do Ensino Fundamental (1º e 2º Ciclos). As demais escolas da rede municipal de ensino iniciaram apenas o 1º Ciclo (alunos de 6, 7 e 8 anos).

A Maioria das escolas municipais possui estrutura física adequada para o atendimento desses alunos. A Secretaria já garante o transporte escolar para o alunos das áreas ribeirinha e rodoviária e a merenda escolar para toda a Rede Municipal de Ensino. Quanto ao material didático específico (jogos, brinquedos literatura infantil etc) vem sendo assegurado desde a proposta CBEF.

A proposta pedagógica curricular foi embasada na proposta da CBEF, Parâmetros Curriculares Nacionais, Referencial da Educação Infantil e na Proposta de Redimensionamento da Educação Básica do Município de Manaus - PRORED, contou-se com a participação dos vários segmentos da Secretaria como também dos professores e pedagogos das 55 escolas que trabalharam com a CBEF. A proposta está no Conselho

Municipal de Educação para análise e parecer. Salientamos que o Conselho Municipal de Educação participou das decisões e discussões acerca desta ampliação.

A Secretaria elaborou e distribuiu um folheto (anexo) explicativo para os diretores trabalharem com todos os professores (de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Educação Infantil) e um outro destinado aos pais e comunitários. A Secretária Municipal de Educação, Professora Terezinha Ruiz de Oliveira participou de diversos programas de rádio e televisão socializando com a comunidade a ampliação do ensino fundamental.

Os gestores e os professores dos Centros Municipal de Educação Infantil realizaram levantamento do número de crianças que estudaram o 2º período da Educação Infantil para que pudéssemos identificar a quantidade de crianças que tínhamos na rede que viriam em 2004 para o 1º Ciclo do Ensino Fundamental e a Central de Matrícula fez uma previsão do número de alunos novos, nesta faixa etária, que seriam matriculados.

A Divisão de Ensino Fundamental orientou a Central de Matrícula no encaminhamento dos alunos novos para as turmas de ciclos, respeitando os critérios de faixaetária, como também a indicação para turmas de Aceleração da Aprendizagem dos alunos em distorção idade / série nas Escolas Municipais.

Nas 55 escolas, em que o primeiro segmento do Ensino Fundamental está ciclado, enturmamos os alunos de 6, 7 e 8 anos, 9 e 10 anos separadamente (o primeiro Ciclo tem duração de 3 anos para os alunos que ingressarem com 6 anos), totalizando 600 dias e 2.400 horas e o 2º ciclo tem duração de 2 anos. Ficando assim organizado:

	1º CICLO ou CICLO BÁSICO 3 anos de duração IDADES: 6, 7 e 8 anos
	SEGUNDO CICLO
ENSINO FUNDAMENTAL	2 anos de duração
9 ANOS	IDADES: 9 e 10 anos
	TERCEIRO CICLO 2 anos de duração IDADES: 11 e 12 anos  QUARTO CICLO 2 anos de duração
	IDADES: 13 e 14 anos

Na enturmação a Divisão de Ensino Fundamental trabalhou em conjunto com os Distritos Educacionais, Banco de Dados com um documento de orientações com critérios para formação das turmas.

A proposta pedagógica curricular para o Ensino Fundamental de 9 anos foi discutida com professores, pedagogos e diretores que trabalharam com o currículo do Projeto Classe Básica do Ensino fundamental, assim como com os representantes dos Distritos Educacionais sob a coordenação da Divisão de Ensino Fundamental, ficando assim estruturada:

- Reorganização da Estrutura Pedagógica do Ensino Fundamental por meio dos Ciclos de Formação Humana.
- 2. Definindo a Concepção de Ciclos: Pressupostos Teóricos
  - 2.1. Princípios Norteadores
    - A escola construindo o seu caminho
    - A escola como pólo cultural da comunidade
    - A formação humana global e integrada
    - Escola: visão presente perspectiva futura
    - A escola construtora de sucesso
- 3. Concepção de Criança
  - 3.1. Caracterização da criança em cada ciclo:
    - Ciclo Básico do Ensino Fundamental
    - Segundo Ciclo
- 4. Objetivos do Ensino em Ciclos
  - Geral
  - Específicos
- 5. A escola pública de qualidade: avançando na construção
- 6. Estrutura Organizacional
  - Organização das turmas
- 7. Proposta Curricular do 1º Ciclo de Formação Humana
- 8. Objetivos Curriculares que deverão ser atingidos em cada ano no interior do ciclo
- 9. Proposta Curricular do 2º Ciclo de Formação Humana
- 10. A avaliação da aprendizagem no contexto dos ciclos
- 11. Bibliografia

O Departamento de Gestão Educacional / Divisão de Ensino Fundamental vem articulando com o Centro de Formação Permanente do Magistério - CFPM a formação continuada dos professores e pedagogos, discutindo as temáticas propostas:

- Pressupostos da proposta de Ciclos de Formação Humana;
- Processo de Alfabetização / Letramento:
  - Fases do desenvolvimento humano;
  - Fases do desenvolvimento cognitivo;
  - Construção da leitura e da escrita
  - Alfabetização com textos
- Avaliação
- Proposta Pedagógica e Curricular do 1º e 2º ciclo.
- Relação: dificuldades de aprendizagem dos alunos em sala de aula com a formação continuada do professor, ou seja teoria / prática

Para garantir a formação e a troca de experiências entre os professores o CFPM elaborou um cronograma anual iniciando nos dias 05 e 06 de fevereiro de 2004, no qual a Divisão de Ensino Fundamental junto com o CFPM apresentou um histórico da seriação, os fundamentos da proposta de Ciclos de Formação Humana, a proposta pedagógica e curricular dos ciclos, que aborda um currículo integrado para crianças na faixa etária de 6, 7 e 8 anos e 9 e 10 anos com continuidade e interesses particulares que atendam as suas necessidades e realidade.

A equipe pedagógica dos Distritos Educacionais fará o acompanhamento e avaliação durante todo o processo para que as intervenções necessárias sejam feitas em tempo hábil.

A Secretaria durante o primeiro semestre deste ano, discutirá a implantação do 2º Ciclo nas escolas que iniciaram o 1º Ciclo, como também dará a continuidade de implantação nas escolas que iniciaram o 2º Ciclo.

Discutimos com a Seção de Educação Especial a enturmação dos alunos com necessidades educativas especiais que estão integrados no Ensino Fundamental.

Acreditamos que a implantação dos ciclos possibilite trabalharmos melhor o processo de aprendizagem dos alunos para que possamos parar de produzir reprovação e distorção idade/série no início do Ensino Fundamental.

Ressaltamos que foi importante nesta ação da Secretaria todo o processo de discussão estabelecido com professores, pedagogos, diretores, Distritos Educacionais, Conselho Municipal de Educação, Centro de Formação, pais e comunitários para que todos sintam-se responsáveis pelo sucesso da mesma

Informamos ainda que temos alguns desafios a vencer, entre eles:

- o turno intermediário:
- o número de alunos em defasagem idade / série que o Programa Aceleração da Aprendizagem ainda não consegue atender;
- a demanda de alunos:

- o número de professores alfabetizadores, que ainda não é suficiente para atender toda a rede.

Portanto comunicamos a este Ministério da Educação que estas foram as etapas percorridas, até o momento, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Manaus para a ampliação do Ensino Fundamental de 9 anos, por meio dos Ciclos de Formação Humana.

# ANEXO V - PROFESSOR ARTICULADOR PARA AS TURMAS DE CICLOS DE FORMAÇÃO

# SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO EDUCACIONAL DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

# PROFESSOR ARTICULADOR PARA AS TURMAS DE CICLOS DE FORMAÇÃO

Este profissional é membro do coletivo de professores do Ciclo. Não é um substituto do professor regente. Não possui uma turma fixa. Trabalha com grupos de alunos provenientes dos ciclos, que apresentam dificuldades na aprendizagem e necessitam de um planejamento participativo, consistente e rigoroso de acordo com a sua necessidade como sendo um valioso amparo ou apoio pedagógico.

Os alunos serão encaminhados ao Apoio Pedagógico após esgotadas todas as possibilidades de resolver as dificuldades pelo professor regente.

Salientamos que o professor articulador trabalhará em consonância e sob a coordenação do pedagogo da escola

# Função:

- Investigar o processo de construção de conhecimento, realizando o Apoio Pedagógico paralelo a dificuldade apresentada pelo aluno na sala de aula do ensino regular;
- Criar estratégias de atendimento educacional complementar integradas as atividades desenvolvidas pelo regente de classe;
- Participar das reuniões pedagógicas, do planejamento com os demais professores, das intervenções necessárias para cada grupo de alunos, das reuniões com pais e das decisões pedagógicas dos alunos junto com o professor regente;
- Proporcionar diferentes vivências educativas e cidadãs visando o resgate da auto-estima, a identidade cultural, a integração no ambiente escolar, a construção dos conhecimentos;
- Utilizar diferentes multimeios na sala de aula e em outros espaços.
- Coordenar momentos de estudos para os professores regentes de mesmo ciclo, com textos que possam enriquecer o trabalho do professor, mostrando outras estratégias de abordagem dos conhecimentos.

# SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE GESTÃO EDUCACIONAL DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

# ORIENTAÇÕES PARA FORMAÇÃO DAS TURMAS DE CICLOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

- As escolas não podem perder de vista, na formação das turmas, a série de origem que os alunos vieram de 2003. Assim, a escola deverá trazer todas as turmas de 2003 para 2004 da mesma forma que tinha organizado para seriação, já que neste momento não podemos organizar todas as turmas por idade.
- Após esta organização, se a escola tiver mais de uma turma que viria, por exemplo, para a 1ª série entre estas turmas (mesma série) a escola deverá organizar por idade e as últimas turmas ficarão com idades misturadas.
- As crianças que foram enviadas pelos CMEI's e, por ventura, irão completar 6 anos de julho a dezembro 2004, devem compor uma turma específica e a escola deverá observar o nível de construção de aprendizagens destas crianças para determinar o trabalho com o currículo. A princípio, partimos do pressuposto que se vieram dos CMEI's (2º período) deverão trabalhar, em 2004, com o currículo de 3º período (alfabetização / proposta de Ciclos), mas se as crianças ainda não tiverem construído estes conhecimentos, devido a maturação, os professores deverão partir do diagnóstico e determinar os conhecimentos a serem trabalhados.
- A escola tem autonomia para decidir, após o diagnóstico inicial, se trabalhará com turmas por níveis de conhecimento ou com a heterogeneidade.
- As turmas de 6 anos terão apenas 30 alunos e não podem ser agrupadas com alunos de outra faixa etária.
   = 1º ano do 1º Ciclo
- As turmas de 7 anos (1ª série) podem ser agrupadas com alunos de 8 anos (1ª série) = 2º ano do 1º Ciclo
- As turmas de 8 anos (2ª série) podem ser agrupadas com alunos de 9 anos (2ª série) = 3º ano do 1º Ciclo
- Alunos com distorção idade/série serão enturmados no Programa Aceleração da Aprendizagem ou na seriação regular de acordo com a decisão da escola juntamente com o Distrito Educacional.
- AS ESCOLAS QUE TÊM SOMENTE O 1º CICLO DEVERÃO TER TURMAS DE 3ª E 4ª SÉRIE DO ENSINO REGULAR (SERIAÇÃO).

# PARA ESCOLAS COM 2º CICLO (alunos de 9 e 10 anos)

- As turmas de 9 anos (3° série) podem agrupar-se com alunos de 10 anos (3° série) = 1° ano do 2° Ciclo
- As turmas de 10 anos (4ª série) podem agrupar-se com alunos de 11 anos (4ª série) = 2° ano do 2° Ciclo

**Observação**: as crianças que têm idade menor e que avançaram nos estudos, devem ser enturmadas com crianças da mesma série nas turmas de ciclo. Mesmo tendo idade inferior a série correspondente, considera-se os conhecimentos já construídos e os que precisam ser construídos.

Exemplo: uma criança com 9 anos que vai cursar, em 2004, a 4ª série deverá ser enturmada no 2º ano do 2º ciclo (correspondente a 4ª série).

TODAS AS DECISÕES SOBRE A FORMAÇÃO DAS TURMAS DEVERÃO SER TOMADAS EM CONJUNTO ESCOLA E DISTRITO EDUCACIONAL

# ANEXO VI – ORIENTAÇÕES PARA FORMAÇÃO DAS TURMAS DE CICLOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE GESTÃO EDUCACIONAL DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

## ORIENTAÇÕES PARA FORMAÇÃO DAS TURMAS DE CICLOS

- 1. MONTAR AS TURMAS PARA 2004 COMO SE FOSSE PARA SERIAÇÃO REGULAR, SEM PERDER DE VISTA A SÉRIE A QUAL O ALUNO VEIO DE 2003 PARA 2004.
- 2. APÓS MONTADAS VERIFICAR TURMAS DE SÉRIES IGUAIS E ORGANIZAR A FAIXA ETÁRIA;
- COLOCAR ALUNOS DE MESMA FAIXA ETÁRIA OU POUCO DIFERENCIADAS NA MESMA TURMA (EX: 1ª SÉRIE = ALUNOS DE 7 E 8 ANOS OU SÓ DE 7 OU SÓ DE 8 ANOS)
- TRANSFORMAR A DENOMINAÇÃO PARA CICLOS = 2ª ETAPA DO 1º CICLO
- 3. AS TURMAS QUE RESTARAM COM FAIXA ETÁRIA MUITO MISTURADAS E COM GRANDES DISTORÇÕES OU SÃO TURMAS DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM OU SERIAÇÃO REGULAR. EX:
- alunos com 9 anos de idade na 1ª série é aluno da seriação regular
- alunos a partir de 10 anos na 1ª e 2ª séries são alunos do Projeto Aceleração da Aprendizagem ou seriação regular de acordo com as condições da escola.
- 4. CORRESPONDÊNCIA DOS CICLOS PARA SERIAÇÃO (COM A SÉRIE QUE IRIA CURSAR EM 2004)

#### 1º CICLO

6 ANOS ightarrow 1º ANO DO 1º CICLO ightarrow CORRESPONDENTE A ALFABETIZAÇÃO (NÃO DEVEM SER AGRUPADAS COM OUTRA FAIXA ETÁRIA)

7 e 8 ANOS  $\rightarrow$  2° ANO DO 1° CICLO  $\rightarrow$  CORRESPONDENTE A 1ª SÉRIE

8 e 9 ANOS → 3º ANO DO 1º CICLO → CORRESPONDENTE A 2ª SÉRIE

Obs: alunos de 3ª e 4ª série das escolas somente com 1º ciclo, são alunos da seriação regular.

# 2º CICLO

9 e 10 ANOS  $\rightarrow$  1° ANO DO 2° CICLO  $\rightarrow$  CORRESPONDENTE A 3ª SÉRIE 10 e 11 ANOS  $\rightarrow$  2° ANO DO 2° CICLO  $\rightarrow$  CORRESPONDENTE A 4ª SÉRIE Obs: alunos de 3ª e 4ª série fora da faixa etária são alunos da seriação regular.

- 5. AS CRIANÇAS QUE FORAM ENVIADAS PELOS CMEI'S ÀS ESCOLAS E, POR VENTURA, IRÃO COMPLETAR 6 ANOS DE JULHO A DEZEMBRO DE 2004, DEVEM COMPOR TURMAS ESPECÍFICAS E A ESCOLA DEVERÁ OBSERVAR O NÍVEL DE CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS DSETAS CRIANÇAS PARA DETERMINAR O TRABALHO COM O CURRÍCULO. A PRINCÍPIO, PARTIMOS DO PRESSUPOSTO QUE SE VIERAM DOS CMEI'S (2º PERÍODO) DEVERÃO TRABALHAR, EM 2004, COM O CURRÍCULO DE 3º PERÍODO (ALFABETIZAÇÃO / PROPOSTA DE CILCLOS), MAS SE AS CRIANÇAS AINDA NÃO TIVEREM CONSTRUÍDO ESTES CONHECIMENTOS, DEVIDO A MATURAÇÃO, OS PROFESSORES DEVERAM PARTIR DO DIAGNÓSTICO E DETERMINAR OS CONHECIMENTOS A SEREM TRABALHADOS.
- 6. AS CRIANÇAS QUE TÊM IDADE MENOR E QUE AVANÇARAM NOS ESTUDOS, DEVEM SER ENTURMADAS COM CRIANÇAS DA MESMA SÉRIE NAS TURMAS DE CICLO. MESMO TENDO IDADE INFERIOR A SÉRIE CORRESPONDENTE, CONSIDERA-SE OS CONHECIMENTOS JÁ CONSTRUÍDOS E OS QUE PRECISAM SER CONSTRUÍDOS.
- EX: uma criança com 9 anos que vai cursar, em 2004, a 4ª série deverá ser enturmada no 2° ano do 2° ciclo (correspondente a 4ª série).
- 7. TODAS AS DECISÕES SOBRE A FORMAÇÃO DAS TURMAS DEVERÃO SER TOMADAS EM CONJUNTO ESCOLA E DISTRITO EDUCACIONAL.

PODEMOS CHAMAR ANO OU ETAPA (É A MESMA COISA)

Exceção: Quando o nº de alunos fora da faixa etária, for pequeno que não possibilite formar uma turma, estes serão incluídos nas turmas de ciclos. Ex. aluno de 11 anos na 3ª série, fica na 1ª etapa do 2º ciclo.

# ANEXO VII – RELATÓRIO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS CICLOS

Prefeitura Municipal de Manaus Secretaria Municipal de Educação e Cultura Departamento de Gestão Educacional Divisão de Ensino Fundamental

# Relatório do Processo de Avaliação dos Ciclos

A partir do ano de 2002, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura vem trabalhando o processo de avaliação de forma diferenciada.

A experiência aconteceu em 55 escolas com a implantação do Projeto Classe Básica do Ensino Fundamental, atendendo crianças de 6 anos de idade e permanecendo no projeto por dois (02) anos.

O processo avaliativo se deu de maneira sistemática, onde o professor utilizava vários instrumentos para o registro dessa avaliação, como:

- Ficha Individual de Avaliação (Registro e Acompanhamento do aluno);
- Parecer Descritivo Anual do Aluno;
- Ficha de Registro Bimestral.

Portanto, não se utilizava o sistema de notas ou conceitos. O professor fazia um parecer descritivo de cada aluno, dizendo do seu processo de aprendizagem (avanços e dificuldades).

Ao final do 1º ano do projeto toda documentação utilizada passou por uma avaliação do professor e foram feitas algumas adequações.

O Projeto Classe Básica foi desenvolvido no biênio 2002/2003.

Em 2004, toda a documentação do projeto serviu de referência para a implantação da Proposta de Ciclos de Formação Humana. A documentação e a proposta passaram por uma reavaliação realizada pelos docentes das escolas envolvidas com o Projeto Classe Básica, e, depois de algumas reformulações, passou a ser a documentação oficial da Proposta de Ciclos, acrescentando-se o Parecer Bimestral do Aluno.

Ao final de 2004, por solicitação de muitos professores que estavam trabalhando com turmas de ciclos, a Ficha sofreu novas adequações, onde a maior mudança se deu na

separação dos critérios ano a ano do ciclo, ou seja, a partir de 2005, teremos uma ficha para

cada ano do 1º Ciclo e do 2º Ciclo (atendendo solicitação dos docentes).

É importante ressaltar que a construção do sistema de registro avaliativo dos Ciclos se

deu de forma coletiva. Ocorreram reuniões para discussão nos Distritos Educacionais e o

envio das sugestões ao Departamento de Gestão Educacional/Divisão de Ensino Fundamental

– DEF.

Anexo, constam as Fichas de Registro Avaliativo para conhecimento da construção de

todo o processo.

Manaus, 04 de dezembro de 2004.

Fernanda do Nascimento Melo Pedagoga/DEF Anete Selma Lima de Araújo Pedagoga/DEF

Visto: Cínthia Régia Gomes do Livramento Chefe da Divisão de Ensino Fundamental

# Documentação que será utilizada em 2005

- → Ata de Aproveitamento e Freqüência
- → Parecer Descritivo Anual
- → Parecer Descritivo Bimestral
- → Ficha de Avaliação 1º Ano do 1º Ciclo
- → Ficha de Avaliação 2º Ano do 1º Ciclo
- → Ficha de Avaliação 3º Ano do 1º Ciclo
- → Ficha de Avaliação 1º Ano do 2º Ciclo
- → Ficha de Avaliação 2º Ano do 2º Ciclo
- → Ficha Bimestral de Registros (Banco de Dados)
- → Ficha de Avaliação Educação Física (1° e 2° Ciclos)

# Documentação utilizada pelo Projeto Classe Básica do Ensino Fundamental (Anos: 2002 e 2003)

- → Ficha de Avaliação (Registro e Acompanhamento do Aluno)
- → Parecer Descritivo Anual
- → Ata de Aproveitamento e Freqüência
- → Rendimento Escolar (Específica para o Banco de Dados)

# Documentação utilizada na Implantação da Proposta de Ciclos de Formação Humana – Ano: 2004

- → Ficha de Avaliação: Registro e Acompanhamento do Aluno 1º Ciclo
- → Ficha de Avaliação: Registro e Acompanhamento do Aluno 2º Ciclo
- → Parecer Descritivo Bimestral
- → Parecer Descritivo Anual
- → Ata de Aproveitamento e Freqüência
- → Ficha de Avaliação Educação Física (1º e 2º Ciclos)
- → Ficha Bimestral de Registros (Banco de Dados)
- → Guia de Transferência

# ANEXO VIII - MEMORANDO N° 459/05: 1° ENCONTRO DE EDUCAÇÃO DE MANAUS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

MEMORANDO N° 459/05

DO: DEGE /DEF PARA: Distritos Educacionais

ASSUNTO: 1° Encontro de Educação de Manaus.

Senhor (a) Gerente,

Informamos a realização do 1º Encontro de Educação de Manaus, cujo tema é <u>"Balanço Crítico da Escola Brasileira: as Perspectivas atuais".</u> Que tem como objetivo principal discutir a Escola e a Educação, em cada uma de suas peculiaridades.

- Data: 22/23 e 24 de setembro de 2005.
- Horário: Dia 22/09 16h00 as 21h00

Dia 23/09 - 08h30 às 12h00 / 14h00 às 18h00.

Dia 24/09 - 08h30 às 12h00 / 14h00 às 18h00.

- Público Alvo: Professores dos Ciclos, Pedagogos e Gestores da Escolas Municipais.
- Local: Universidade Nilton Lins.
- Inscrições: Deverá ser encaminhada ao DEGE relação nominal dos professores dos Ciclos e dos pedagogos lotados nos Distritos Educacionais.
- Palestrantes:
  - Prof<sup>a</sup> Dra. Lia Farias "Políticas educacionais Pós –LDB (lei 9394/96)"
  - Profº Vasco Moretto "Os fundamentos da relação professor aluno".
  - Prof<sup>o</sup> Miguel Arroyo "Imagens Quebradas trajetórias e tempos de alunos e mestres em ciclos."
  - Dr. César Nunes "Educação, escola e humanização: desafios éticos e propostas pedagógicas emancipatórias".
  - Profº. Herb Carlini "Construindo um projeto de Escola Integral".
  - Prof<sup>a</sup>. Clarisse Leal "A Alegria de ser e pertencer".

Atenciosamente,

DATA	ENVIADO POR	RECEBIDO POR	DATA
13/09/05	DEGE / DEF		

# ANEXO IX - ORIENTAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE TURMAS PARA O ANO DE 2006

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS

# SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ORIENTAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE TURMAS PARA O ANO DE 2006.

#### ENSINO FUNDAMENTAL

1. MONTAGEM DAS TURMAS PARA 2006.

### 1° CICLO

1° ano do 1° ciclo: Alunos com 06 anos completos ou a completar até 30/06/2006 (Não devem ser agrupadas com outra faixa etária). Turmas com no máximo 30 alunos;

**2° ano do 1° ciclo**: Alunos com 07 e 08 anos completos ou a completar até 30/06/2006. Turmas com no máximo 35 alunos.

**3° ano do 1° ciclo**: Alunos com 08 e 09 anos completos ou a completar até 30/06/2006. Turmas com no máximo 35 alunos.

# 2° CICLO

1° ano do 2° ciclo: Alunos com 09 e 10 anos completos ou a completar em 30/06/2006. Turmas com no máximo 35 alunos.

**2° anos do 2° ciclo**: Alunos com 10 e 11 anos completos ou a completar em 30/06/2006. Turmas com no máximo 35 alunos.

# **SERIAÇÃO**

1ª e 2ª séries – 35 alunos

3ª e 4ª séries – 35 alunos

5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries – 40 alunos

#### **TURNOS:**

Matutino – ciclo de formação e aceleração e 1ª a 4ª série

Intermediário – 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries ( dependendo da demanda)

Vespertino – 1ª a 8ª série e aceleração

Noturno – 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries

# **ORIENTAÇÕES IMPORTANTES:**

- Todos os alunos que em 2005 cursaram o 1° ano do 1° ciclo: irão pra o 2° ano do 1° ciclo com o mesmo professor. Se alguns alunos deixaram a turma, esta deve ser completada com alunos novos, de acordo com a idade e a série de origem;
- Todos os alunos que em 2005 cursaram o 2° ano do 1° ciclo: irão para o 3° ano do 1° ciclo com o mesmo professor. Se alguns alunos deixaram a turma, esta deve ser completada com alunos novos, de acordo com a idade e a série de origem;
- Todos os alunos que em 2005 o 3° ano do 1° ciclo: irão para o 1° ano do 2° ciclo. Se alguns alunos deixaram a turma, esta deve ser completada com alunos novos, de acordo com a idade e série de origem;
- Todos os alunos que em 2005 cursaram 1º ano do 2º ciclo: irão para o 2º ano do 2º ciclo com o mesmo professor. Se alguns alunos deixaram a turma, esta deve ser completada com alunos novos, de acordo com a idade e a série de origem;
- Alunos que em 2005 cursaram o 2° ano do 2° ciclo: irão para a 5ª série do ensino fundamental;
- Todas as turmas de ciclo (preferencialmente) devem funcionar no turno matutino;
- Ajustar dentro do ciclo somente os alunos que estão dentro da faixa etária ( alunos da Rede).
- ■Alunos que em 2005 eram do 3° ano do 1° ciclo, que não conseguiram superar as dificuldades, ficarão retidos no 3° ano do 1° ciclo.
- Estes alunos retidos deverão ser submetidos, até o termino do 1° bimestre, à Banca Examinadora, obedecerá aos critérios da Resolução 05/98/CME. Caso sejam aprovados deverão ser reclassificados e os que não conseguirem ficará retidos no 3° ano do 1° ciclo;
- Se o número de alunos retidos for igual a 35, eles comporão uma turma.
- Se o número de alunos for insuficiente para a constituição de uma turma, deverão ser distribuídos em turmas de 3° ano do 1° ciclo e deverão permanecer nelas por um ano, no máximo;
- -Se o espaço físico da escola não permitir a criação de uma turma, a escola deve negociar com as outras escolas mais próximas para concentrarem uma turma de 30 alunos;
- Alunos que em 2005 eram do 2° ano do 2° ciclo, que não conseguiram superar as dificuldades, permanecerão retidos no 2° ano do 2° ciclo por mais um ano;
- A escola poderá formar uma turma específica, caso tenha demanda ou negociar com as demais escolas (próximas) a criação desta turma.

# PROGRAMA ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM – (Turmas com no máximo 30 alunos)

# ➤ Montagem das turmas para 2006:

Levantamento dos alunos com dois anos ou mais em distorção idade-série na faixa etária de 14 a 10 anos, priorizando sempre os mais velhos, considerando os seguintes critérios:

#### • IDADE

Alunos com mais de dois anos de distorção idade série com: 14, 13, 12, 11 e 10 anos de idade.

OBS: Os alunos com quatorze anos deverão ter quatorze anos completos ou a completar quatorze anos até 30/06/2006.

• **SÉRIE-ORIGEM** (série que os alunos estariam cursando em 2006), 1ª, 2ª e 3ª série ou ciclo correspondente (2º e 3º ano do 1º Ciclo ou 1º ano do 2º ciclo).

Obs: Observar obrigatoriamente na formação das turmas os dois critérios, idade e série de origem.

• NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA: com no máximo 30 alunos por turma.

# **OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

- Os alunos com necessidades educacionais especiais, não devem ser incluídos nas classes de aceleração, pois a metodologia não atende à necessidade e ritmo de aprendizagem dessa clientela;
- Os alunos de 4ª série ou 2º ano do 2º ciclo, não devem ser matriculados no PAA, pois o objetivo do programa é a aceleração de estudos, acelerando no máximo para uma 5ª série;
- Os alunos com 09 anos de idade, candidatos à 1ª série deverão ser agrupados na seriação;

# ANEXO X - RELATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSTAS DE CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

# RELATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSTAS DE CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA

Atendendo a solicitação realizada pela equipe do FNDE acerca do número de proposta pedagógica do CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA distribuída as escolas, informamos que de acordo com dados obtidos segundo registro elaborado pela equipe de profissionais da Divisão de Ensino Fundamental anterior à gestão atual, as propostas foram distribuídas aos Distritos Educacionais da seguinte forma:

DISTRITOS	QUANTITATIVO	OBSERVAÇÕES
Leste I e II	233	
Oeste	122	Sugestão de 05 propostas para o Distrito e 03
Centro-Sul	26	exemplares por escola.
Sul	93	
Norte	89	
Rural	89	
CFPM	100	
Total	752	

Segundo informações recebidas dos Distritos Educacionais a distribuição aconteceu da seguinte forma:

- Distrito Sul: recebeu 90 propostas, das 27 escolas que atuam com ciclos cada uma recebeu 03 exemplares as demais ficaram no Distrito Educacional.
- Distrito Rural: recebeu 89 propostas repassando 61 propostas as escolas de acordo com o número de professores. Ficaram 28 no Distrito Educacional para possíveis necessidades.
- Leste II: entregou em 2004, 07 propostas em dois momentos distintos para 43 escolas e mais 02 propostas em 2005.

- Distrito Norte; recebeu 89 propostas que segundo a Coordenadora não atenderam a demanda, sendo solicitado posteriormente mais 30 propostas, solicitação esta que não foi atendida.
- Os demais Distritos não forneceram informações.

Encaminhamos anexa a relação nominal de escolas que estão atuando com Ciclos de Formação Humana.

# ANEXO XI – PLANO DE AÇÃO 2006



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

# PLANO DE AÇÃO 2006 -CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA / DEGE/DEF

Objetivo Estratégico: Elevar o desempenho acadêmico dos alunos da rede municipal de ensino.

Meta: Elevar em 75,5% o índice geral de aprovação no ensino fundamental.

Nº	ATIVIDADE	MÊS	DATA	LOCAL	OBJETIVOS	PROVIDÊNCIAS
01	Atualizar informações referentes ao ciclo de formação humana no guia de orientações pedagógica / 2006, para distribuição as escolas.	Janeiro/ Fevereiro		Sede	Orientar os docentes sobre procedimentos pedagógicos de ciclos atingindo 100%das escolas municipais.	Atualizar as informações existentes e solicitar reprodução das mesmas ao dege.
02	Distribuição do Guia de Orientações Pedagógicas aos DIED's	Abril/ maio		DIED's	Distribuir o guia de orientações para todos os distritos educacionais, orientando para que cada escola receba 01 exemplar do dege.	educacionais o número de guia de orientações
03	Reunião com os assessores pedagógicos dos DIED's.	Março		Auditório / Sede	Acompanhar o desenvolvimento do trabalho com ciclo. Visando melhoria qualitativa e quantitativa nos resultados.	pauta e material necessário. Informar através do

Nº	ATIVIDADE	MÊS	DATA	LOCAL	OBJETIVOS	PROVIDÊNCIAS
04	Reunião de avaliação com assessores pedagógicos dos DIED's ao final de cada bimestre.	Final dos bimestres			Discutir o rendimento escolar do bimestre, as dificuldades encontradas e formas de intervenção para a minimização dos problemas.	Fazer pauta, reproduzir textos; Informar data, local através do calendário mensal de atividades.
05	Ao final do bimestre realizar análise dos relatórios de rendimento escolar das turmas de ciclos, enviados pelos DIED's	Maio a novembro		Sede	Intervir nas dificuldades encontradas, buscando alternativas de soluções para melhoria do processo ensino-aprendizagem.	Elaborar relatório após a analise realizada.
06	Reunião individual com Coordenador Pedagógico dos DIED's.	Final dos bimestres			Apresentar e discutir relatório de analise acerca do rendimento escolar.	Agendar dia para receber o coordenador pedagógico.
07	Acompanhar e participar da formação continuada dos professores e pedagogos que atuam nas turmas de ciclo.	Março a novembro			Levantar informações, quanto às necessidades dos professores e pedagogos em relação à formação continuada, levando em consideração a proposta de ciclo.	Observar as datas das formações visando participar das mesmas.
08	Reunião com os Coordenadores Pedagógicos dos DIED's para acompanhar o desempenho dos estagiários de pedagogia e normal superior.	Bimestral			Conhecer e acompanhar o desempenho dos estagiários nas escolas.	Agendar local, preparar pauta e material necessário. Informar através do calendário mensal de atividades.

Nº	ATIVIDADE	MÊS	DATA	LOCAL	OBJETIVOS	PROVIDÊNCIAS
09	Encontro pedagógico com os estagiários.	Abril Julho Novembro			Encontro pedagógico visando discutir e avaliar a atuação dos estagiários assim como esclarecer dúvidas, e buscar soluções.	pauta e material necessário. Informar através do
10	Coordenar a assessoria prestada pelo professor Miguel Arroyo.	Abril a dezembro			Acompanhar a efetivação da assessoria visando oportunizar momentos de estudo e aperfeiçoamento da prática pedagógica através de ciclos.	Informações junto ao DEGE da situação atual da assessoria. De acordo com as necessidades e possibilidades, tomar as providencias necessárias, tais como: agendar reuniões, local, número de participantes

Divisão de Ensino Fundamental / DEGE

# ANEXO XII - PROJETO BÁSICO: CONSULTORIA DO PROFESSOR MIGUEL ARROYO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### PROJETO BÁSICO

De acordo com Art. 7°, Inciso I da Lei nº 8.666/93 e legislação em vigor.

# 1 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: Consultoria do Professor Miguel Arroyo.

# 2 – DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	UNID	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO
			Consultoria educacional do Prof. Miguel Arroyo, destinada especificamente aos profissionais da educação que desenvolvem o trabalho com o 1º e 2º Ciclos de Formação Humana na Rede Municipal de Ensino, visando subsidiar o trabalho pedagógico, por meio da análise dos problemas surgidos na prática cotidiana da escola, bem como ampliar a visão acerca da proposta metodológica dos ciclos de formação para melhoria da intervenção e aprendizagem.

# 3 – JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Após estudos realizados junto aos Distritos Educacionais e escolas do Sistema Municipal de Ensino para conhecimento e análise do atual quadro dos Ciclos de Formação Humana, a Secretaria Municipal de Educação constatou um elevado índice de alunos com conceito <u>não-satisfatório</u> e dúvidas, por parte dos professores, acerca dos procedimentos metodológicos desenvolvidos no cotidiano da proposta dos ciclos. Tal fato nos levou a refletir sobre a necessidade de se buscar novos caminhos, por meio da assessoria educacional do prof. Miguel Arroyo, teórico e educador com um pensamento fundado em uma larga experiência de vida no campo educacional, objetivando elucidar as dificuldades supracitadas e ampliar a visão do professor acerca da proposta metodológica dos ciclos de formação humana.

# 4 – PRAZO DE VIGÊNCIA

Realização prevista para o ano letivo de 2006.

# 5 – DAS OBRIGAÇÕES

Para a execução dos serviços objeto desde projeto competirá:

• A CONTRATADA se compromete e se obriga a CONTRATANTE, a cumprir o estabelecido.

- A CONTRATADA será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que por ventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos prepostos ou de quaisquer pessoa física ou jurídica, empregadas ou ajustadas na execução deste contrato.
- A CONTRATADA será também responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, provenientes da execução do objeto deste contrato.
- A CONTRATADA, pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições expressas neste contrato, ficará sujeita a multa de cinco décimos (0,5%) por dia de atraso do valor do contrato.
- A CONTRATADA apresenta neste ato os documentos legais comprobatórios do atendimento das condições indispensáveis à assinatura do presente projeto.

# 6 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- O CONTRATADO Profº MIGUEL ARROYO se responsabilizará pela realização da consultoria.
- A CONTRATANTE Secretaria Municipal de Educação caberá a responsabilidade de efetuar a remuneração pelo serviço prestado aos educadores do Sistema Municipal de Ensino.

# 7- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Informamos haver Dotação Orçamentária na seguinte:

- UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
- AÇÃO:
- NATUREZA DA DESPESA:
- FONTE DE RECURSOS:

# 8 - RESPONSÁVEL PELA PROPOSIÇÃO

LUCIA SILVA MAIA
Diretora do Departamento de Gestão Educacional

### 9- APROVAÇÃO

1.

JOSÉ DANTAS CYRINO JUNIOR Secretário Municipal de Educação e Cultura

# ANEXO XIII – CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA: ORIENTAÇÕES GERAIS



# CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA

# **ORIENTAÇÕES GERAIS**

A Secretaria Municipal de Educação reorganizou a estrutura pedagógica do Ensino Fundamental por meio da implantação da Proposta de Ciclos de Formação Humana, garantindo o processo de aprendizagem que leve em consideração a idade de formação, os interesses e características próprias de cada fase de desenvolvimento humano, buscando assegurar a continuidade dos estudos com sucesso.

### **ASPECTO LEGAL:**

Resolução Nº 04/CME de 20/05/2004.

### **OBJETIVOS DO ENSINO EM CICLOS:**

### Geral:

 Promover a cultura do sucesso escolar, favorecendo uma linha de ação pedagógica que respeite os diferentes níveis de desenvolvimento e ritmos de aprendizagem dos educandos, com ênfase na flexibilidade do tempo e do espaço escolar.

## **Específicos:**

- Favorecer a apropriação do conhecimento socialmente construído, em um ambiente flexível, socializador, criativo, prazeroso e facilitador de aprendizagens significativas.
- Construir o currículo escolar a partir da realidade do aluno, integrando desenvolvimento de conhecimentos, atitudes, valores e habilidades que favoreçam a construção de uma consciência histórico-crítica.
- Implantar no cotidiano escolar uma prática avaliativa contínua e processual, de concepção emancipatória voltada, portanto, para identificar, diagnosticar e redimensionar a ação educativa.

#### **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Ensino Fundamental	1º Ciclo: 3 anos de duração Idades: 6, 7 e 8 anos
9 anos de duração	2º Ciclo: 2 anos de duração Idades: 9 e 10 anos

# 1º CICLO DE FORMAÇÃO - CICLO BÁSICO DO ENSINO FUNDAMENTAL

- 1º ANO do 1º CICLO → 06 (seis) anos completos ou a completar até o inicio do ano letivo (de acordo com a Resolução Nº 07/2006) → PREFERENCIALMENTE NÃO DEVERÁ SER AGRUPADA COM OUTRA FAIXA ETÁRIA. Turmas com no máximo 30 alunos.
- 2º ANO do 1º CICLO → 07(sete) e 08(oito) anos → correspondente a 1ª série (35 a 40 alunos).
- 3º ANO do 1º CICLO → 08 (oito) e 09 (nove) anos → correspondente a 2ª série (35 a 40 alunos).

# 2º CICLO DE FORMAÇÃO

- 1º ANO do 2º CICLO → 09 (nove) e 10 (dez) anos → correspondente a 3ª série (35 a 40 alunos).
- 2ºANO do 2º CICLO → 10 (dez) e 11(onze) anos → correspondente a 4ª série (35 a 40 alunos).

# ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA PROPOSTA DE CICLOS

A Organização do Currículo desenvolvido pelas escolas da Rede Municipal de Ensino segue as diretrizes emanadas do Programa de Redimensionamento da Educação Básica do Município de Manaus – PRORED, embasado na teoria sociointeracionista, bem como na Proposta Pedagógica e Curricular de Ciclos de Formação Humana.

Neste sentido, os objetivos gerais do currículo estão organizados de modo a contribuir para a manifestação e desenvolvimento das relações interpessoais e capacidade física, crítica, cultural, afetiva, cognitiva, ética, estética e inserção social.

## **PLANEJAMENTO**

- Deverá ser realizado a cada 15 dias letivos, contribuindo para melhor desenvolvimento e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem.
- A partir da proposta de Ciclos de Formação Humana, o plano deve ser interdisciplinar, contemplando a transversalidade, tendo como eixo norteador os temas geradores;
- Os temas geradores devem ser trabalhados de acordo com a realidade sociocultural da comunidade escolar, aproveitando toda a experiência extraescolar dos alunos, assim como as situações espontâneas surgidas em sala de aula;
- O planejamento deve contar com a participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

- Temas Transversais: Educação Ambiental, Saúde, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual (enfrentamento da violência e exploração sexual), e Valorizando o Idoso (temas locais).
- Os planos devem ficar sob a responsabilidade do pedagogo. É importante que o pedagogo abra uma pasta para arquivar as cópias dos planos;

## DIÁRIO DE CLASSE

A Secretaria está utilizando um Diário Único para atender todas as modalidades e segmentos de ensino (de acordo com o Título VIII, Seção VIII do Regimento das Escolas da Rede Municipal de Ensino e Orientações da Coordenadoria de Gestão Educacional).

- Toda e qualquer atividade de cunho pedagógico e social envolvendo a participação de alunos e professores, considera-se atividade extra-classe. Portanto, deverá ser registrada no espaço destinado ao resumo de conteúdos, computando inclusive a freqüência dos alunos;
- Toda e qualquer atividade que n\u00e3o seja considerada aula ministrada dever\u00e1 ser registrada no quadro de observa\u00f3\u00f3es que consta abaixo do Resumo do Conte\u00eado Lecionado;
- São consideradas como dias letivos as atividades diárias de acordo com o calendário oficial da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;
- Nos diários das turmas de Ciclos nada será registrado nas folhas específicas para avaliação tendo em vista que a proposta trabalha com Fichas /conceitos e Parecer Descritivo (bimestral e anual). Todavia, o resultado final deve ser preenchido.
- Nos Diários de Educação Física, deve constar os registros do exame biométrico dos alunos, a ser realizado em dois momentos: o 1º no início do ano letivo e o 2º ao final do 4º bimestre.

**Obs.** O diário será utilizado para o registro da freqüência e ausência dos alunos, das aulas previstas e ministradas, bem como para o resumo de conteúdos. Só não será utilizado para o registro avaliativo. As Fichas de Registro Avaliativo devem ser arquivadas junto com os Diários de Classe.

**AVALIAÇÃO** (Observar a Resolução Nº 002/2003, Aprovada em 13/11/2003 - Diretrizes /CME).

A avaliação é uma ação pedagógica que visa à promoção moral e intelectual do aluno. Nesta perspectiva, devem-se levar em consideração três aspectos:

- O conhecimento não segue um caminho linear, mas prossegue entre descobertas, dúvidas, retomadas, obstáculos e avanços;
- Cada aluno tem seu próprio ritmo de aprendizagem. Portanto, o respeito e a confiança na capacidade individual devem permear o pensar e o agir conscientes frente às situações avaliadas.
- As relações interpessoais devem ser consideradas no decorrer do processo, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da auto-estima e progressão contínua do aluno.

Ao avaliar, o professor deve ter critérios claramente definidos e atentar para os objetivos do Ciclo / ano (que constam na Proposta Pedagógica e Curricular dos

Ciclos de Formação Humana / Fichas), utilizando diversos instrumentos a fim de acompanhar o desenvolvimento dos alunos em sua totalidade.

Quanto à freqüência do aluno, só deverá ser computada para efeito de aprovação ao final de cada ciclo.

Todas as turmas de Ciclos terão seus resultados registrados por meio de <u>Parecer Descritivo Bimestral</u> e, ao final de cada ano e/ou etapa por meio de <u>Parecer Descritivo Anual.</u>

# FICHAS DE AVALIAÇÃO

As fichas de avaliação são individuais para o acompanhamento diário da aprendizagem dos alunos.

Os critérios da Ficha de Avaliação articulam as áreas do conhecimento do currículo às habilidades que os alunos devem ter ao final de cada etapa do trabalho pedagógico descritas na Proposta Pedagógica. Algumas habilidades só serão totalmente contempladas ao final do Ciclo (1º ou 2º).

- As fichas são de uso do professor. Podem ser consultadas por pedagogos quando necessitarem verificar a construção do conhecimento dos alunos ou quando necessitarem comprovar aos pais o caminho percorrido (avanços e dificuldades) pelos seus filhos durante o processo de aprendizagem.
- O registro avaliativo acompanha o processo de aprendizagem,ou seja, ocorre todos os dias na medida em que os conhecimentos vão sendo trabalhados pelo professor.
- O trabalho em sala de aula é desenvolvido de forma diversificada, agrupando os alunos em processo de aprendizagem aproximado, possibilitando o registro de vários alunos com uma mesma atividade (queremos salientar que na seriação os professores avaliam todos os alunos com um mesmo instrumento, por exemplo, a prova).
- É necessário que todos os alunos sejam avaliados com diversos instrumentos: observação, testes, dinâmicas, apresentação de trabalhos, pesquisa, debates etc e que o registro da utilização dos instrumentos seja realizado nas Fichas de Avaliação considerando os critérios e objetivos a serem atingidos.

O trabalho interdisciplinar possibilita ao professor, com uma única atividade, o registro avaliativo em vários componentes curriculares considerando os critérios que estão nas *Fichas de Avaliação do Ciclo*.

As anotações mais importantes sinalizadas nas fichas de avaliação devem, de modo bem simples, constar no Parecer Descritivo Bimestral e Anual, pois elas são os **fundamentos teóricos** do processo de aprendizagem. O professor tem toda a liberdade para definir o que é ou não importante no processo de aprendizagem e o que registrar.

A Avaliação está e sempre esteve nas mãos do professor que tem a competência para trabalhar com as aprendizagens dos alunos e para avaliar e definir o andamento do processo de aprendizagem.

O que é mais importante é que possamos demonstrar aos pais e educadores como construímos o processo de aprendizagem dos alunos (o que a nota não nos diz), que avanços e dificuldades eles apresentam e o que podemos fazer para ajudá-los a superar.

Registra-se o conceito <u>Satisfatório (S):</u> habilidade já internalizada pelo aluno durante o processo; <u>Não Satisfatório (NS):</u> habilidade que ainda não foi internalizada de forma satisfatória pelo aluno, <u>Parcialmente (P)</u> *quando o aluno* adquiriu em parte determinada habilidade; Não Trabalhado (NT) habilidade que ainda não foi planejada no conteúdo bimestral e Domina Totalmente (DT) habilidade que já está internalizada, ou seja o aluno a assimilou em sua postura e não há mais necessidade de avaliá-la bimestralmente. Neste caso, deve-se registrar (DT) no campo de <u>Decisão de Progressão</u>. As Fichas têm dois momentos para registro da avaliação, considerados pelo professor como os mais significativos para uma avaliação, pois sabemos que os professores realizam muito mais que duas avaliações em um bimestre.

### PARECER DESCRITIVO BIMESTRAL E ANUAL

Estes Pareceres devem ficar arquivados no processo do aluno na Secretaria da escola e são os instrumentos de avaliação institucional. Não podem em hipótese alguma conter rasuras. Devem estar assinados pelo professor, pedagogo e diretor da escola.

# PARECER DESCRITIVO BIMESTRAL

É o parecer parcial que diz respeito ao processo de aprendizagem percorrido pelo aluno durante o bimestre com base na Ficha de Avaliação. Deve ser assinado todo bimestre pelos pais e pelo professor e deve constar o número de faltas do bimestre.

No 4º bimestre não há necessidade do professor fazer o Parecer Bimestral. Ele pode fazer diretamente o Parecer Anual (com base nos Pareceres Bimestrais do 1º, 2º e 3º e na ficha de registro da avaliação do 4º bimestre).

Este Parecer deverá ficar com o professor durante o decorrer do Ciclo e ao final deverá ser arquivado na secretaria da escola no processo do aluno.

Este Parecer acompanha os alunos quando forem transferidos no decorrer do ano letivo sendo que uma cópia deverá ficar arquivada no processo do aluno na secretaria da escola.

### PARECER DESCRITIVO ANUAL

É o parecer que diz respeito ao processo de aprendizagem percorrido pelo aluno durante uma etapa do Ciclo. É o resultado da junção dos pareceres bimestrais.

Este Parecer acompanha a Guia de Transferência na ocasião em que os alunos são transferidos, ao final do ano letivo, sendo que uma cópia deverá ficar arquivada no processo do aluno na secretaria da escola.

Obs. PARECER: Não deve ser algo difícil e complicado. Deve ser redigido de forma objetiva, deixando claro os avanços e as dificuldades do aluno.

# FICHA DE REGISTRO BIMESTRAL

É a ficha por turma que servirá para os gráficos de rendimento: <u>Satisfatório (S)</u> e Não <u>Satisfatório (NS)</u> e para o Banco de Dados

#### **ATA FINAL**

Terá o registro dos alunos que foram <u>Satisfatório (S) e Não Satisfatório (N S)</u>. Deve ser assinado pelo Diretor, Pedagogo, Professor e Secretário da Escola.

Na Ata Final de Aproveitamento e Freqüência, será somente assinalado com um X de acordo com a situação individual do aluno.

Obs: O conceito <u>Não Satisfatório (NS)</u> não serve como parâmetro para retenção do aluno no interior do Ciclo.

## TRANSFERÊNCIA

O aluno cursando o Ciclo de Formação Humana deverá levar a *Guia de Transferência* com as observações necessárias, a *Ficha de Parecer Bimestral* e 01 via das *Fichas de Avaliação* (*Registro e Acompanhamento do Aluno*) anexas.

Ao final do ano letivo o aluno deverá levar a *Guia de Transferência* com todas as observações necessárias e 01 via do *Parecer Descritivo Anual*.

No Parecer Descritivo, no final do verso da Guia de Transferência, historiar a situação em que o aluno se encontra e qual a série para a qual deverá ir. Ex. Poderá prosseguir no 2º Ano do 1º Ciclo ou, em caso de Seriação, na 1ª série do Ensino Fundamental.

Obs. O aluno poderá ser Reclassificado dentro do Ciclo e de um Ciclo para o outro em qualquer um dos casos o aluno deverá ser submetido à Banca Examinadora.

#### **BANCA EXAMINADORA**

Segundo a LDB Nº 9394/96, Art. 24, Inciso II: "A Educação Básica, nos níveis Fundamental e Médio, poderão classificar os alunos em qualquer série ou etapa, exceto na 1ª série do Ensino Fundamental". (Alfa p/ 1ª série.) por meio da Banca Examinadora.

A Banca Examinadora deve ser instituída até o final do 1º Bimestre, segundo o que prescreve a Resolução nº. 05/98-CME / Manaus, Art. 44, Inciso III, observando o critério de 03 professores para 1ª a 4ª série e de 01 professor por disciplina para 5ª a 8ª séries. Deverão também tomar parte da Banca Examinadora o Diretor, o Pedagogo e o Secretário (a) com a incumbência de Baixar a Portaria, Coordenar o processo e fazer a escrituração necessária.

A Banca Examinadora da escola deverá elaborar uma avaliação com os conteúdos de todos os componentes curriculares da(s) série(s) anterior (es) a que o aluno poderá ser CLASSIFICADO ou RECLASSIFICADO para comprovação e registro dos conhecimentos e habilidades.

Obs.: Todos os instrumentos utilizados nos processo de *Classificação* ou *Reclassificação* deverão ficar arquivados no processo do aluno.

Os alunos que não apresentarem transferência da Escola de origem no decorrer do 1º bimestre, ou que foram matriculados somente com declaração, deverão ser CLASSIFICADOS pela Banca Examinadora antes da conclusão do bimestre.

Os alunos matriculados na 1ª série ou em qualquer etapa (ano) de qualquer Ciclo do Ensino Fundamental e demonstrarem extraordinário conhecimento poderão ser RECLASSIFICADOS para série, etapa e/ ou ciclo seguinte de acordo com seu grau de conhecimento.

Elaboração: Gerência de Ensino Fundamental – COGE/GEF/GAE

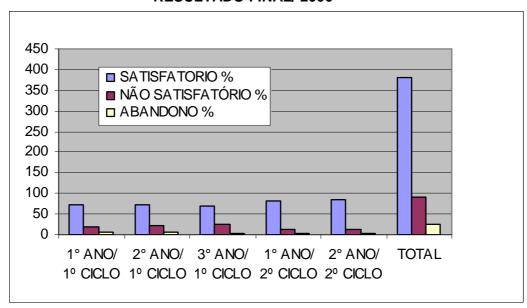
# ANEXO XIV - CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA: RELATÓRIO FINAL DO RENDIMENTO ESCOLAR 2006



PREFEITURA DE MANAUS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COORDENADORIA DE GESTÃO EDUCACIONAL GERÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL

## CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA RELATÓRIO FINAL DO RENDIMENTO ESCOLAR 2006

## **RESULTADO FINAL/2006**



#### **ANALISE GERAL DOS DADOS**

Quando se analisa o rendimento por nível de ensino, o resultado é: 86,2 % de índice SATISFATÓRIO:

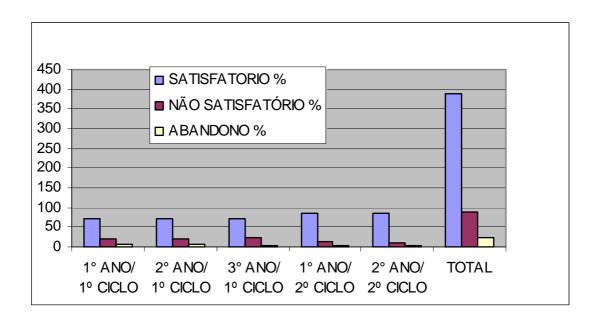
- Matrículas: o maior índice registrado foi no 3ºano do 1ºciclo, e o menor no 2º ano do 2º ciclo.
- Satisfatório: o maior índice registrado foi no 2º ano do 2º ciclo;
- Não satisfatório: o maior índice de alunos foi no 3ºano do 1ºciclo;
- Abandono: o maior índice registrado foi no 1º ano do 1º ciclo e o menor no 1ºano do 2º ciclo.

O elevado índice de ingresso de alunos no 3º ano do 1º ciclo é um fator que contribui negativamente com o rendimento, visto que o 1º ciclo é composto por três anos consecutivos, a entrada do aluno no último ano, justamente onde ocorre à retenção, se torna um dos fatores determinante para o aumento no índice de alunos com conceito Não Satisfatório.

Outra situação que merece atenção e análise é o índice de abandono no 1º ano do 1º ciclo, alunos com 06 anos de idade, o que nos leva a pensar na questão familiar/social (migração, transporte, responsabilidade); na escola (metodologia que não estimula a aprendizagem, professores desestimulados e inseguros frente à proposta de ciclo).

## ANALÍSE DOS DADOS POR GERÊNCIA DISTRITAL

Zona <b>NORTE</b>					
ANO DO CICLO	MATRÍCULA	SATISFATÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABANDONO	
	REAL	%	%	%	
1° ANO/ 1º CICLO	4.261	70	21,7	8,3	
2° ANO/ 1º CICLO	4.980	71,2	21,9	6,9	
3° ANO/ 1º CICLO	5.742	70,2	25,4	4,4	
1° ANO/ 2º CICLO	4.691	84,4	12,8	2,8	
2° ANO/ 2º CICLO	3.677	82,8	13,5	3,7	
TOTAL	23.351	378,6	95,3	26,1	



**Matrículas:** Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

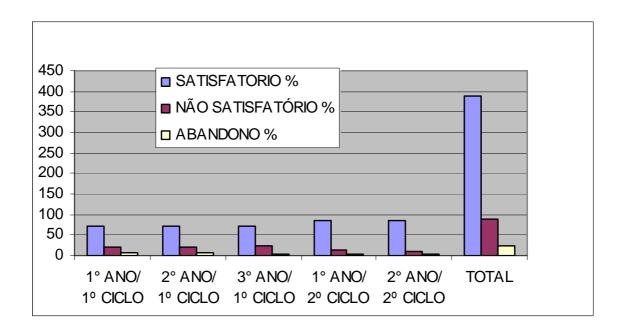
## **Conceitos:**

Satisfatório: Maior índice foi no 1º ano do 2º Ciclo. Menor índice foi no 1º ano do 1º Ciclo.

**Não Satisfatório:** Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 1º ano do 2º Ciclo.

**Abandono:** Maior índice foi no 1º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 1º ano do 2º Ciclo.

Zona <b>SUL</b>						
ANO DO CICLO	MATRÍCULA	SATISFATÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABANDONO		
	REAL	%	%	%		
1° ANO/ 1º CICLO	1.924	71,9	19,7	8,4		
2° ANO/ 1º CICLO	2.219	72,9	21,4	5,7		
3° ANO/ 1º CICLO	2.570	70,8	25,5	3,7		
1° ANO/ 2º CICLO	1.997	85,5	12	2,5		
2° ANO/ 2º CICLO	1.520	86,4	11,3	2,3		
TOTAL	10.230	387,5	89,9	22,6		



**Matriculas:** Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

## **CONCEITOS:**

Satisfatório: Maior índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Menor foi no 3º ano do 1º Ciclo.

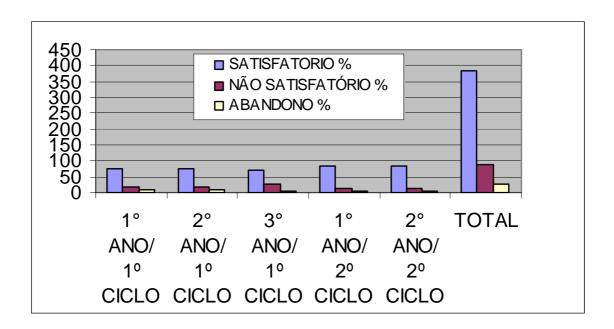
Não Satisfatório: Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Menor indice registrado foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Abandono: Maior índice registrado foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Menor foi o 2º ano do 2º Ciclo.

ZONA <b>LESTE I e II</b>					
ANO DO CICLO	MATRÍCULA	SATISFATÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABANDONO	
	REAL	%	%	%	
1° ANO/ 1º CICLO	7.770	75,9	16,2	7,9	
2° ANO/ 1º CICLO	9.143	73,9	18,6	7,5	
3° ANO/ 1º CICLO	10.763	68,9	25,7	5,4	
1° ANO/ 2º CICLO	8.802	81,7	14,5	3,8	
2° ANO/ 2º CICLO	6.920	82,8	13,8	3,4	
TOTAL	43.398	383,2	88,8	28	



**Matrículas:** Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

## **Conceitos:**

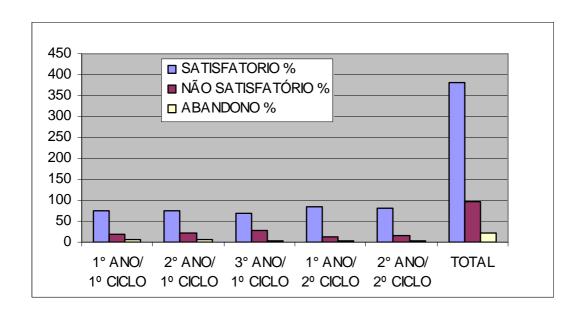
Satisfatório: Maior índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Menor índice foi no  $3^{\rm o}$  ano do  $1^{\rm o}$  Ciclo.

**Não Satisfatório:** Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

**Abandono:** Maior índice foi no 1º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi o 2º ano do 2º Ciclo.

Zona <b>OESTE</b>					
ANO DO CICLO	MATRICILIA	CATICEATÓDIO	NÃO	ADANDONO	
ANO DO CICLO	MATRICULA	SATISFATÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABANDONO	
	REAL	%	%	%	
1° ANO/ 1º CICLO	2.330	73,6	20,1	6,3	
2° ANO/ 1º CICLO	2.504	73,8	20,5	5,7	
3° ANO/ 1° CICLO	3.199	68,2	28,4	3,4	
1° ANO/ 2° CICLO	2.084	83,8	13,9	2,3	
2° ANO/ 2° CICLO	2.092	82,5	14,7	2,8	
TOTAL	12.209	381,9	97,6	20,5	



**Matrículas:** Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 1º ano do 2º Ciclo.

## **Conceitos:**

Satisfatório: Maior índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Menor foi no 3º ano do 1º Ciclo.

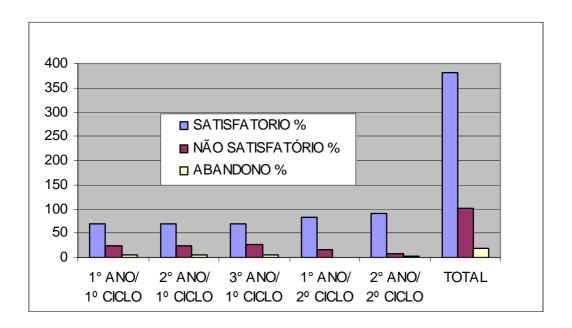
Não Satisfatório: Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Menor índice registrado foi no 1º ano do 2º Ciclo.

Abandono: Maior índice registrado foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Menor foi o 1º ano do 2º Ciclo.

Zona <b>CENTRO - OESTE</b>				
ANO DO CICLO	MATRICULA	SATISFATÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABANDONO
	REAL	%	%	%
1° ANO/ 1º CICLO	1.199	68,9	24,8	6,3
2° ANO/ 1º CICLO	1.245	69,8	24,9	5,3
3° ANO/ 1º CICLO	1.516	68,3	27	4,7
1° ANO/ 2º CICLO	1.315	83,5	15,4	1,1
2° ANO/ 2º CICLO	1.007	89,7	8,3	2
TOTAL	6.282	380,2	100,4	19,4



**Matrículas:** Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

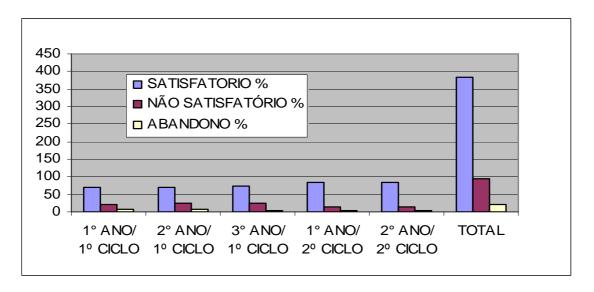
## **Conceitos:**

Satisfatório: Maior índice foi no 2º ano do 2º Ciclo. Menor índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

**Não Satisfatório:** Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

**Abandono:** Maior índice registrado foi no 1º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi o 1º ano do 2º Ciclo.

Zona CENTRO- SUL					
ANO DO CICLO	MATRICULA	SATISFATÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABANDONO	
	REAL	%	%	%	
1° ANO/ 1º CICLO	822	70,6	22,5	6,9	
2° ANO/ 1º CICLO	795	70,2	23,5	6,3	
3° ANO/ 1° CICLO	966	71,9	23,9	4,2	
1° ANO/ 2º CICLO	633	85,3	12,5	2,2	
2° ANO/ 2º CICLO	543	85,3	12,7	2	
TOTAL	3759	383,3	95,1	21,6	



**Matrículas:** Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

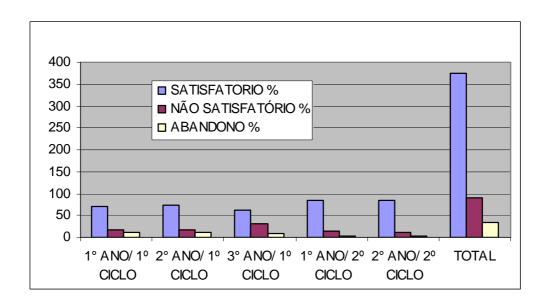
#### **Conceitos:**

Satisfatório: Maior índice foi no 1º e 2º ano do 2º Ciclo. Menor índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

**Não Satisfatório:** Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 1º e 2º ano do 2º Ciclo.

**Abandono:** Maior índice registrado foi no 1º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi o 2º ano do 2º Ciclo.

Zona Rural/ Rodoviária					
ANO DO CICLO	MATRÍCULA	SATISFATÓRIO	NÃO	ABANDONO	
			SATISFATÓRIO		
	REAL	%	%	%	
1° ANO/ 1º CICLO	388	71,4	16,5	12,1	
2° ANO/ 1º CICLO	452	72,4	17,7	9,9	
3° ANO/ 1º CICLO	445	63,2	29,7	7,1	
1° ANO/ 2º CICLO	286	83,2	15	1,8	
2° ANO/ 2º CICLO	249	83,9	12,1	4	
TOTAL	1820	374,1	91	34,9	



**Matrículas:** Maior índice de alunos matriculados foi no 2º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

## **Conceitos:**

Satisfatório: Maior índice foi no 1º e 2º ano do 2º Ciclo.

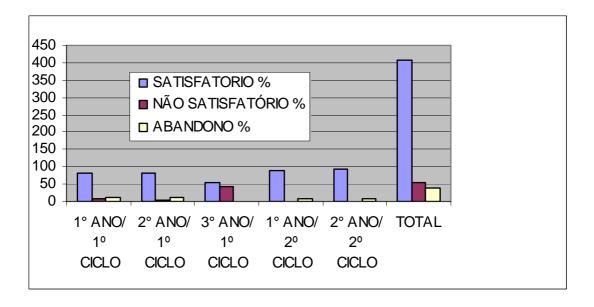
Menor foi no 3º ano do 1º Ciclo.

**Não Satisfatório:** Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Abandono: Maior índice registrado foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Menor foi o 1º ano do 2º ciclo.

Zona Rural/RIBEIRINHA					
ANO DO CICLO	MATRÍCULA	SATISFATÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABANDONO	
	REAL	%	%	%	
1° ANO/ 1º CICLO	16	81,3	6,3	12,4	
2° ANO/ 1º CICLO	18	83,3	5,6	11,1	
3° ANO/ 1° CICLO	25	56	44	0	
1° ANO/ 2º CICLO	11	90,9	0	9,1	
2° ANO/ 2º CICLO	17	94,1	0	5,9	
TOTAL	87	405,6	55,9	38,5	



**Matrículas:** Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 1º ano do 2º Ciclo.

## **Conceitos:**

Satisfatório: Maior índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Menor foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Não Satisfatório: Maior índice registrado foi 3º ano do 1º Ciclo.

Menor foi no 1º e 2º ano do 2º Ciclo.

**Abandono:** Maior índice registrado foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Menor foi o 3º ano do 1ºCiclo.

#### **COMPARATIVO 2005 / 2006**

Analisando de forma geral, observamos que com relação a matricula, houve um aumento de 14.920, alunos matriculados no ano de 2006. Com exceção do 3º ano do 1º ciclo onde observamos que houve uma redução no índice de matriculas, nos demais ocorreu um aumento, em especial no 2º ano do 2º ciclo.

Com relação ao <u>CONCEITO SATISFATÓRIO</u>, no índice geral observamos discreta redução, sendo mais significativa no 3º ano do 1º ciclo e no 2º ano do 2º ciclo.

CONCEITO NÃO SATISFATÓRIO ocorreu aumento no ano de 2006 em todos os anos dos ciclos, com a menor taxa registrada no 2º ano do 1º ciclo e a maior no 3º ano do 1º ciclo e no 2º ano do 2º ciclo.

Com relação à taxa de <u>ABANDONO</u>, no índice geral observamos que houve redução, ocorrendo aumento no 1º e 2º ano do 2º ciclo.

## ANEXO XV – PLANO DE AÇÃO 2007



## PREFEITURA DE MANAUS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COORDENADORIA DE GESTÃO EDUCACIONAL GERÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL

## PLANO DE AÇÃO 2007

## CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA

Ação (O que)	Período (Quando)	Procedimentos (como)	Por que? Justificativa	Para que? Objetivo	Avaliação da ação
Assessoramento Pedagógico às Gerências Distritais	março a dezembro	<ul> <li>Reunião</li> <li>Pedagógica bimestral com os assessores das Gerências Distritais;</li> <li>Análise de Relatório de rendimento bimestral;</li> <li>Atendimento individual das Gerências Distritais;</li> <li>Visita Técnica nas escolas, conforme necessidade detectada nas reuniões bimestrais e individuais com as gerências distritais;</li> <li>Participação nas formações contínuas promovidas pelo COFM.</li> </ul>	Acompanhar a proposta de Ciclo de Formação Humana.	Acompanhar o desenvolvimento do trabalho com ciclo. Visando a melhoria qualitativa e quantitativa nos resultados.	Ao final de cada procedimento: Realizar proposta de implementação; Encaminhar possíveis soluções para situações – problema; Ao final de cada semestre realizar a auto - avaliação do plano.

# ANEXO XVI – INDICATIVOS DOS ESTUDOS SOBRE CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA REALIZADO PELOS DISTRITOS EDUCACIONAIS



# INDICATIVOS DOS ESTUDOS SOBRE CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA REALIZADO PELOS DISTRITOS EDUCACIONAIS

Apresentamos anexo o quadro demonstrativo acerca dos estudos realizados com pedagogos e professores que atuam com a proposta dos CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA. Informamos que todos os Distritos que compõem o Sistema Municipal de Ensino encaminharam à Divisão de Ensino Fundamental os resultados obtidos. Salientamos ainda que as propostas/ sugestões, assim como as dificuldades apontadas foram assinaladas integralmente, respeitando os indicativos levantados por cada Distrito Educacional, que acreditamos contribuirão significativamente para uma possível reformulação da proposta assim como nortearão ações para melhoria da atual organização curricular do Ensino Fundamental, ressaltamos ainda que tal estudo subsidiará a consultoria que será realizada pelo Profº. Miguel Arroyo.

A iniciativa de realizar esse estudo com professores e pedagogos que atuam com a Proposta de Ciclos de Formação Humana se fez premente em decorrência da forma precipitada como ocorreu sua implantação e expansão dificultando sobremaneira a atuação de todos os envolvidos, e frente a analise dos resultados apresentados pelos Distritos Educacionais, onde foi constatado um índice elevado de alunos avaliados com o conceito <u>NÃO SATISFATÓRIO</u>, tornou-se portanto urgente uma ação objetivando vislumbrar falhas, registrar acertos e apontar soluções, não sendo possível permanecer sem uma tomada de decisão diante do quadro que se apresenta.

Em nenhum momento é negado que os ciclos podem constituir estratégias privilegiadas se existir o compromisso real dos seus idealizadores em oportunizar condições favoráveis para o desenvolvimento de um ensino cujo principal objetivo seja a qualidade na educação. O quadro atual necessita de ajustes urgentes para que não tenhamos um ensino seriado disfarçado em Ciclos.

# ANEXO XVII - CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA: ENTRAVES E ENCAMINHAMENTOS

Prefeitura de Manaus Secretaria Municipal de Educação e Cultura Departamento de Gestão Educacional

#### Divisão de Ensino Fundamental

## Ciclos de Formação Humana

#### **Entraves:**

- ✓ Docentes sem experiência no processo de alfabetização.
- ✓ **Rotatividade de Professores** A grande maioria dos docentes nas turmas de ciclo, não acompanhou sua turma, ou por decisão da direção da escola, ou por terem sido demitidos (caso dos contratos), ou remoção para outra escola, entre outros fatores.
- ✓ **Turno intermediário** Com o aumento expressivo da demanda, o turno intermediário foi implantado em um número maior de escolas.
- ✓ **Número de alunos em sala de aula** Na Proposta de Ciclos é orientado que nas turmas de 6 anos de idade sejam matriculados, no máximo 30 crianças; Nas demais turmas, no máximo 35 crianças. Foram critérios estabelecidos para a enturmação, no entanto, a demanda não permitiu que ficássemos com estes números.
- ✓ Falta de pedagogo na escola Dificultando o processo de discussão e acompanhamento das turmas.
- ✓ Alunos que ingressaram nos Ciclos durante o processo por exemplo, alunos que em 2004 estavam cursando a 3ª série, em 2005 entraram no 2º Ano do 2º Ciclo ou, alunos que em 2003 estavam cursando a 1ª série, em 2004 entraram no 2º Ano do 1º Ciclo e hoje, 2005 estão no 3º Ano do 1º Ciclo (onde está o maior problema).
- ✓ **Alunos com necessidades especiais** que foram incluídos nas turmas de Ciclos (até porque a idade cronológica é diferente da idade mental). No entanto, os professores sentem muita dificuldade para trabalhar.
- ✓ Falta de material específico (Ata Final de Aproveitamento e Freqüência, Guia de Transferência/Histórico Escolar, Parecer Descritivo Anual, Parecer Descritivo Bimestral, Fichas de Avaliação, Diários de Classe). Foi acordado com o Senhor Subsecretário que as Fichas de Avaliação e o Parecer Bimestral fossem reproduzidos no Setor de Mecanografia da SEMED (foi repassado aos DIEDS no final do 1º Bimestre). O restante do material consta no processo que está tramitando (licitação).

#### **Encaminhamentos:**

- ✓ Avaliação dos Ciclos Reunião no Conselho municipal de educação (já ocorreu a 1ª reunião onde foi constituído um grupo para coordenar esta ação, com representação do DEGE, CFPM, CME e DIEDS).
- ✓ **Projeto dos Estagiários**: Oriundo do Projeto da Prefeitura "Nosso primeiro emprego". Após análise do rendimento final do ano letivo de 2004, os estagiários foram lotados nas escolas dos Distritos Educacionais Sul e Centro-Sul. Solicitamos do Departamento de Planejamento mais 40 estagiários para atender a demanda dos Distritos Educacionais Norte e Oeste (ainda não temos posicionamento).
- ✓ Análise do rendimento do 1º Bimestre/2005 Como as escolas demoram na entrega do rendimento à Divisão de Informação e Estatística, estes dados ainda não estão prontos. No entanto, solicitamos as "pastas" por zoneamento e procedemos uma primeira análise/não oficial (segundo o Sr. Abílio, muitas escolas apresentam problemas em relação ao preenchimento dos dados, por exemplo, escolas que não registraram um número expressivo de alunos, ou seja, os dados não estão de acordo com o censo escolar).
- ✓ **Sugestões para a intervenção** Havíamos marcado reuniões, por Distritos Educacionais para tratarmos de alternativas de intervenção (no entanto, foram canceladas para aguardarmos os novos encaminhamentos).
- ✓ Formação Específica em processo de alfabetização para os professores do 1º Ciclo (priorizando os professores do 3º Ano do 1º Ciclo, pois, de acordo com análise do rendimento, é onde temos o maior problema).
- ✓ Análise da Proposta No início do ano, foi solicitado aos DIEDS que encaminhassem as sugestões das escolas para as alterações na Proposta. Recebemos de alguns (cópias anexas).
- ✓ **Atendimento aos DIEDS e escolas** Participação em encontros promovidos pelos DIEDS e escolas sempre que solicitado.

## ANEXO XVIII - ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS DO CICLO 2005/2006



#### ANALISE COMPARATIVA DOS DADOS DO CICLO 2005/2006

## 1. DADOS POR GERÊNCIA DISTRITAL

#### Gerência Distrital Zona Norte 2005

ANO DO CICLO	MATRICULA	SATISFATÓRIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1° CICLO	3528	2628	516	384
2° ANO/ 1° CICLO	4059	2923	813	323
3° ANO/ 1° CICLO	6092	4315	1453	324
1° ANO/ 2° CICLO	3143	2732	314	97
2° ANO/ 2° CICLO	847	725	109	13

**Matricula:** Maior Índice de alunos matriculados foi no 3°ano do 1° ciclo, sendo o menor no 2°ano do 2° Ciclo.

Conceito: Satisfatório maior índice no 1ºano do 2ºciclo.

Não Satisfatório o maior índice foi constatado no 3º ano do 1ºciclo.

Abandono: Maior índice no 1ºano do 1ºciclo e o menor no 2ºano do 2ºciclo

Zona NORTE/ 2006					
ANO DO CICLO	MATRÍCULA	MATRÍCULA SATISFATÓRIO NÃO .			
	REAL		SATISFATÓRIO		
1° ANO/ 1°					
CICLO	4.261	70	21,7	8,3	
2° ANO/ 1°					
CICLO	4.980	71,2	21,9	6,9	
3° ANO/ 1°					
CICLO	5.742	70,2	25,4	4,4	
1° ANO/ 2°					
CICLO	4.691	84,4	12,8	2,8	
2° ANO/ 2°					
CICLO	3.677	82,8	13,5	3,7	
TOTAL	23.351				

Matrículas: Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Satisfatório: Maior índice foi no 1º ano do 2º Ciclo.

Menor índice foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Não Satisfatório: Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi no 1º ano do 2º Ciclo.

Abandono: Maior índice foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi no 1º ano do 2º Ciclo.

**Conclusão:** Com relação a matricula o índice permaneceu o mesmo, ou seja, maior índice de matricula no 3º ano do 1º ciclo no ano de 2005 e 2006.

Quanto ao conceito SATISFATÓRIO o maior índice nos dois anos foi no 1º ano do 2º ciclo.

## Gerências Distritais Zonas Leste I e II 2005

ANO DO CICLO	MATRICULA	SATISFATORIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1°				
CICLO	7704	5661	1272	771
2° ANO/ 1°				
CICLO	9038	6792	1470	776
3° ANO/ 1°				
CICLO	12905	9252	2959	694
1° ANO/ 2°				
CICLO	6964	5994	770	200
2° ANO/ 2°				
CICLO	1641	1460	133	48

Matricula: Maior Índice de matricula foi no 3°ano do 1° ciclo, sendo o menor no

2ºano do 2º Ciclo.

Conceito: Satisfatório maior índice no 2ºano do 2ºciclo.

Não Satisfatório o maior índice foi constatado no 3º ano do 1ºciclo.

Abandono: Maior índice no 1ºano do 1ºciclo e o mais baixo no 2ºano do 2ºciclo.

ZONA LESTE I e II /2006				
ANO DO CICLO	MATRÍCULA	SATISFATÓRIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1° CICLO	7.770	75,9	16,2	7,9
2° ANO/ 1° CICLO	9.143	73,9	18,6	7,5
3° ANO/ 1° CICLO	10.763	68,9	25,7	5,4
1° ANO/ 2° CICLO	8.802	81,7	14,5	3,8
2° ANO/ 2° CICLO	6.920	82,8	13,8	3,4
TOTAL	43.398			

Matrículas: Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1º Ciclo. Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Satisfatório: Maior índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Menor índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Não Satisfatório: Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Abandono: Maior índice foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi o 2º ano do 2º Ciclo.

#### Conclusão:

## Gerência Distrital Zona Oeste

ANO DO				
CICLO	MATRICULA	SATISFATORIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1° CICLO	2056	1449	407	200
2° ANO/ 1° CICLO	2675	1834	595	246
3° ANO/ 1° CICLO	3057	2096	802	159
1° ANO/ 2° CICLO	1922	1591	274	57
2° ANO/ 2° CICLO	1166	1035	97	34

Matricula: Maior Índice de matricula foi no 3ºano do 1º ciclo, sendo o menor no

2ºano do 2º Ciclo.

Conceito: Satisfatório maior índice no 2ºano do 2ºciclo.

Não Satisfatório o maior índice foi constatado no 3º ano do 1ºciclo.

Abandono: Maior índice no 1ºano do 1ºciclo e o mais baixo no 2ºano do 2ºciclo

	Zona OESTE /2006					
ANO DO CICLO	MATRICULA	SATISFATÓRIO	NÃO	ABANDONO		
	REAL		SATISFATÓRIO			
1° ANO/ 1° CICLO	2.330	73,6	20,1	6,3		
2° ANO/ 1° CICLO	2.504	73,8	20,5	5,7		
3° ANO/ 1° CICLO	3.199	68,2	28,4	3,4		
1° ANO/ 2° CICLO	2.084	83,8	13,9	2,3		
2° ANO/ 2° CICLO	2.092	82,5	14,7	2,8		
TOTAL	12.209					

Matrículas: Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1º Ciclo

Menor índice foi no 1º ano do 2º Ciclo.

Satisfatório: Maior índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Menor foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Não Satisfatório: Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Menor índice registrado foi no 1º ano do 2º Ciclo.

Abandono: Maior índice registrado foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Menor foi o 1º ano do 2º Ciclo.

## Gerência Distrital Zona Centro Oeste

ANO DO				
CICLO	MATRICULA	SATISFATORIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1° CICLO	1136	67,1%	24,6%	8,4%
2° ANO/ 1° CICLO	1235	66,3%	26,8%	6,9%
3° ANO/ 1° CICLO	1889	70,7%	24,7%	4,6%
1° ANO/ 2° CICLO	943	86,3%	11,8%	1,9%
2° ANO/ 2° CICLO	412			

**Matricula:** Maior Índice de matricula foi no 3°ano do 1° ciclo, sendo o menor no 2°ano do 2° Ciclo.

Conceito: Satisfatório maior índice no 1ºano do 2ºciclo.

Não Satisfatório o maior índice foi constatado no 3º ano do 1ºciclo.

Abandono: Maior índice no 1ºano do 1ºciclo e o mais baixo no 2ºano do 2ºciclo

Zona CENTRO – OESTE/2006				
ANO DO CICLO	MATRICULA REAL	SATISFATÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABANDONO
1° ANO/ 1° CICLO	1.199	68,9	24,8	6,3
2° ANO/ 1° CICLO	1.245	69,8	24,9	5,3
3° ANO/ 1° CICLO	1.516	68,3	27	4,7
1° ANO/ 2° CICLO	1.315	83,5	15,4	1,1
2° ANO/ 2° CICLO	1.007	89,7	8,3	2
TOTAL	6.282			

Matrículas: Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1ºCiclo.

Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Satisfatório: Maior índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Menor índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Não Satisfatório: Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Abandono: Maior índice registrado foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi o 1º ano do 2º Ciclo.

## Gerência Distrital Zona Centro Sul

ANO DO				
CICLO	MATRICULA	SATISFATORIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1° CICLO	683	458	167	58
2° ANO/ 1° CICLO	825	578	187	60
3° ANO/ 1° CICLO	847	624	182	41
1° ANO/ 2° CICLO	483	398	64	21
2° ANO/ 2° CICLO	236	207	20	9

**Matricula**: Maior Índice de matricula foi no 3°ano do 1° ciclo, sendo o menor no 2°ano do 2° Ciclo.

Conceito: Satisfatório maior índice no 2ºano do 2ºciclo.

Não Satisfatório o maior índice foi constatado no 1º ano do 1ºciclo.

Abandono: Maior índice no 1ºano do 1ºciclo e o mais baixo no 2ºano do 2ºciclo.

Zona CENTRO-SUL/2006					
ANO DO CICLO	MATRICULA	SATISFATÓRIO	NÃO	ABANDONO	
	REAL		SATISFATÓRIO		
1° ANO/ 1° CICLO	822	70,6	22,5	6,9	
2° ANO/ 1° CICLO	795	70,2	23,5	6,3	
3° ANO/ 1° CICLO	966	71,9	23,9	4,2	
1° ANO/ 2° CICLO	633	85,3	12,5	2,2	
2° ANO/ 2° CICLO	543	85,3	12,7	2	
TOTAL	3759				

Matrículas: Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Satisfatório: Maior índice foi no 1º e 2º ano do 2º Ciclo.

Menor índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Não Satisfatório: Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi no 1º e 2º ano do 2º Ciclo.

Abandono: Maior índice registrado foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi o 2º ano do 2º Ciclo.

## Gerência Distrital Zona Rural/Rodoviária

ANO DO				
CICLO	MATRICULA	SATISFATÓRIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1° CICLO	360	255	52	53
2° ANO/ 1° CICLO	365	264	62	39
3° ANO/ 1° CICLO	380	277	71	32
1° ANO/ 2° CICLO	213	189	16	8
2° ANO/ 2° CICLO	28	27		1

Matricula: Maior Índice de matricula foi no 3°ano do 1° ciclo, sendo o menor no

2ºano do 2º Ciclo.

Conceito: Satisfatório maior índice no 2ºano do 2ºciclo.

Não Satisfatório o maior índice foi constatado no 3º ano do 1ºciclo.

Abandono: Maior índice no 1ºano do 1ºciclo e o mais baixo no 2ºano do 2ºciclo.

Zona Rural/Rodoviária/2006					
ANO DO CICLO	MATRÍCULA REAL	SATISFATÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABANDONO	
1° ANO/ 1° CICLO	388	71,4	16,5	12,1	
2° ANO/ 1° CICLO	452	72,4	17,7	9,9	
3° ANO/ 1° CICLO	445	63,2	29,7	7,1	
1° ANO/ 2° CICLO	286	83,2	15	1,8	
2° ANO/ 2° CICLO	249	83,9	12,1	quatro	
TOTAL	1820				

Matrículas: Maior índice de alunos matriculados foi no 2º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Satisfatório: Maior índice foi no 1º e 2º ano do 2º Ciclo.

Menor foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Não Satisfatório: Maior índice foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Abandono: Maior índice registrado foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Menor foi o 1º ano do 2º ciclo.

## Gerência Distrital Zona Rural/Ribeirinha 2005

ANO DO				
CICLO	MATRICULA	SATISFATORIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1° CICLO	14	9	3	2
2° ANO/ 1° CICLO	30	11	14	5
3° ANO/ 1° CICLO	12	10	2	0
1° ANO/ 2° CICLO	8	7	0	1
2° ANO/ 2° CICLO	0	0	0	0

Matricula: Maior Índice de matricula foi no 2°ano do 1° ciclo, sendo o menor no 1°ano do 2° Ciclo, não sendo constado matriculas no 2° ano do 2° ciclo.

Conceito: Satisfatório maior índice no 1ºano do 2ºciclo.

Não Satisfatório o maior índice foi constatado no 2º ano do 1ºciclo.

**Abandono**: Maior índice no 2ºano do 1ºciclo e o mais baixo no 1ºano do 2ºciclo, não houve abandono no 3º ano do 1º ciclo.

Zona <b>Rural/RIBEIRINHA</b> /2006				
ANO DO CICLO	MATRÍCULA	SATISFATÓRIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1° CICLO	16	81,3	6,3	12,4
2° ANO/ 1° CICLO	18	83,3	5,6	11,1
3° ANO/ 1° CICLO	25	56	44	0
1° ANO/ 2° CICLO	11	90,9	0	9,1
2° ANO/ 2° CICLO	17	94,1	0	5,9
TOTAL	87			

Matrículas: Maior índice de alunos matriculados foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Menor índice foi no 1º ano do 2º Ciclo.

Satisfatório: Maior índice foi no 2º ano do 2º Ciclo.

Menor foi no 3º ano do 1º Ciclo.

Não Satisfatório: Maior índice registrado foi 3º ano do 1º Ciclo.

Menor foi no 1º e 2º ano do 2º Ciclo.

Abandono: Maior índice registrado foi no 1º ano do 1º Ciclo.

Menor foi no 3º ano do 1ºCiclo.

#### 2. COMPARATIVO GERAL 2005/2006

#### QUADRO GERAL DE CICLO / 2005

ANO DO CICLO	MATRICULA	SATISFATORIO	NÃO	ABANDONO
	REAL		SATISFATÓRIO	
1° ANO/ 1° CICLO	17525	72,5%	17,7%	9,8%
2° ANO/ 1° CICLO	20417	72,8%	19,1%	8,1%
3° ANO/ 1° CICLO	28131	71,1%	23,6%	5,3%
1° ANO/ 2° CICLO	15139	85,7%	11,4%	2,9%
2° ANO/ 2° CICLO	5.004	87,6%	10,1%	2,4%
TOTAL	86.216			

- Matrículas: o maior índice registrado foi no 3º ano do 1º ciclo e o menor no 2º ano do 2º ciclo;
- > Satisfatório: o maior índice registrado foi no 2º ano do 2º ciclo;
- Não satisfatório: o maior índice de alunos foi no 3ºano do 1ºciclo;
- Abandono: o maior índice registrado foi no 1º ano do 1º ciclo e o menor no 2º ano do 2º ciclo.

#### QUADRO GERAL CICLO / 2006

ANO DO CICLO	MATRÍCULA REAL	SATISFATÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABANDONO
1° ANO/ 1° CICLO	18.710	73,1	19,2	7,8
2° ANO/ 1° CICLO	21.356	72,8	20,5	6,8
3° ANO/ 1° CICLO	25.226	69,3	26,1	4,6
1° ANO/ 2° CICLO	19.819	83,2	13,8	3
2° ANO/ 2° CICLO	16.025	83,6	13,2	3,2
TOTAL	101.136			

- Matrículas: o maior índice registrado foi no 3ºano do 1ºciclo e o menor no 2º ano do 2º ciclo; O elevado índice de ingresso de alunos no 3º ano do 1º ciclo é um fator que contribui negativamente com o rendimento escolar, visto que o 1º ciclo é composto por três anos consecutivos, a entrada do aluno no último ano, se torna um dos fatores determinante para o aumento no índice de alunos com conceito Não Satisfatório.
- Satisfatório: o maior índice registrado foi no 2º ano do 2º ciclo;
- Não satisfatório: o maior índice de alunos foi no 3ºano do 1ºciclo;
- Abandono: o maior índice registrado foi no 1º ano do 1º ciclo e o menor no 1º ano do 2º ciclo. Outra situação que merece atenção e análise é o índice de abandono no 1º ano do 1º ciclo, alunos com 06 anos de idade, o que nos leva a pensar na questão familiar/social (migração, transporte, responsabilidade); na escola (metodologia que não estimula a aprendizagem professores pouco comprometidos, pouco conhecimento da proposta entre outros).

#### Analisando de forma geral, observamos que:

- Quanto a Matrícula, houve no ano de 2006 um aumento de 14.920, com exceção no 3º ano do 1º ciclo;
- Com relação ao Conceito Satisfatório, observamos discreta redução, sendo mais significativa no 3º ano do 1º ciclo e no 2º ano do 2º ciclo.

- Conceito Não Satisfatório em 2006 aumentou em todos os anos dos ciclos, com a menor taxa registrada no 2º ano do 1º ciclo e a maior no 3º ano do 1º ciclo e no 2º ano do 2º ciclo;
- Abandono, observamos que houve uma redução, ocorrendo aumento no 1º e 2º ano do 2º ciclo.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os problemas com relação aos Ciclos no ano de 2006 foram semelhantes ao ano de 2005.

Necessitamos de definições quanto à proposta pedagógica de ciclo, se irá permanecer ou se retornaremos à seriação. Até porque algumas ações que envolvem ciclo foram suspensas, tais como: estudo da proposta de ciclo em parceria com COFM e Gerência de Educação Infantil, seminário de ciclo, consultoria, entre outras. Sabemos que os tropeços fazem parte de qualquer processo educativo e do universo social, mas isso não quer dizer que devemos nos adaptar a eles.

Estamos engajados para que o ano de 2007 se traduza em melhores resultados, entendemos que todas as ações desta Secretaria devem estar voltadas sempre para melhoria das escolas, dos educadores e educandos, se surgem atropelos e perdermos o foco de nosso objetivo central, os resultados certamente sofrerão prejuízos.

Manaus, 27 de março de 2007.

Amanda Hayden PEDAGOGA /GEF Hiléia Pessoa Araújo PEDAGOGA /GEF

> Rosicleide Vieira Romão GERENTE GEF

Dados obtidos junto a Gerência de Informação e Estatística e Gerências Distritais: Norte, Sul, Oeste, Centro-Sul e Rural.

## ANEXO XIX – RESPOSTAS AO DIÁRIO DO AMAZONAS

Respostas – ao Diário do Amazonas

- 1. Quantas crianças há hoje matriculadas no primeiro ciclo que tem duração de 3 anos?

  Rita Silva / Gerente do Ensino Fundamental

  Em 2008, há 73.043 crianças matriculas no primeiro ciclo, sendo:
- a) 21.227 crianças matriculadas no 1° ano;
- b) 22.688 crianças matriculadas no 2° ano;
- c) 29.128 crianças matriculadas no 3° ano.
- 2. Com quantos anos a criança deve saber ler? Rita Silva / Gerente do Ensino Fundamental

Uma criança deve habituar-se à presença dos livros desde bebê. Os pais devem fazer leituras infantis para as crianças de forma prazerosa. Claro que um bebê de 6 meses não sabe ler (decodificar letras e palavras), mas sabe ouvir, visualizar gravuras, bonecos e imitar gestos, passos importantes para viabilizar a leitura daquilo que as rodeia. Não importa a idade, pois a leitura é um processo abrangente e deve começar o quanto antes, mas isso deve ser feito de forma lúdica (através de brincadeiras e jogos). N a escola, devese valorizar o conhecimento que a criança tem e lidar com situações práticas do cotidiano da criança, escrevendo regras de jogos, receitas de cozinha, contos e tudo o que estimule a vontade de saber mais. O limite da criança deve ser respeitado para que ela não passe a rejeitar os estudos no decorrer da vida escolar. Crianças que ingressam no 1º ano do 1º ciclo aos seis anos de idade com uma boa base por ter tido acesso a Educação Infantil geralmente tem sucesso durante a vida escolar. O mais importante nesse primeiro momento é enriquecer o universo letrado dos pequenos, promover o contato com o mundo da leitura e da escrita. A permanência maior da criança na escola pode ser uma grande aliada para que os professores promovam maior competência de leitura e escrita, o que será decisivo para o sucesso escolar ns vida dos educandos.

3. Uma criança com 8 anos que ainda não aprendeu a ler irá para o segundo ciclo? Hiléia Araújo / Pedagoga - GEF

Não. Ficará retida, tendo em vista que o 1º ciclo se caracteriza por iniciar o desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento, portanto, para obter a promoção é necessário que tenha atingido algumas competências básicas referentes ao 1º

ciclo.

4. Como é feita a avaliação para saber se os alunos do primeiro ciclo têm atingido o nível esperado de aprendizado no que diz respeito a leitura? Hiléia Araújo / Pedagoga - GEF

São considerados os progressos que a criança apresenta durante todo o processo de aprendizagem e não apenas o desempenho apresentado num momento de avaliação mais formal. A avaliação do processo é contínua ( permanente observação dos processos de aprendizagem vividos pelos alunos, seja o grupo que compõe a classe, seja cada aluno em particular), e formativa (permite constatar se os alunos estão, de fato, atingindo os objetivos pretendidos, verificando a compatibilidade entre os objetivos e os resultados efetivamente alcançados durante o desenvolvimento das atividades propostas), por meio da qual o professor buscará subsídios para rever e/ou estabelecer procedimentos que possam desenvolver as capacidades textuais e comunicativas necessárias à formação do aluno, além das capacidades sociais e afetivas. Também é considerado o contexto social em que a criança está inserida, o conhecimento prévio que tem, o grau de inserção da criança num ambiente mais ou menos letrado e o desempenho da mesma quanto ao desenvolvimento das atividades.

5. As crianças são incentivadas a lerem livros? Freqüentam bibliotecas? Rita Lopes / Chefe do Núcleo de Biblioteca - GEF

Sim. Existe um trabalho integrado entre os bibliotecários das Gerências Distritais, gestores, professores, pedagogos e auxiliares de biblioteca, que estimulam as crianças a utilizarem à biblioteca, onde são desenvolvidas atividades como: contação de histórias, teatro de fantoche, exposição de livros, concursos de poesia, atividades lúdicas, leitura de textos com temáticas especificas e objetivas, encontro com escritores na Semana da Literatura, varal da leitura e concursos de cartazes.

6. Qual é o maior problema quando se fala de alfabetização? Rita Silva / Gerente do Ensino Fundamental

Pesquisas tem sinalizado que os maiores problemas evidenciados estão relacionados a formação dos professores, a compreensão que eles têm sobre os processos de letramento, pois a visão reducionista faz com que a maioria dos profissionais da área desenvolvam atividades mecânicas, repetitivas. Os educadores têm de pensar que a aprendizagem significativa está conectada aos interesses das crianças, pois devem envolvê-las no universo letrado, instigando

e estimulando a capacidade de criação e a vontade de aprender com acesso à informação escrita (nos meios de comunicação, nas ruas, nas embalagens, no material publicitário). O aprendizado é contínuo, não há uma cisão entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. Importante destacar que, a criança precisa de um ambiente desafiador, precisa exercitar a criatividade e desenvolver seu potencial.

7. Qual a dificuldade que os professores encontraram para alfabetizar uma criança de 6, 7 e 8 anos? Hiléia Araújo / Pedagoga - GEF

Sinalizamos em especial para a carência do professor alfabetizador, ou seja, formação do professor, falta de uma metodologia adequada. Em virtude dessa situação observada, periodicamente é oportunizado aos professores municipais formação continuada abordando a temática em questão. Em 2008 essa formação foi ampliada, por meio do PROLETRAMENTO (Política Federal) nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática e Pósgraduação na área de docência para professores de Ed. Infantil e de Ens. Fundamental (1º ao 9º ano).

Rita Silva / Gerente do Ensino Fundamental Hiléia Araújo / Pedagoga - GEF Rita Lopes / Chefe do Núcleo de Biblioteca - GEF

## ANEXO XX - MATÉRIA JORNALÍSTICA: SEMED DIZ QUE METADE DOS ALUNOS TEM DEFICIÊNCIA NA LEITURA. FONTE: JORNAL DIÁRIO DO **AMAZONAS**



# deficiência na leitura

CompartiIhar | Fonte: Diário do Amazonas-SK

MANAUS - Pelo menos 50% dos 73.043 mil alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental (ou 3º ano do 1º Ciclo de Alfabetização) concluem essa série com algum tipo de deficiência na leitura. A estimativa é da gerente de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação (Semed), Rita Silva.

Segundo ela, nem todos os estudantes conseguem acompanhar o processo de alfabetização apresentado pelos educadores. Rita afirmou que o maior problema de aprendizado das crianças está relacionado a não capacitação dos professores.

Para a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (Sinteam), Isis Tavares, o processo de alfabetização reúne uma série de fatores. "O aluno que não fez o pré-escolar até os seis anos, por exemplo, terá dificuldade em ler com a mesma idade quando entrar no 1º ciclo". Segundo ela, é preciso ainda que a sala de aula não esteja superlotada para que o professor consiga dar atenção a todos os alunos.

#### Dificuldade

De acordo com a diretora da Escola Municipal Perciliana Nascimento, no bairro Compensa, zona Oeste de Manaus, Lenize Martins, há crianças com maior grau de dificuldade que não conseguem acompanhar os demais alunos. "Há alunos nas três séries do 1º ciclo que não conseguem ler nada, ou apresentam dificuldades".

De acordo com a pedagoga da Semed, Hiléia Araújo, o aluno que chega ao final do 1º ciclo sem conseguir ler é reprovado. "Para que o aluno seja promovido ele tem que ter atingido as competências básicas", disse.

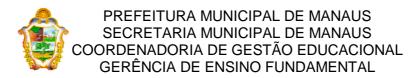
Já a gerente de Ensino Fundamental da Semed, informou que as crianças que não conseguem ler continuarão sendo aprovadas normalmente para as demais séries. "O processo de alfabetização de uma criança é continuo e se completa até a 4ª série", afirmou. Segundo ela, hoje, as crianças começam o 1º ciclo de alfabetização com seis anos de idade e devem concluí-lo com oito anos.

Para assistir a vídeos com notícias e informações sobre a Amazônia, acesse www.portalamazonia.com/videosdaamazonia. Faça o seu cadastro e assista por 30 dias grátis.

#### Veja Mais Noticias »

Notícias	Entretenimento	Esportes	Serviços	Vídeos	Dúvidas e
Acre	Agenda de	Futebol	Amazônia de A	Rede amazônica	Sugestões
Amazonas	Eventos	Futebol do Norte	аZ		
Amapa	Cinema	Corrida Archer	Promoções		
	Galeria de Fotos	Pinto			

## ANEXO XXI – RELATÓRIO DE RENDIMENTOS BIMESTRAIS 2008



#### **RELATÓRIO**

**GERENCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL:** 

**ASSUNTO**: Análise de rendimento. **PERÍODO**: 3º Bimestre de 2008

## **APRESENTAÇÃO**

Recebemos para conhecimento e análise os relatórios de rendimento bimestral das GDZ's Oeste /Centro-Oeste, Leste II, Norte, Sul e Centro-Sul, após analise e compilação de dados, pretendemos apresentar os resultados alcançados e relatar as ações desenvolvidas durante o 3º bimestre de 2008, bem como evidenciar através de dados estatísticos e gráficos o aproveitamento dos alunos.

As informações são pertinentes ao acompanhamento realizado pelas Gerências Distritais, por meio do assessoramento pedagógico as escolas que desenvolvem a proposta de Ciclo de Formação Humana.

O relatório foi estruturado apresentando planilhas com o rendimento geral, e das áreas urbana e rural, com análise comparativa da planilha geral do 2º e 3º bimestre. Em seguida apresentamos as planilhas de cada Gerência Distrital com a análise comparativa entre os dois bimestres e informações acerca da situação das Gerências e escolas que entregaram os rendimentos.

Obs. Dados quantitativos obtidos com a Gerência de Informação e estatística.

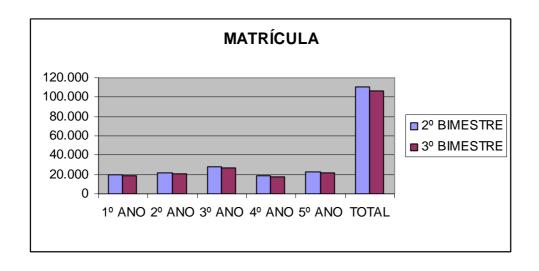
## **QUADRO GERAL**

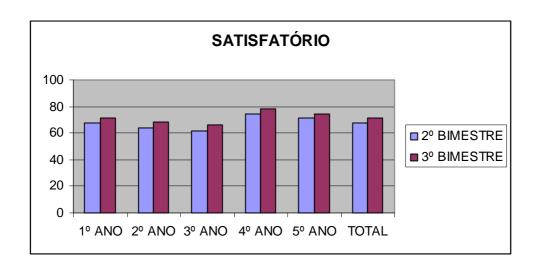
2º bimestre

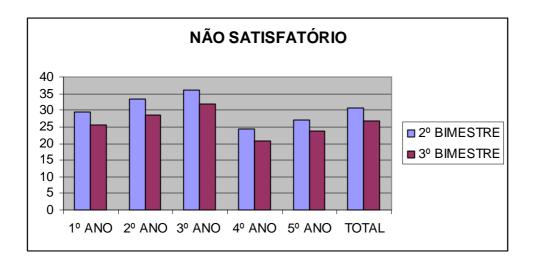
		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1º ANO	20.111	67,7	29,5	2,8
우길	2º ANO	21.460	64,2	33,5	2,3
ū	3º ANO	27.885	62,0	36,1	1,9
2° CLO	4º ANO	18.703	74,4	24,4	1,3
	5º ANO	22.505	71,5	27,0	1,6
ō	TOTAL	110.664	67,5	30,6	1,9

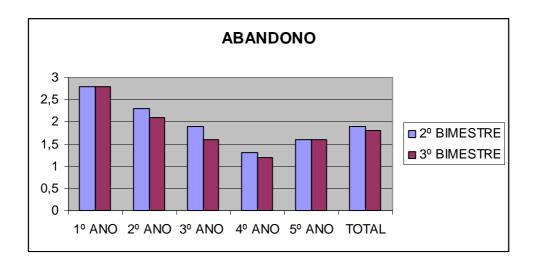
3º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1º ANO	18.917	71,5	25,7	2,8
<sup>2</sup> ا	2º ANO	20.477	68,4	28,5	2,1
ō	3º ANO	26.910	66,4	32,0	1,6
0	4º ANO	18.094	78,0	20,8	1,2
2 S	5º ANO	21.812	74,7	23,7	1,6
ᅙ	TOTAL	106.210	71,4	26,8	1,8









## Análise comparativa dos dados

Ocorreu redução no índice geral da matricula real. Assim como em todos os anos do ciclo.

Registrado aumento no índice geral do conceito SATISFATÓRIO, registrado também em todos os anos do ciclo.

Redução no índice geral do conceito NÃO SATISFATÓRIO, registrado também em todos os anos do ciclo.

Observado discreta redução no índice de abandono.

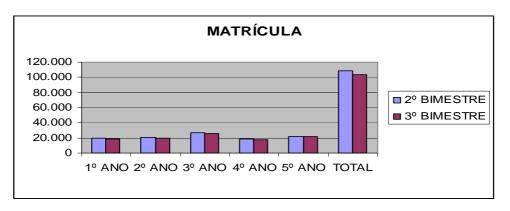
## **QUADRO GERAL ZONA URBANA**

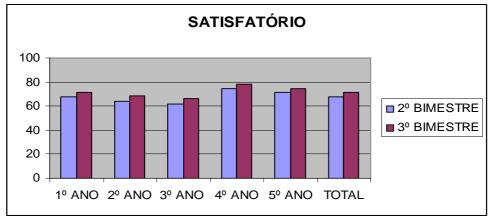
2º bimestre

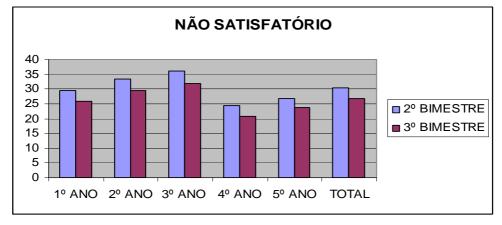
		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1º ANO	19.606	67,7	29,4	2,9
우길	2º ANO	20.922	64,2	33,5	2,3
Ö	3º ANO	27.308	62,0	36,1	1,9
2° CLO	4º ANO	18.288	74,4	24,3	1,3
	5º ANO	22.078	71,5	26,9	1,6
ਹ	TOTAL	108.202	67,5	30,5	2,0

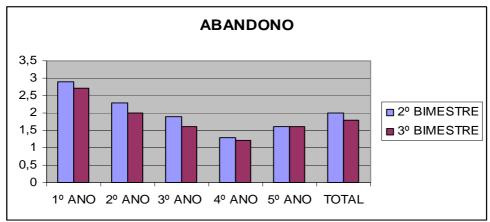
3º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1º ANO	18.429	71,5	25,8	2,7
1°	2º ANO	19.949	68,4	29,6	2,0
ᄗ	3º ANO	26.336	66,5	31,9	1,6
0	4º ANO	17.673	77,9	20,9	1,2
2°CL	5º ANO	21.387	74,7	23,7	1,6
Ö	TOTAL	103.774	71,4	26,8	1,8









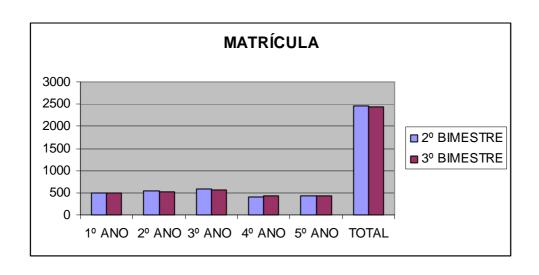
## **QUADRO GERAL ZONA RURAL**

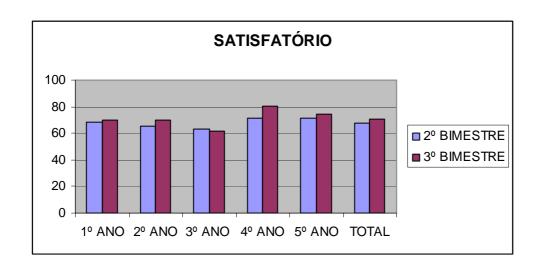
2º bimestre

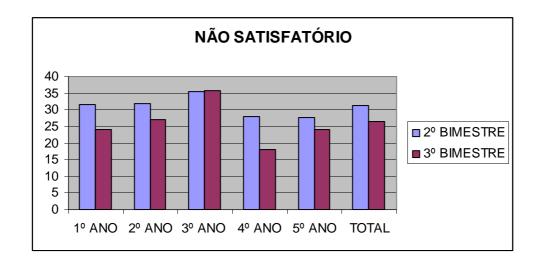
		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1º ANO	505	68,1	31,7	0,2
우길	2º ANO	538	65,2	31,8	3,0
ū	3º ANO	577	63,1	35,4	1,5
2° CLO	4º ANO	415	71,8	28,0	0,2
	5º ANO	427	71,2	27,6	1,2
Ö	TOTAL	2.462	67,5	31,2	1,3

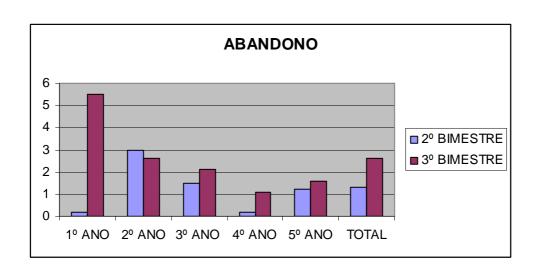
3º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1º ANO	488	70,3	24,2	5,5
우길	2º ANO	528	70,3	27,1	2,6
O	3º ANO	574	62,0	35,9	2,1
	4º ANO	421	80,8	18,1	1,1
2° CL	5º ANO	425	74,4	24,0	1,6
ਹ	TOTAL	2.436	70,9	26,5	2,6









#### **GERENCIA DISTRITAL ZONA NORTE**

O relatório encaminhado pela GDZ, contém informações acerca do aproveitamento dos alunos, das dificuldades apontadas nos bimestres anteriores que continuam interferindo diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Com as seguintes informações:

- Escolas que desenvolvem a proposta de ciclo 46.
- Escolas que entregaram o rendimento 40.
- Problemas na infra-estrutura- 29 escolas.
- Possui pedagogo 37 escolas.
- Possui recursos pedagógicos disponíveis 26 escolas.
- Escolas com bom rendimento 27 escolas.
- Escolas com baixo rendimento 12 escolas.
- Possíveis causas do baixo rendimento alunos faltosos, falta de acompanhamento dos pais, dificuldades de aprendizagem, alunos sem prérequisitos para aprender outros assuntos, salas sem climatização, falta de ambiente propicio para aprendizagem, falta de recursos didáticos, alunos faltosos no 1º ano e outros todos pertinentes ao dia-a-dia da escola.
- <u>Intervenções realizadas:</u> reforço escolar, conversa com os pais, reuniões com os professores, integração escola-família, contato constante com os pais de alunos faltosos, atividades de incentivos a leitura, culminâncias, utilização de jogos e outros.

## Intervenções da GDZ:

Assessoramentos, acompanhamento dos planejamentos nas escolas, reuniões com os pedagogos, emissão de parecer técnico, atendimento individualizado aos gestores e professores, textos para as escolas, participação e encaminhamentos de sessão de estudo da proposta pedagógica.

2º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1° ANO	4.653	68,4	27,9	3,7
우길	2° ANO	4.733	63,3	34,1	2,6
Ö	3° ANO	6.181	59,9	37,9	2,2
0	4° ANO	4.095	72,9	25,9	1,2
2° CL(	5° ANO	4.832	71,4	26,7	1,9
ō	TOTAL	24.494	66,6	31,1	2,3

3º bimestre

		MATRÍCULA	SATISFA	NÃO	ABAN
		REAL	TÓRIO	SATISFATÓRIO	DONO
0	1° ANO	4.361	73,0	24,7	2,3
<u>2</u> ب	2° ANO	4.487	66,6	31,6	1,8
C	3° ANO	5.807	66,5	32,4	1,1
	4° ANO	3.778	75,9	23,2	0,9
2 %		4.614	75,1	23,6	1,3
$\overline{o}$	TOTAL	23.047	71,0	27,5	1,5

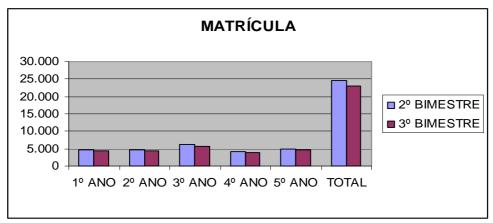
Foi observado AUMENTO no índice do conceito SATISFATÓRIO, em todos os anos do ciclo. Consequentemente houve redução no conceito NÃO SATISFATÓRIO. Decréscimo também no índice de abandono.

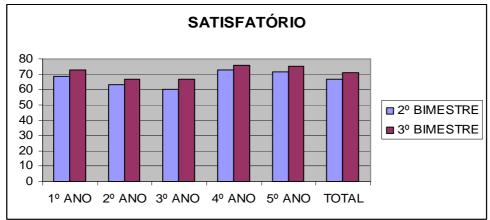
# 1º CICLO - 3º bimestre

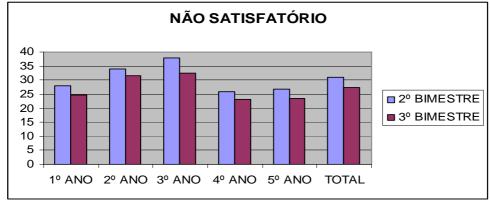
Conceito Satisfatório – Registrado maior índice no 1º ano, equivalente no 2º e 3º ano. Quanto ao índice de ABANDONO o mais elevado foi no 1º ano.

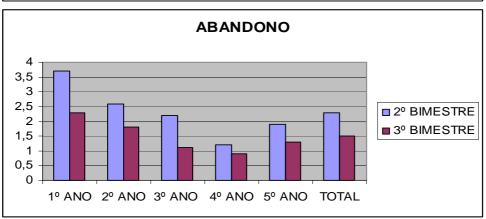
# 2º CICLO

Conceito Satisfatório – Equivalente nos dois anos (4º e 5º).









# **GERÊNCIA DISTRITAL ZONA SUL**

A equipe de assessores é composta por três pedagogas.

# Ações realizadas:

- Assessoramentos: Foi possível no bimestre realizar pelo menos dois assessoramentos em cada escola, ou seja, foram atendidas 100% das escolas.
- Reuniões com pedagogos e professores.
- Oficinas pedagógicas.
- Socialização de experiência da proposta de Heloisa Vilas Boas.
- Atendimento interno e "in loco" para profissionais da educação e alunos.
- Participação em eventos.
- Parceria constante com CEMASP e CMEE.

# Com relação aos resultados alcançados:

 A previsão de alunos retidos, em especial no 3º ano, ainda será significativa, no entanto observamos que houve uma redução.

# Dificuldades apresentadas;

- Escola sem pedagogo.
- Professores e alunos faltosos.
- Reclamação de pedagogos quanto ao não cumprimento de prazo estabelecidos pela escola para a entrega dos diários, dificultando ação preventiva.

2º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1º ANO	1.825	71,6	26,5	1,9
우길	2º ANO	2.006	70,9	27,3	1,8
Ö	3º ANO	2.475	65,7	33,5	0,8
0	4º ANO	1.672	81,4	17,0	1,6
2° CL(	5º ANO	1.987	76,1	23,0	0,9
ū		9.965	72,6	26,1	1,3

3º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1º ANO	1.795	74,8	22,8	2,4
우길	2º ANO	1.854	74,5	23,9	1,6
Ö	3º ANO	2.464	71,0	27,7	1,3
0	4º ANO	1.646	83,1	16,3	0,6
2° CL	5º ANO	1.966	77,3	21,3	1,4
ਹ		9.725	75,7	22,9	1,4

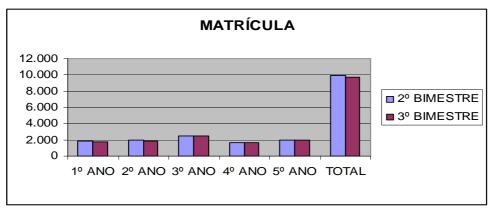
Foi observado AUMENTO no índice do conceito SATISFATÓRIO, em todos os anos do ciclo. Consequentemente houve redução no conceito NÃO SATISFATÓRIO. Discreta redução no índice de abandono.

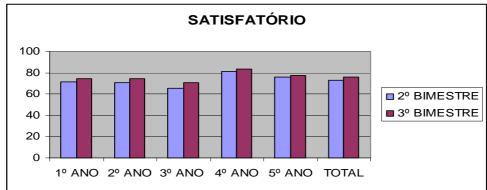
# 1º CICLO - 3º bimestre

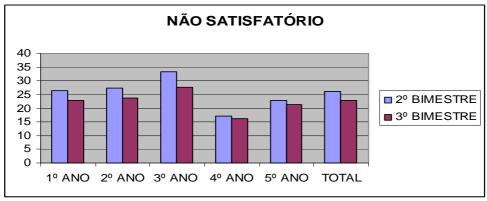
Conceito Satisfatório – equivalente no 1º e 2º ano, sendo menor no 3º ano. Quanto ao índice de ABANDONO o mais elevado foi no 1º ano.

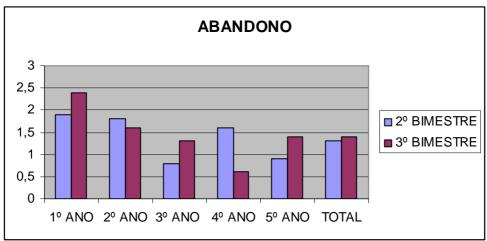
# 2º CICLO

Conceito Satisfatório - Maior índice foi no 4º ano e o menor no 5º ano.









# GERÊNCIA DISTRITAL ZONA LESTE I e II

LESTE I (não recebemos relatório).

### LESTE II

Após leitura do relatório encaminhado pela Gerência, observamos que as informações são pertinentes a equipe de assessores, percentual de desempenho por escola, possíveis causas para o baixo rendimento, soluções propostas pelas escolas e NUP e escolas que não possuem equipe escolar.

A Gerência atende 54 escolas com organização em ciclo, treze escolas ainda estão sem pedagogo. Os assessoramentos são mensais.

De acordo com o acompanhamento pedagógico realizado foi possível observar uma melhoria significativa na estrutura física das escolas e crescente avanço no rendimento escolar.

As ações desenvolvidas pela GDZ para subsidiar o trabalho pedagógico foram: os assessoramentos, reuniões pedagógicas e encontros pedagógicos.

O relatório foi estruturado por escola, dessa forma as causas citadas e ações sugeridas também são por escola. Situações essas que fazem parte do cotidiano escolar, citamos: desinteresse e falta de motivação dos alunos, dificuldade de aprendizagem, alunos faltosos, falta de conhecimento da proposta pelos professores, alto índice de reprovação e evasão. Os encaminhamentos são pertinentes aos problemas apresentados: tornar as aulas mais atrativas, enfatizando o lúdico, para estimular a aprendizagem e manter o aluno na escola, trabalhar a auto-estima dos alunos, conhecimento da proposta, reforço escolar, reuniões com os pais, palestras e outros.

2º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1º ANO	8.722	67,8	29,1	3,1
우길	2º ANO	9.449	63,9	33,5	2,6
Ö	3º ANO	12.821	62,9	34,6	2,5
0	4º ANO	8.661	73,2	25,1	1,7
2° CL(	5º ANO	10.528	70,8	27,4	1,8
ਹ	TOTAL	50.181	67,4	30,3	2,3

3º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1º ANO	8.060	71,5	25,1	3,4
우길	2º ANO	9.048	68,9	28,5	2,6
Ö	3º ANO	12.380	66,9	31,1	2,0
0	4º ANO	8.474	77,8	20,5	1,7
2°CLC	5º ANO	10.206	74,1	23,8	2,1
ਹ	TOTAL	48.168	71,5	26,2	2,3

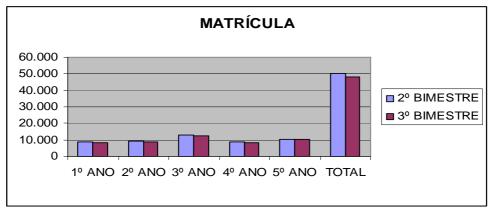
Foi observado AUMENTO no índice do conceito SATISFATÓRIO, em todos os anos do ciclo. Consequentemente houve redução no conceito NÃO SATISFATÓRIO. Permanecendo estável no índice de abandono.

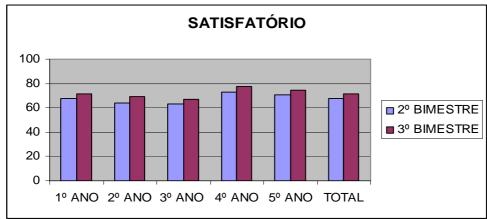
# 1º CICLO - 3º bimestre

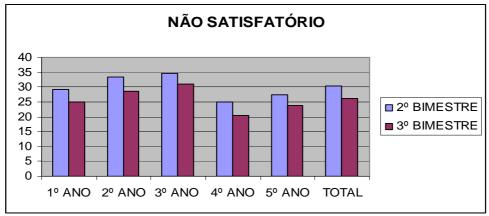
Conceito Satisfatório – Maior índice registrado foi no 1º ano e o menor no 3º ano. Quanto ao índice de ABANDONO o mais elevado foi no 1º ano.

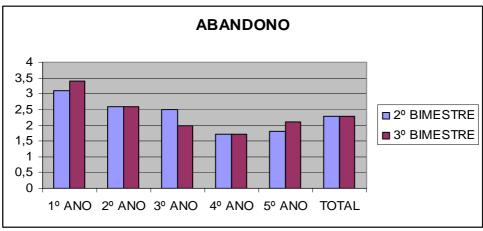
# 2º CICLO

Conceito Satisfatório - Maior índice foi no 4º ano e o menor no 5º ano.









# **GERÊNCIA OESTE E CENTRO-OESTE**

O Relatório apresentado faz referencia:

- As atividades desenvolvidas pela GDZ.
- Análise dos dados e alternativas propostas.
- As escolas com alto índice de reprovação.

# Atividades desenvolvidas pela GDZ:

- Assessoramento as escolas:
- Sessão de estudo com os pedagogos.
- Reunião com escolas para atender suas demandas.
- Análise das práticas pedagógicas e relatórios de rendimentos bimestrais.
- Atendimento aos gestores, pedagogos e professores.

### Quanto aos assessoramentos:

- Foram citadas algumas dificuldades para concretização do mesmo, tais como: carência de 01 veiculo a mais, situações emergenciais.
- Situações observadas no decorrer dos assessoramentos: resistência dos professores quanto à aplicação da proposta de ciclo, professores com licença médica de longo período que não são substituídos, planejamento desarticulado da Proposta de Ciclo, escolas com problemas de infra-estrutura, escolas com carência de espaço físico.

## Quanto à análise dos dados e alternativas apresentadas:

 Foi observado que neste bimestre houve um aumento no índice do conceito SATISFATÓRIO no 1º e 3º ciclo, os professores e pedagogos foram orientados a desenvolver ações/atividades que estimulem um ambiente alfabetizador, com o uso efetivo da Proposta de Ciclo.

## Fatores que interferiram no baixo rendimento:

 Alunos faltosos, falta de acompanhamento dos pais, falta de interesse e participação dos discentes, problemas sociais e assistenciais dos alunos.

Escolas com alto índice de conceito NÃO SATISFATÓRIO: 23 escolas.

# **GERENCIA DISTRITAL OESTE**

# Análise Comparativa dos Dados

2º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1° ANO	2.563	66,5	31,3	2,2
유밀	2° ANO	2.635	62,1	35,9	2,0
Ö	3° ANO	3.256	61,5	37,7	0,8
0	4° ANO	2.121	74,7	24,6	0,7
2° CL(	5° ANO	2.706	71,0	28,1	0,9
5	TOTAL	13.281	66,6	32,1	1,3

3º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1° ANO	2.474	70,6	27,8	1,6
우길	2° ANO	2.601	66,9	31,8	1,3
Ö	3° ANO	3.199	63,2	35,3	1,5
0	4° ANO	2.110	78,0	21,3	0,7
2° CL(	5° ANO	2.676	72,8	26,0	1,2
Ö	TOTAL	13.060	69,7	29,0	1,3

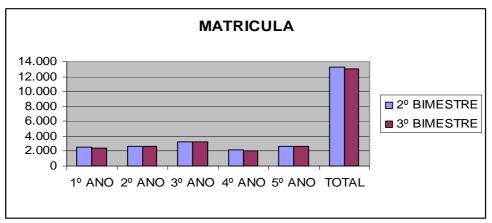
Registrado aumento no índice referente a conceito SATISFATÓRIO e redução no NÃO SATISFATÓRIO. Estável o índice de ABANDONO.

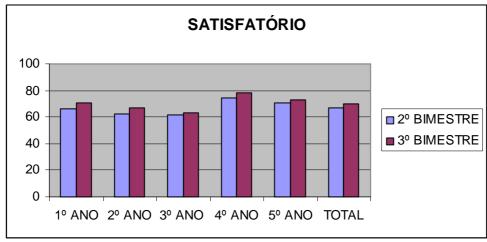
# 1º CICLO - 3º bimestre

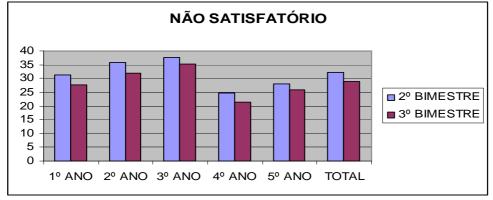
Conceito Satisfatório – Maior índice registrado foi no 1º ano e o menor no 3º ano. Quanto ao índice de ABANDONO o mais elevado foi no 1º ano.

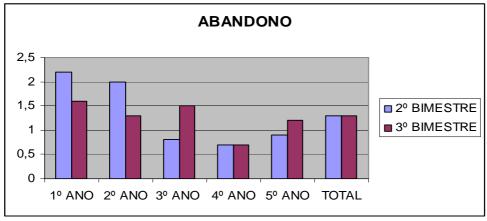
# 2º CICLO

Conceito Satisfatório - Maior índice foi no 5º ano e o menor no 4º ano.









# **GERENCIA DISTRITAL CENTRO - OESTE**

# Análise Comparativa dos Dados

2º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1° ANO	1.103	62,2	35,1	2,7
유밀	2° ANO	1.316	61,7	36,4	1,9
ū	3° ANO	1.517	59,5	39,6	0,9
	4° ANO	1.024	77,1	22,6	0,3
2° CL(	5° ANO	1.194	70,5	28,1	1,4
Ö	TOTAL	6.154	65,5	33,1	1,4

3º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1° ANO	1.066	64,6	33,4	2,0
유밀	2° ANO	1.258	64,4	34,5	1,1
Ö	3° ANO	1.502	63,2	36,2	0,6
0	4° ANO	1.027	76,5	23,3	0,2
2° CL(	5° ANO	1.162	77,2	22,1	0,7
ਹ	TOTAL	6.015	68,7	30,4	0,9

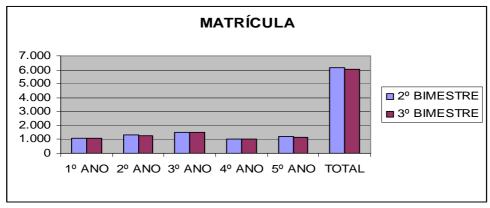
Registrado aumento no índice referente a conceito SATISFATÓRIO e conseqüente redução no NÃO SATISFATÓRIO. Redução no índice de ABANDONO.

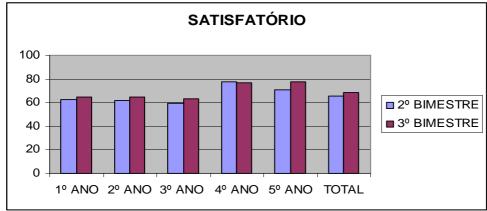
# 1º CICLO - 3º bimestre

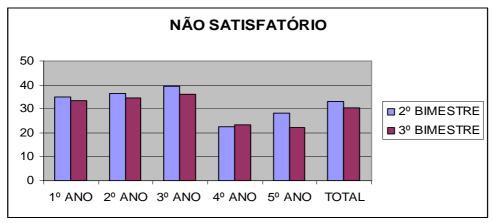
Conceito Satisfatório – equivalente no 1º e 2º ano, sendo menor no 3º ano. Quanto ao índice de ABANDONO o mais elevado foi no 1º ano.

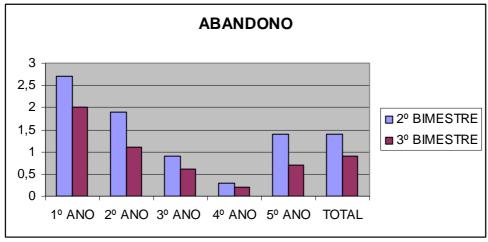
# 2º CICLO

Conceito Satisfatório - Maior índice foi no 5º ano e o menor no 4º ano.









### **GERENCIA DISTRITAL CENTRO-SUL**

O relatório encaminhado pela GDZ, contém informações gerais sobre: as possíveis causas do baixo rendimento, intervenções das escolas, intervenções da GDZ.

De acordo com o relatório foi possível observar que houve um aumento no índice de alunos com conceito SATISFATÓRIO.

Com relação às causas do baixo rendimento, alguns fatores referentes aos bimestres anteriores, persistiram no 3º bimestre:

- Falta de comprometimento dos pais.
- Falta de apoio psicopedagógico, social e psicológico aos alunos e familiares com problemas.
- Desnutrição, doenças, mudanças de endereço.
- Imaturidade, indisciplina, drogas, faltas constantes, violência e falta de motivação por parte dos alunos.
- · Professores desmotivados.
- Dificuldade de aprendizagem.
- Reforma de escola no período letivo.
- Prática pedagógica que não atinge as necessidades dos alunos.

# Intervenções das escolas:

- Reuniões com os pais.
- Reuniões pedagógicas com a equipe docente.
- Elaboração de banco de dados.
- Retomada de regras, reformulação de atividades para que as mesmas se tornem mais atrativas e diversificadas.
- Atividades sócio-educativas.
- Avaliação da prática pedagógica.
- Utilização de recursos pedagógicos diversificados.
- · Reforço escolar.
- Incentivos para tornar o ambiente escolar mais acolhedor.

## Intervenções da GDZ.

- Assessoramentos.
- · Reuniões mensais com os pedagogos.
- Sugestões de ações que promovam a integração.
- Proposição de medidas que viabilizem a melhoria da aprendizagem.

- Participação nos planejamentos e em atividades das escolas.
- Encaminhamento das demandas das escolas.

2º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN- DONO
0	1° ANO	740	63,4	35,8	0,8
유밀	2° ANO	783	66,4	32,8	0,8
S	3° ANO	1.058	59,1	40,3	0,6
0	4° ANO	715	75,0	24,8	0,2
2° CICL(	5° ANO	831	73,3	26,0	0,7
	TOTAL	4.127	66,9	32,5	0,6

3º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN- DONO
0	1° ANO	673	68,9	29,4	1,7
1°CICL	2° ANO	701	69,9	28,7	1,4
S	3° ANO	984	66,6	32,6	0,8
0	4° ANO	638	80,7	19,0	0,3
2° CL(	5° ANO	763	76,4	22,7	0,9
ਹ	TOTAL	3.759	72,0	27,0	1,0

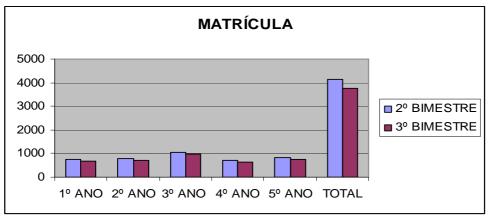
Registrado aumento no índice referente a conceito SATISFATÓRIO em todos os anos do ciclo, com conseqüente redução no NÃO SATISFATÓRIO. Discreto aumento no índice de ABANDONO.

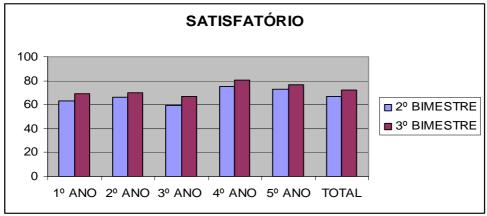
# 1º CICLO - 3º bimestre

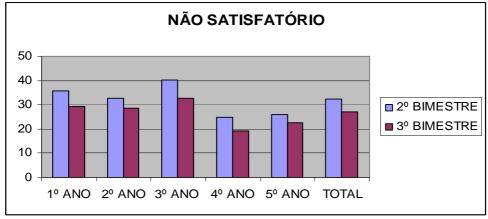
Conceito Satisfatório – maior índice foi no 2º ano e o menor no 3º ano. Quanto ao índice de ABANDONO o mais elevado foi no 1º ano.

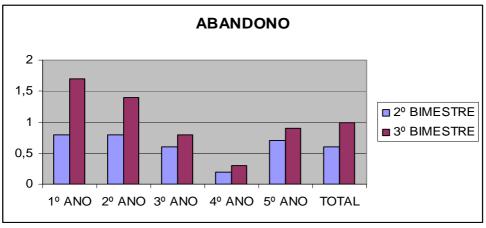
# 2º CICLO

Conceito Satisfatório - Maior índice foi no 4º ano e o menor no 5º ano. Abandono maior índice registrado foi no 5º ano.









# **GERENCIA DISTRITAL ZONA RURAL**

# **ZONA RODOVIÁRIA**

# Análise Comparativa dos Dados

2º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1° ANO	505	68,1	31,7	0,2
유밀	2° ANO	538	65,2	31,8	3,0
Ö	3° ANO	577	63,1	35,4	1,5
0	4° ANO	415	71,8	28,0	0,2
ر ا ا	5° ANO	427	71,2	27,6	1,2
Ö	TOTAL	2.462	67,5	31,2	1,3

3º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1° ANO	454	70,3	24,2	5,5
유밀	2° ANO	488	71,1	26,2	2,7
O	3° ANO	542	63,1	35,4	1,5
0	4° ANO	388	82,7	16,5	0,8
2° CL	5° ANO	395	73,7	24,8	1,5
Ö	TOTAL	2.267	71,5	26,1	2,4

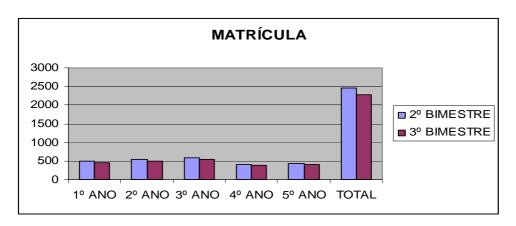
Registrado aumento no índice geral do conceito SATISFATÓRIO, com exceção do 3º ano que permaneceu inalterado, nos demais anos do ciclo houve aumento. E conseqüente redução no conceito NÃO SATISFATÓRIO. Registrado aumento no índice de ABANDONO.

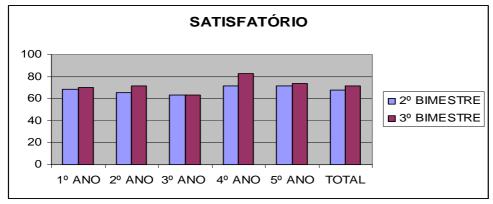
# 1º CICLO – 3º bimestre

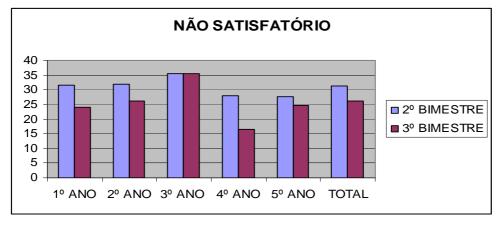
Conceito Satisfatório – maior índice foi no 2º ano e o menor no 3º ano. Quanto ao índice de ABANDONO o mais elevado foi no 1º ano.

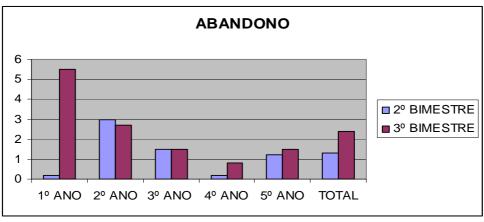
# 2º CICLO

Conceito Satisfatório - Maior índice foi no 4º ano e o menor no 5º ano. Abandono maior índice registrado foi no 5º ano.









# **ZONA RURAL RIBEIRINHA**

Análise Comparativa dos Dados 2º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1° ANO	34	76,5	23,5	-
우길	2° ANO	38	55,3	44,7	-
Ö	3° ANO	29	48,3	51,7	-
0	4° ANO	31	54,8	45,2	-
2°C	5° ANO	29	75,9	24,1	-
Ö	TOTAL	161	62,1	37,9	-

3º bimestre

		MATRÍCULA REAL	SATISFA TÓRIO	NÃO SATISFATÓRIO	ABAN DONO
0	1° ANO	34	70,6	23,5	5,9
<sup>1</sup> کا	2° ANO	40	60,0	37,5	2,5
S	3° ANO	32	43,7	43,7	12,6
0	4° ANO	33	57,6	36,4	6,0
2° CL	5° ANO	30	83,3	13,3	3,4
Ö	TOTAL	169	62,7	31,4	5,9

Registrado discreto aumento no índice geral do conceito SATISFATÓRIO. No 1º e no 3º ano foi observado que ocorreu redução, o aumento ocorreu no 2º ano. Registrado aumento significativo no índice de ABANDONO, em todos os anos do ciclo, em especial no 3º ano.

# 1º CICLO - 3º bimestre

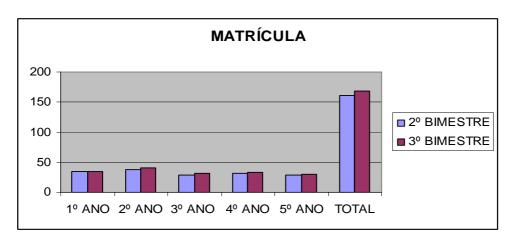
Conceito Satisfatório – maior índice foi no 1º ano e o menor no 3º ano. Quanto ao índice de ABANDONO o mais elevado foi no 3º ano.

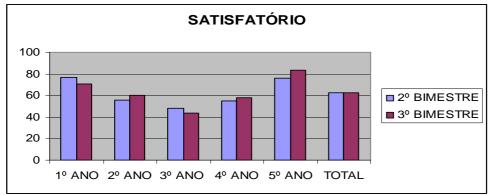
# 2º CICLO

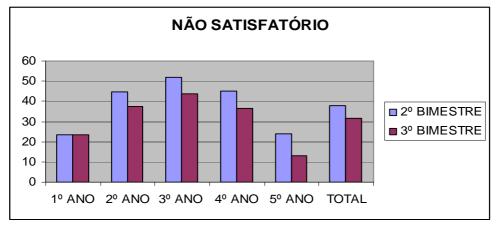
Conceito Satisfatório - Maior índice foi no 5º ano e o menor no 4º ano.

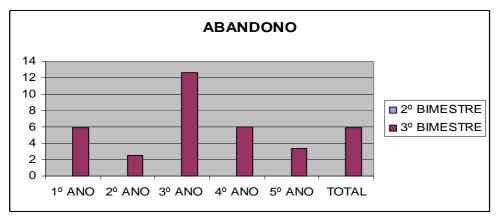
Abandono - Maior índice registrado foi no 4º ano.

Obs. Não recebemos relatório.









# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto observamos que no 3º bimestre houve avanços, os índices apresentados foram melhores. Como havíamos citado no relatório do 2º bimestre, creditamos esse avanço a alguns fatores:

- Escolas com pedagogos a chegada dos pedagogos novos nas escolas, que consideramos de suma importância para melhoria dos resultados.
- Formação as diversas formações que aconteceram durante o período letivo, que certamente contribuíram para a melhoria da prática pedagógica diária do professor.
- Avaliações externas, que incentivam, estimulam os professores a investir, acreditar mais nos alunos. A refletir sobre sua prática e adequar metodologias.
- Assessoramento das GDZ's em alguns momentos por falta de condições básicas os assessoramentos estavam acontecendo sem regularidade, pois, faltava assessor nas gerencias, falta de transporte, combustível. Notamos que no 3º bimestre foi possível intensificar mais os assessoramentos. Ação essa que é de vital importância para as escolas.

Acreditamos que todos que trabalham nesta instituição – SEMED, entendendo por SEMED todas as esferas, são peças fundamentais para desenvolvimento de um trabalho significativo para a educação municipal. Para tanto estabelecer parceria efetiva entre as escolas, GDZs, Gerências e demais segmentos desta instituição é de vital importância, fortalecendo o trabalho de todos e oportunizando condições básicas para a realização do mesmo. O envolvimento, avanços ou retrocessos devem ser compartilhados e de responsabilidade da coletividade.

Manaus, 19 de novembro de 2008

Hiléia Araújo PEDAGOGA /GEF

Rosália Gualberto PEDAGOGA/ GEF

# ANEXO XXII - RESOLUÇÃO Nº. 07, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009 E RESOLUÇÃO Nº. 09, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009



Manaus, terça-feira, 5 de janeiro de 2010.

Ano XI, Edição 2358 - R\$ 1,00

# **Poder Executivo**

# SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO Nº. 055/2009 - CML/PM

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2010 - GERP/SEMAD

No dia 05 de janeiro de 2010, no Órgão Gerenciador, foram registrados os preços da empresa abaixo identificada, para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos condicionadores de ar, resultante do Pregão nº. 055/2009 - CML/PM para Sistema de Registro de Preços. As especificações constantes do processo administrativo nº 2009/11503/11657/00011, assim como os termos da proposta de preços, integram esta ata de registro de preços, independentemente de transcrição.

O contrato ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 62, caput e § 4° da Lei n° 8.666/93, indicará o(s) local (is) de entrega do produto. O presente registro terá a vigência de 12 (doze) meses.

### Lote 01

4.1. CONDICIONADOR DE AR TIPO JANELA DE 7.000 A 10.500 BTU'S.	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário
4.1.1 Manutenção Preventiva.	Serviço	964	R\$ 40,00
4.1.2 Manutenção corretiva com reposição de peças, conforme abaixo:			
4.1.2.1 Gás R-22	Serviço	482	R\$ 50,00
4.1.2.2 Compressor	Serviço	482	R\$ 290,00
4.1.2.3 Filtro	Serviço	482	R\$ 15,00
4.1.2.4 Capacitor do ventilador	Serviço	482	R\$ 15,00
4.1.2.5 Capacitor do compressor	Serviço	482	R\$ 30,00
4.1.2.6 Ventilador	Serviço	482	R\$ 70,00
4.1.2.7 Turbina	Serviço	482	R\$ 30,00
4.1.2.8 Hélice	Serviço	482	R\$ 20,00
4.1.2.9 Bucha	Serviço	482	R\$ 3,00
4.1.2.10 Termostato	Serviço	482	R\$ 15,00
4.1.2.11 Chave seletora	Serviço	482	R\$ 10,00

### Lote 02

4.2. CONDICIONADOR DE AR TIPO JANELA DE 11.000 A 20.000 BTU'S.	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário
4.2.1 Manutenção Preventiva.	Serviço	3.132	R\$ 45,00
4.2.2 Manutenção corretiva com reposição de:			
4.2.2.1 Gás R-22	Serviço	1.566	R\$ 50,00
4.2.2.2 Compressor	Serviço	1.566	R\$ 300,00
4.2.2.3 Filtro	Serviço	1.566	R\$ 15,00
4.2.2.4 Capacitor do ventilador	Serviço	1.566	R\$ 15,00
4.2.2.5 Capacitor do compressor	Serviço	1.566	R\$ 25,00
4.2.2.6 Ventilador	Serviço	1.566	R\$ 80,00
4.2.2.7 Turbina	Serviço	1.566	R\$ 40,00
4.2.2.8 Hélice	Serviço	1.566	R\$ 35,00
4.2.2.9 Bucha	Serviço	1.566	R\$ 3,00
4.2.2.10 Termostato	Serviço	1.566	R\$ 22,00
4.2.2.11 Chave seletora	Serviço	1.566	R\$ 15,00

#### Lote 03

4.3. CONDICIONADOR DE AR TIPO JANELA DE 21.000 A 48.000 BTU'S.	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário
4.3.1 Manutenção Preventiva.	Serviço	6.846	R\$ 48,00
4.3.2 Manutenção corretiva com reposição de:			
4.3.2.1 Gás R-22	Serviço	3.423	R\$ 50,00
4.3.2.2 Compressor	Serviço	3.423	R\$ 750,00
4.3.2.3 Filtro	Serviço	3.423	R\$ 4,00
4.3.2.4 Capacitor do ventilador	Serviço	3.423	R\$ 17,00
4.3.2.5 Capacitor do compressor	Serviço	3.423	R\$ 25,00
4.3.2.6 Ventilador	Serviço	3.423	R\$ 150,00
4.3.2.7 Turbina	Serviço	3.423	R\$ 70,00
4.3.2.8 Hélice	Serviço	3.423	R\$ 50,00
4.3.2.9 Bucha	Serviço	3.423	R\$ 3,00
4.3.2.10 Termostato	Serviço	3.423	R\$ 50,00
4.3.2.11 Chave seletora	Serviço	3.423	R\$ 35,00

### Lote 04

4.4. CONDICIONADO DE AR TIPO SPLIT DE 7.000 A 10.500 BTU'S.	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário
4.4.1 Manutenção Preventiva.	Serviço	272	R\$ 70,00
4.4.2 Manutenção corretiva com reposição de:	/		
4.4.2.1 Gás R-22	Serviço	136	R\$ 65,00
4.4.2.2 Compressor	Serviço	136	R\$ 450,00
4.4.2.3 Filtro	Serviço	136	R\$ 10,00
4.4.2.4 Capacitor do ventilador do evaporador	Serviço	136	R\$ 35,00
4.4.2.5 Capacitor do ventilador do condensador	Serviço	136	R\$ 40,00
4.4.2.6 Capacitor do compressor	Serviço	136	R\$ 30,00
4.4.2.7 Ventilador do evaporador	Serviço	136	R\$ 110,00
4.4.2.8 Ventilador do condensador	Serviço	136	R\$ 110,00
4.4.2.9 Rolamento do ventilador do evaporador	Serviço	136	R\$ 20,00
4.4.2.10 Rolamento do ventilador do condensador	Serviço	136	R\$ 15,00
4.4.2.11 Turbina do evaporador	Serviço	136	R\$ 80,00
4.4.2.12 Hélice do condensador	Serviço	136	R\$ 30,00
4.4.2.13 Conserto da placa de comando	Serviço	136	R\$ 70,00
4.4.2.14 Termostato	Serviço	136	R\$ 30,00
4.4.2.15 Chave seletora	Serviço	136	R\$ 30,00
4.4.2.16 Sensor de degelo	Serviço	136	R\$ 35,00
4.4.2.17 Sensor do termostato	Serviço	136	R\$ 35,00
4.4.2.18 Mancal do ventilador do evaporador	Serviço	136	R\$ 30,00
4.4.2.19 Amortecedor do ventilador	Serviço	136	R\$ 30,00

### Lote 05

4.5. CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT DE 12.000 A 18.000 BTU'S.	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário
4.5.1 Manutenção Preventiva.	Serviço	1.776	R\$ 80,00
4.5.2 Manutenção corretiva com reposição de:			
4.5.2.1 Gás R-22	Serviço	888	R\$ 75,00
4.5.2.2 Compressor	Serviço	888	R\$ 380,00
4.5.2.3 Filtro	Serviço	888	R\$ 12,00
4.5.2.4 Capacitor do ventilador do evaporador	Serviço	888	R\$ 35,00
4.5.2.5 Capacitor do ventilador do condensador	Serviço	888	R\$ 40,00
4.5.2.6 Capacitor do compressor	Serviço	888	R\$ 40,00
4.5.2.7 Ventilador do evaporador	Serviço	888	R\$ 70,00
4.5.2.8 Ventilador do condensador	Serviço	888	R\$ 90,00
4.5.2.9 Rolamento do ventilador do evaporador	Serviço	888	R\$ 30,00
4.5.2.10 Rolamento do ventilador do condensador	Serviço	888	R\$ 30,00
4.5.2.11 Turbina do evaporador	Serviço	888	R\$ 90,00
4.5.2.12 Hélice do condensador	Serviço	888	R\$ 40,00
4.5.2.13 Conserto da placa de comando	Serviço	888	R\$ 70,00
4.5.2.14 Termostato	Serviço	888	R\$ 35,00
4.5.2.15 Chave seletora	Serviço	888	R\$ 25,00
4.5.2.16 Sensor de degelo	Serviço	888	R\$ 30,00
4.5.2.17 Sensor do termostato	Serviço	888	R\$ 30,00
4.5.2.18 Mancal do ventilador do evaporador	Serviço	888	R\$ 35,00
4.5.2.19 Amortecedor do ventilador	Serviço	888	R\$ 35,00

# CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### RESOLUÇÃO N°. 07/2009-CME/MANAUS APROVADA EM 10.12.2009

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº. 377, de 18.12.1996 e alterada pelas Leis nº. 528, de 07.04.2000 e nº. 1.107, de 30.03.2007.

CONSIDERANDO o teor do Processo nº. 011CME/2009, de interesse da Secretaria Municipal de Educação /SEMED/Manaus;

CONSIDERANDO o Parecer nº. 06/2009-CME/MANAUS da lavra da Conselheira Madalena Alves de Farias e;

CONSIDERANDO a Decisão Plenária aprovada em Sessão Ordinária do dia 10.12.2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR a Proposta Curricular do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano para as Escolas da Rede Municipal de Ensino de Manaus

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial do Município de Manaus/AM.

SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em Manaus, 10 de dezembro de 2009.

NARA HELENA DA SILVA TEOFILO
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Manaus

# RESOLUÇÃO Nº 08/09 - CME DE MANAUS

Homologa a substituição de Conselheiro Suplente representante da Câmara Municipal de Manaus no Conselho Municipal de Educação de Manaus.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e com base nos incisos I,II,III,IV e V do artigo 11, incisos I, II do artigo 18 e artigos 29, 30 e 31 da Lei 9394/96.

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 2009/4114/4147/18475-SEMED;

CONSIDERANDO o previsto no Art. 3º, § 7º, do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Manaus;

CONSIDERANDO a Decisão Plenária aprovada em Sessão Ordinária do dia 17.12.2009,

### RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR a substituição da Conselheira Suplente representante da Câmara Municipal de Manaus, Sra. HELENA SERRÃO SEIXAS por CÍNTIA MARIA LINS, indicada pelo Presidente daquele Poder Legislativo.

Art. 2º - **DETERMINAR** a adoção de providências perante a Secretaria Municipal de Educação de Manaus, com vistas à nomeação da Professora **CÍNTIA MARIA LINS**.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS, em Manaus, 17 de dezembro de 2009.

NARA HELENĂ DA ŞILVA TEOFILO
Presidente do Conseilo Municipal de Educação de Manaus

### RESOLUÇÃO Nº. 09/2009-CME/MANAUS APROVADA EM 17.12.2009

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº. 377, de 18.12.1996 e alterada pelas Leis nº. 528, de 07.04.2000 e nº. 1.107, de 30.03.2007.

 $\begin{array}{c} \textbf{CONSIDERANDO} \text{ o teor do Processo } n^o. \ 025/CME/2009, \\ \text{de interesse da Secretaria Municipal de Educação /SEMED/Manaus;} \end{array}$ 

CONSIDERANDO o Parecer nº. 08/2009-CME/MANAUS da lavra do Conselheiro Francisco de Assis Costa de Lima e;

CONSIDERANDO a Decisão Plenária aprovada em Sessão Ordinária do dia 17.12.2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR a Estrutura Curricular do Ensino Fundamental de 9 anos, a ser operacionalizada pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Manaus, nas Escolas Municipais, com oferta desse nível de ensino, a partir do ano letivo de 2010.

Art. 2º- DETERMINAR que a Secretaria Municipal de Educação –SEMED de Manaus adote as seguintes providências:

I - Encaminhe a este Conselho, Projeto que contemple as Atividades Curriculares Complementares para que seja acrescido à Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental de 9 anos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de aprovação deste Parecer, para análise por este Conselho à luz da legislação educacional vigente;

 II - Que seja aposta, nas observações de nota de rodapé da Estrutura Curricular, a duração da hora/aula praticada nas Escolas Municipais;

III - Que seja informado a este Conselho, de que forma será operacionalizada a nova Estrutura Curricular nas escolas que ainda mantém o turno Intermediário.

Art. 3º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial do Município de Manaus/AM.

SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em Manaus, 17 de dezembro de 2009.

NARA HELENA DA SILVA (TEOFILO Presidente do Conselho Municipal de Educação de Manaus

#### RESOLUÇÃO Nº. 010/2009-CME/MANAUS APROVADA EM 22.12.2009

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Decisão Plenária aprovada em Sessão Ordinária do dia 22.12.2009.

### RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR O CALENDÁRIO ESCOLAR DO ANO LETIVO DE 2010 a ser operacionalizado nas ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PÚBLICO DE MANAUS;

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial do Município de Manaus/AM.

SALA DAS SESSÕES PLENÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em Manaus, 22 de dezembro de 2009.

NARA HELENA DA SILVA TEOFILO
Presidente do Conseino Municipal de Educação de Manaus